

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Iaci da Costa Jara

MUTILAÇÃO COGNITIVA DO CLITÓRIS:
regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana

São Carlos
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Iaci da Costa Jara

MUTILAÇÃO COGNITIVA DO CLITÓRIS:
regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Alves Cepêda

São Carlos
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Iaci da Costa Jara, realizada em 29/05/2019:

Profa. Drá. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Profa. Dra. Célia Regina Rossi
UNESP

Prof. Dr. Jorge Leite Junior
UFSCar

JARA, Iaci da Costa

MUTILAÇÃO COGNITIVA DO CLITÓRIS: Regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana. / Iaci da Costa JARA. -- 2019. 144 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientadora: Vera Alves Cepêda

Banca examinadora: Jorge Leite Jr., Célia Regina Rossi

Bibliografia

1. Clitóris. 2. Mutilação cognitiva. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

[...] me interessa a possibilidade de que a cultura molde a forma pela qual os biólogos descrevem suas descobertas sobre o mundo natural. Se isso for verdade, então estaremos aprendendo mais do que o mundo natural nas aulas de biologia, estaremos aprendendo sobre crenças e práticas culturais como se elas fossem parte da natureza (MARTIN, 1991, p. 485 - tradução minha).

AGRADECIMENTOS

À educação pública brasileira que, por toda a sua potência, sempre será alvo de ataque daqueles que desejam constranger o livre pensar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

Às trocas humanas que me inspiram, pelo afeto ou pelo conflito, a buscar outros mundos possíveis.

Às fêmeas humanas que, mesmo mutiladas em seus sentidos, seguem gozando. Sigamos!

RESUMO

A percepção sobre o próprio corpo ou sobre o corpo dos outros exige um vocabulário específico e toda uma gama de categorias para ser compreendida e enunciada. Desde a primeira fagulha do pensamento até a sua enunciação, a apreensão desta massa orgânica que nos compõe depende dos modos de ver, nomear, descrever e classificar estabelecidos culturalmente. Nesse sentido, propõe-se uma leitura sociológica dos saberes biológicos de modo a apreender como as ciências naturais fundam um corpo cognoscível denominado e identificado como “corpo feminino”. O objetivo da presente pesquisa é compreender a formação dos saberes sobre o clitóris frente aos regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana. Tendo como suporte analítico a genealogia do poder de Michel Foucault, problematizam-se as condições de enunciabilidade dos corpos com clitóris. Essa investigação parte dos saberes técnicos da ginecologia e da psicanálise até chegar à análise de objetos empíricos presentes no cotidiano brasileiro como uma música, algumas piadas e um livro didático de Ciências que integra as políticas públicas educacionais através do Programa Nacional do Livro Didático. Constata-se que a formação das disciplinas ocidentais operaram uma mutilação cognitiva do clitóris que se difunde pelas relações cotidianas sustentando efeitos de poder que restringem as possibilidades de realização sexual e social das fêmeas humanas.

Palavras-chave: Clitóris; Mutilação cognitiva; Sexualidade; Gênero; Regimes de verdade.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 8 |
| 1. Os saberes sobre o corpo da fêmea humana na era pré-moderna. | 12 |
| 1.1 Acontecimento discursivo e a pesquisa histórica em Michel Foucault. | 12 |
| 1.1.1. <i>O enunciado.</i> | 17 |
| 1.2. O modelo de sexo único e a inexistência do corpo feminino. | 21 |
| 1.2.1. <i>Prazer e procriação.</i> | 27 |
| 1.2.2. <i>O gênero como critério de limitação da verdade.</i> | 29 |
| 1.3. A ruptura dos saberes sobre o corpo. | 34 |
| 1.4. Os saberes sobre o clitóris no modelo de sexo único. | 39 |
| 1.5. Vontade de verdade e a limitação dos discursos. | 42 |
| 2. Os saberes sobre o corpo da fêmea humana na modernidade. | 45 |
| 2.1 Regimes de verdade e poder disciplinar em Michel Foucault. | 45 |
| 2.1.1 <i>Os sistemas externos de exclusão do discurso.</i> | 49 |
| 2.1.2 <i>Os sistemas internos de exclusão do discurso.</i> | 51 |
| 2.1.3 <i>Regimes de verdade e poder disciplinar.</i> | 55 |
| 2.2. O modelo de dois sexos e a criação do corpo feminino. | 57 |
| 2.2.1. <i>A ciência da mulher - o surgimento da ginecologia.</i> | 58 |
| 2.2.2. <i>Psique feminina - a psicanálise e o falo/pênis como significante universal.</i> | 69 |
| 2.3. O clitóris no modelo de dois sexos. | 84 |
| 3. Mutilação cognitiva do clitóris. | 89 |
| 3.1. Regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana. | 90 |
| 3.1.1. <i>Os sistemas de saber e as disciplinas: um órgão em conflito com seu organismo.</i> | 93 |
| 3.2. A materialidade dos enunciados: uma análise do cotidiano. | 100 |
| 3.3. A materialidade dos enunciados: uma política pública. | 105 |
| 3.3.1. <i>O dito e o visível.</i> | 109 |
| 3.3.2. <i>O silêncio e o invisível.</i> | 124 |
| 3.3.3. <i>Os sistemas de saber e o ensino: um órgão em conflito com a escola.</i> | 127 |
| 3.4. A emergência da fêmea mutilada em seus sentidos. | 132 |
| Conclusão | 137 |
| Referências | 139 |

Introdução

De certo modo, é possível dizer que esta pesquisa teve início há oito anos quando tomei conhecimento de saberes sobre o clitóris para além daquilo que me era visível e palpável. Essa experiência se deu a partir de um documentário chamado “Clitóris, prazer proibido”¹. Naquela mídia, com duração de 45min, pesquisadoras, professoras, e mulheres em geral tratavam de aspectos históricos, biológicos e sociais acerca deste órgão.

Aquela experiência foi arrebatadora. De alguma maneira, era como se tivesse faltado uma parte de mim até aquele momento. Desde então, surgiu o questionamento: Que significa esse desconhecimento para a minha experiência de ter um corpo com clitóris no mundo? As inquietações que surgiram dali perpassam a minha trajetória de muitas maneiras e em muitos níveis.

Neste percurso, concluí a licenciatura em Educação Física que estava em andamento, atuei como professora na educação básica, me aperfeiçoei em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola, abri um sex shop voltado para mulheres, participei de espaços de discussão - acadêmica e não acadêmica - sobre sexualidade, assisti outros tantos documentários, li incontáveis livros, mas, acima de tudo, vi, ouvi e convivi com outras mulheres, partilhando do cotidiano e da intimidade.

Muitas reflexões - e muito mais perguntas - depois, busquei dentro da academia, no mestrado em Sociologia, por ferramentas de análise que pudessem se somar às minhas reflexões para expandí-las, compreendê-las e compartilhá-las. A pergunta que passei a perseguir, reformulada pela linguagem acadêmica, foi assim colocada: Quais os postulados biológicos que integram o regime de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana? Em outras palavras, me interessava compreender como os saberes das ciências naturais fundam certas noções de sexo e de sujeito sexual ao nomear, classificar, valorizar ou suprimir determinadas estruturas anatômicas. Em especial, me inquietava como esses saberes atravessam a experiência de ter um corpo com clitóris.

¹ Título original em francês *Le Clitoris, Ce Cher Inconnu*. Lançado mundialmente em 2003. Direção de Michèle Dominici, Stephen Firmin e Variety Moszinski.

Como suporte analítico para a compreensão do objeto, encontrei nos estudos do filósofo francês Michel Foucault as ferramentas que me auxiliaram neste projeto. Ao longo de sua carreira, Foucault dedicou-se a analisar como a formação de saberes estabelece modos de apreender o mundo e, em especial, os sujeitos. Assim, seu método se encontra na articulação do corpo com a história, buscando compreender como as identidades que emergem no presente são constituídas pela produção histórica dos sistemas de pensamento.

Nesse alinhamento, passei a utilizar como conceito-chave a noção de “regimes de verdade”, que se refere a um conjunto de técnicas, conhecimentos e enunciados científicos que formam grandes arcabouços teóricos sobre o corpo e a alma fundando o indivíduo como um corpo-psique. Assim, tendo como objeto os saberes sobre o corpo sexuado da fêmea humana, a presente pesquisa está dividida em três movimentos de análise, sendo os dois primeiros históricos e o terceiro analítico.

No primeiro capítulo busco o momento de ruptura histórica em que o corpo da fêmea humana se torna um objeto dado ao conhecimento. Isto é, retomo os saberes médico-anatômicos que vigoraram até o século XVII de acordo com os quais só se reconhecia um único sexo na espécie humana, o sexo masculino. Assim, objetivo desnaturalizar o “corpo feminino” que nos é um dado do saber contemporâneo afirmando-o como um produto histórico da passagem do século XVIII para o XIX.

Para tanto, apresento o problema da “verdade” que fundamenta a pesquisa histórica foucaultiana a partir do qual os saberes são compreendidos como práticas discursivas que instituem modos de ordenar o mundo e as representações sociais. Assim, busco apreender como os saberes sobre o corpo da fêmea humana emergem e se transformam dadas as suas condições de enunciabilidade, assumindo a categoria do sexo como estruturas políticas generativas e não como uma fundação natural.

No segundo capítulo trato da formação das disciplinas que fundam os saberes contemporâneos sobre o corpo-psique da fêmea humana. Para tanto, analiso o surgimento de duas áreas intrínsecas ao processo de estabilização do paradigma da diferença sexual e do

entendimento sobre o ser humano fêmea como um ser de natureza singular, quais sejam: a ginecologia e a psicanálise.

Para esse segundo movimento, retomo o percurso analítico de Foucault sobre a formação das disciplinas modernas que o levou a desenvolver o conceito de “regimes de verdade”. Assim, problematizo como a atribuição de uma série de signos possibilitou que um corpo dotado de gestos, discursos e desejos pudesse ser denominado e reconhecido como “feminino”. Constatado que a formação dos saberes sobre uma suposta natureza feminina criou uma oposição entre duas dimensões de sua sexualidade, o prazer e a procriação. Enquanto a reprodução foi associada ao equilíbrio físico, psíquico e social da mulher, o prazer passou a representar a fonte de patologias diversas e sua degeneração.

Assim, a retomada histórica desenvolvida nos dois primeiros capítulos objetiva implicar os saberes sobre o corpo sexuado da fêmea humana com o estatuto político das ciências, apreendendo os efeitos de poder que circulam entre os seus enunciados. Mais precisamente, o primeiro e o segundo capítulos tratam, respectivamente, de como emergem e se estabilizam os saberes sobre o corpo da fêmea humana. Paralelamente, apresento os saberes sobre o clitóris em cada sistema de conhecimento tratado até aqui, demonstrando como a história deste órgão nas ciências médicas é marcada por diversos movimentos de negação.

No terceiro capítulo, analiso como se efetivam as práticas discursivas sobre o clitóris frente aos regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana tratadas anteriormente. Partindo de elementos do cotidiano como músicas e piadas até chegar aos níveis mais institucionalizados da política de Estado, tomando como objeto de investigação um livro didático que integra a política pública educacional brasileira. Essa escolha é feita por compreender a educação como um dos principais sistemas de disseminação dos saberes das disciplinas modernas e, portanto, um *locus* privilegiado para a investigação de certos regimes de verdade.

Concluo que a materialidade dos enunciados analisados opera uma mutilação cognitiva do clitóris na medida em que os saberes que fundam a cognoscibilidade sobre um “corpo feminino” na modernidade identificam o prazer desses corpos como um quadro de desequilíbrio seja de origem biológica, psicológica ou social, o que cria um conflito

fundamental entre um órgão que tem a função orgânica do prazer e o próprio organismo onde este se materializa.

1. Os saberes sobre o corpo da fêmea humana na era pré-moderna.

O presente capítulo trata do processo de ruptura dos saberes a partir do qual o corpo da fêmea humana se torna um objeto dado ao conhecimento. Nesse sentido, retomo os saberes médico-anatômicos que vigoraram até o século XVII de acordo com os quais machos e fêmeas eram compreendidos como tendo as mesmas estruturas físicas e os mesmos órgãos sob todos os aspectos, isto é, sendo ambos do sexo masculino e possuindo pênis.

Esse primeiro momento de incursão histórica objetiva evidenciar o “corpo feminino” como um acontecimento discursivo que irrompe na passagem do século XVII para o século XVIII e cria condições de enunciabilidade para a formação de saberes sobre a fêmea humana como um ser singular.

Para tanto, parto da apresentação do método de análise histórica foucaultiana, que será o fio condutor da construção deste capítulo. Essa incursão guiará a leitura do trabalho arqueológico que se seguirá e apresentará alguns conceitos iniciais que nos auxiliarão na leitura e análise do objeto empírico. Ao final do capítulo, apresento como os saberes sobre o clitoris foram construídos no interior daquele modelo anatômico.

1.1 Acontecimento discursivo e a pesquisa histórica em Michel Foucault.

A obra de Michel Foucault é perpassada pela problemática de uma certa “política do verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p. 237). Quer dizer, suas indagações sobre os mais diversos temas - como a loucura, a prisão, a sexualidade - o conduziram ao questionamento de como os saberes aparecem e se transformam estabelecendo modos de ver e compreender as coisas e, em especial, os sujeitos. Por exemplo, se nem sempre existiu algo que pudesse ser caracterizado como loucura e, no entanto, a partir de um determinado momento um certo corpo dotado de gestos, discursos e desejos passa a ser denominado como louco, o que inaugura tal entendimento? Como se formou toda uma gramática para descrevê-lo, um conjunto de técnicas para intervir sobre ele, um espaço físico para isolá-lo?

Nesse sentido, Foucault passou a buscar na história a emergência de certos saberes, entendendo que tudo aquilo que se toma como óbvio em determinada época é dependente de sua inscrição no campo dos saberes que são compartilhados. Isto é, que “a ‘verdade’ e seu reino originário tiveram sua história na história” (FOUCAULT, 1979, p. 19). Em outras palavras, se determinado objeto se torna inteligível e pode ser apropriado pela fala, se este mesmo objeto pode ser enunciado dentro de um discurso e esse discurso pode ser compreendido e aceito como verdadeiro, é porque em algum momento lhe foi atribuído um sentido.

Essa ideia de saber da qual trata Michel Foucault não se restringe à produção de teorias ou aos saberes eruditos, nem sequer pode ser limitado ao campo das ideias. Sua compreensão sobre o saber engloba também instituições, produções culturais, práticas cotidianas, em suma, toda prática que constitui relações sociais. Quer dizer, o saber é um modo de ordenar o mundo, uma organização das representações e, portanto, não antecede a organização social nem é dela resultante, ambos são processos intrínsecos.

Esse entendimento implica a ideia de que os objetos do conhecimento não pré-existem ao saber e que o saber não é algo que se alcança, mas algo que se cria. Ou seja, o conhecimento não está lá no mundo a ser conhecido, antes é uma prática humana sobre o mundo. Portanto, entender o discurso como prática, no interior da analítica foucaultiana, equivale a contestar o privilégio concedido à ele, que o diferencia das demais práticas não discursivas, questionando seu *status* de verdade.

Assim, o autor retira das palavras a sua condição de meras representações daquilo que nomeiam, como se fossem tão somente a atribuição de letras e fonemas capazes de comunicar algo de que se fala. Da mesma maneira, a prática discursiva não pode ser confundida com uma operação gramatical a partir da qual é formulada uma oração, uma imagem ou um desejo, tampouco com uma atividade que é puramente racional, lógica ou dedutiva. Na acepção de Foucault, o saber é uma relação artificial imposta entre as palavras e as coisas que, no ato enunciativo, constrói os objetos de que fala.

Nesse sentido, o saber estaria no nível do discurso e não da verdade. Seguindo tal entendimento, Michel Foucault passou a perseguir a história da “objetivação” dos elementos

que são tomados como dados objetivos, propondo uma pesquisa histórica que se colocasse no eixo discursivo e que tivesse como interesse a narratividade a partir da qual os saberes são constituídos. Essa perspectiva deslocou o interesse da pesquisa histórica dos grandes feitos realizados por grandes personagens e o ramificou para toda a atividade humana. Se a história tradicional se concentrava nos aspectos políticos dos acontecimentos, podemos dizer que Foucault politizava o olhar sobre as relações mais cotidianas (FOUCAULT, 2008).

Essa nova forma de fazer pesquisa histórica, que o autor denominou de arqueologia do saber, se colocava criticamente diante do projeto positivista da história tradicional que, segundo ele, busca “reconstruir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio - material ou espiritual - de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão” (FOUCAULT, 2008, pp. 10-11). Para ele, essa forma de escrever a história das civilizações, que visa a reconstrução de certa linearidade, só pode ser assim construída mediante o pressuposto de uma finalidade transcendental que direciona todo o processo histórico e que tem como personagem o sujeito originário, dotado de consciência e subjetividade fundadoras.

Para Foucault, a história positivista baseada nesse projeto teleológico, que se fundamenta em noções como gênese, evolução, progresso, influência, totalidade, desenvolvimento, “espírito de uma época”, compreende o conhecimento como uma evolução contínua do pensamento humano. Ao contrário, por pensar o saber como uma prática discursiva que funda o objeto e a interpretação sobre ele, Foucault viu nas transformações dos saberes um princípio de ruptura e não de continuidade; de deslocamento e não linearidade.

Essa ideia de descontinuidade, em Foucault, é a rejeição à crença em um projeto teleológico, ao sujeito originário e, de maneira mais radical, à própria ideia de origem. Influenciado pelo pensamento de Friedrich Nietzsche - especialmente a obra *Genealogia da moral* (1887) - para quem não pode haver uma verdade única e primeira antes da história, Foucault se opôs à ideia de origem como algo pré-existente ao mundo sensível que seja atemporal, um lugar onde a verdade habitaria a salvo do acaso e do caos do curso da história.

A noção de origem, fundamentada pelo pensamento metafísico e cristão, se apóia na ideia de que a vida se encaminha para um *telos* sublime e que haveria sempre uma “razão

de ser” que não está no nível das práticas humanas efêmeras. No interior desse sistema de pensamento, a ideia de origem remete ao anseio do reencontro entre o sujeito e a “verdade”, da busca por uma essência, um início. No entanto, negando a existência de uma “verdade” que esteja dada *a priori*, Foucault propõe pensar o saber e o conhecimento como inventividade.

Compreendendo os saberes como práticas discursivas, como descontinuidade e como inventividade, a arqueologia do saber propõe a investigação histórica da proveniência, e não da origem. A análise da proveniência não pretende estabelecer algum sentido agrupador ou qualquer verdade secreta que estaria por trás dos discursos, mas compreender a partir de quais acontecimentos os discursos se tornam possíveis, isto é, suas condições de enunciabilidade.

Em outras palavras, a investigação histórica proposta por aquele filósofo tem como interesse central a busca pelos deslocamentos, os recortes, os limites, pois seria nestes elementos em dispersão e também em conflito, que a análise pode apreender a emergência dos saberes que circulam e são reconhecidos como verdade. Segundo o autor, ali onde os discursos se modificam, bem ali onde os sujeitos mudam sua forma de compreender e comunicar os fenômenos do mundo é que as práticas sociais podem ser descoladas da noção de um devir histórico. Isso significa dizer que a história, em Michel Foucault, tem como horizonte o descentramento do ser humano detentor de uma subjetividade fundadora. O que desaparece não é o sujeito, mas um sujeito originário.

A partir da compreensão e do tratamento do discurso como acontecimento se torna possível apreender a historicidade dos enunciados e, assim, isolar os períodos analíticos não a partir da história tradicional ou das categorias internas da ciência, mas das descontinuidades do saber. Em outras palavras, interessa à análise o gesto que inaugura determinado objeto qual uma categoria dada ao conhecimento. Esse movimento faz aparecer os jogos de relações que conferem unidade entre as práticas discursivas e não-discursivas (FOUCAULT, 2000).

Isso significa dizer que a limitação dos discursos que interessa para a arqueologia do saber não está separada deles, como se o discurso se formasse de um lado e as regras para

sua enunciação viessem de outro lado para se impor sobre ele, pois isso nos faria compreender que haveria um tempo ou um espaço em que o discurso é livre. Ao contrário, é preciso considerar que os limites do discurso oferecem os próprios objetos de que se pode falar e que, para que a fala seja articulada, determinam as relações que o discurso deve estabelecer para abordá-lo, nomeá-lo, analisá-lo, explicá-lo, classificá-lo, etc. (FOUCAULT, 2000).

Compreender o discurso como acontecimento equivale a pensar sua existência como aquilo que uma época pôde dizer sobre o mundo à sua volta dadas as condições estabelecidas pelos sentidos socialmente aceitos. Ou seja, que objetos foram dados ao conhecimento em determinado período pelas práticas discursivas? De que maneira eles foram objetivados como saberes? Isso significa dizer que para além da história das ideias, o que interessa à analítica foucaultiana é a história da episteme das ideias.

Quer dizer, o problema dos limites, dos recortes, dos deslocamentos é o problema da constituição de fronteiras da cognoscibilidade, pois a linguagem que diz sobre um objeto do conhecimento não expressa apenas aquilo que é possível ser dito, mas também o que é impronunciável, interdito. Assim, se Foucault se interessa pelas discontinuidades da história é para investigar os sistemas de pensamento que, efetivados por práticas discursivas, criam a ilusão da “verdade”.

Isto é o que Foucault chamou de condições de enunciabilidade, condições que propiciam o aparecimento de um determinado enunciado e não outro em seu lugar. Segundo o autor, no ato de eleição da linguagem está implícito também um ato de exclusão, pois o discurso verdadeiro passa a ser aquele que obedece aos limites das proposições e aos critérios definidos para a razão (FOUCAULT, 1979).

Nesse sentido, Foucault nos ensina a pensar no limite discursivo da revelação e do ocultamento, da visibilidade e da invisibilidade de modo a descrever e analisar os critérios de limitação que demarcam essas fronteiras, pois estes serão os critérios de limitação da própria ideia de verdade (FOUCAULT, 2000). Para tanto, o autor procurou compreender como essas fronteiras se desenham e como o arqueólogo do saber pode apreendê-las.

1.1.1. O enunciado.

Conforme o exposto até aqui, a arqueologia do saber é uma pesquisa histórica que tem como problema a verdade, como objeto o saber e como material de análise os discursos. Uma vez delimitado seu campo de interesse, Foucault criou, então, o conceito central que lhe permitiu proceder com a investigação arqueológica, a este elemento chamou enunciado.

Ora, se para que um discurso possa ser reconhecido como verdade é necessário que lhe seja atribuído um sentido, o que torna seu conteúdo significativo?; Se o saber é uma relação artificial entre as palavras e as coisas, o que estabelece tal relação?; Se os discursos aparecem e se transformam, mas em cada época se passam por verdadeiros, o que institui os critérios de limitação da “verdade”? Para responder à todas essas questões é que surge a noção de enunciado.

O enunciado, para Foucault, é a unidade elementar do discurso que equivale à sua função de existência. Quer dizer, uma frase pode ser considerada correta do ponto de vista de sua construção gramatical, da estrutura da língua, mas seu sentido, sua inteligibilidade é dependente das relações que sua estrutura estabelece com os significantes socioculturais (FOUCAULT, 2008).

Por exemplo, a frase “a mulher tem pênis” dita nos dias de hoje poderia nos remeter à ideia de uma mulher transgênero que não fez o procedimento de redesignação sexual², para outras pessoas pode mesmo não fazer sentido algum. No entanto, até o século XVII essa frase era literal, posto que o que é chamado hoje de vagina era denominado pênis, conforme veremos mais adiante neste capítulo. Quer dizer, embora o sentido das palavras não tenha mudado, “a mulher tem pênis” é um enunciado diferente antes e depois do estabelecimento da diferença sexual como um paradigma. O que se modificou foi a relação dessa afirmação com outras proposições.

² Transgênero é um termo guarda-chuva usado para designar pessoas que assumem uma identidade de gênero não alinhada com a determinação cultural esperada para seu sexo biológico de nascimento, como transexuais e travestis. Pessoas transgênero podem fazer a transição de gênero por diferentes elementos como vestimenta, substituição hormonal e também por cirurgia de redesignação sexual - procedimento cirúrgico que modifica as características sexuais/genitais de nascença para aquelas atribuídas ao sexo oposto.

Isso nos aponta para três distinções fundamentais pontuadas por Foucault (1972) sobre o enunciado: um enunciado não é o mesmo que uma frase, uma proposição ou um ato de fala³. Enquanto a frase está submetida à estrutura linguística canônica, um enunciado pode estar em uma árvore genealógica, num gráfico, num livro contábil; Se uma proposição lógica está submetida às provas de verdadeiro ou falso, se sua veracidade precisa ser atestada, o enunciado não está no nível da verdade e sim do discurso; Por último, se um ato de fala compreende a intenção de quem o realiza e os possíveis resultados que podem surgir a partir dele, não concerne ao enunciado o que lhe sucede ou antecede, mas sim o que se produz pelo próprio fato de ter sido enunciado.

Apesar de o enunciado ser diferente desses elementos, ele os atravessa e lhes dá condições de enunciabilidade. Quer dizer, frases, proposições ou atos de fala são conteúdos concretos que o enunciado torna viáveis ou não, do ponto de vista da cognoscibilidade, a partir de seus próprios limites. É nesse sentido que ele é uma função de existência. O limite do enunciado é o limite do signo ou dos signos com os quais ele estabelece ligação.

Essa ligação se dá mediante a articulação do enunciado com as “coisas” os “seres”, os “fatos” e as “realidades”, relação esta que lhe confere condições de existência. São elas: 1) o referencial; 2) os domínios associados; 3) a materialidade repetível e; 4) um lugar de sujeito que é determinado, vazio e variável. Vejamos no que consiste cada uma destas condições.

O referencial, segundo Foucault, é a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos que lhes nomeia, designa, descreve e, assim, cria suas regras de existência. Ou seja, se refere à série de símbolos que atribui este ou aquele sentido à uma frase, determinando se esta pode receber ou não um valor de verdade. Podemos pensar o campo referencial a partir do exemplo sobre a “verdade” da enunciação “a mulher tem pênis”, sua verificação não está submetida à uma análise que possa ser puramente semântica, sintática, psicológica e nem mesmo científica, suas leis de possibilidade são determinadas pelo campo referencial.

³ Ato de fala é compreendido aqui como o ato que compreende diferentes manifestações da fala: ato material que consiste em falar (em voz alta ou baixa) e em escrever (à mão ou a máquina) (PERENCINI, 2015).

Já o domínio associado se refere à relação entre o enunciado e uma série de outros enunciados com os quais compõem um campo de intertextualidade. Quer dizer, um enunciado tem suas margens povoadas de outros enunciados aos quais seu conteúdo se refere, seja para reafirmá-los, seja para refutá-los, seja para citá-los, mas que, de algum modo, sempre os atualiza. Além disso, um enunciado abre, ele mesmo, um campo de possibilidades de manifestação de outros enunciados que podem surgir como sua consequência, seja ela uma dedução ou uma réplica. Isso quer dizer que

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre num jogo enunciativo (FOUCAULT, 2008, p. 112).

No que concerne à materialidade repetível, ela se refere à identidade do enunciado que é capaz de ser mantida a despeito de todas as mudanças nas condições de enunciação. Em outras palavras, uma mesma frase dita em condições de tempo e espaço distintas podem repetir um mesmo enunciado; um livro reeditado uma década depois de seu lançamento tem uma nova materialidade sensível (de papel, tinta, talvez diagramação) e poderá alcançar um novo público, contudo, trata-se do mesmo enunciado - considerando que seu campo referencial não tenha se modificado. Além disso, esta identidade pode se repetir sob muitas formas de existência, ela pode estar numa prática discursiva e também não discursiva, pode se manifestar no estatuto de uma instituição e na sua organização arquitetônica. Em suma, é uma existência material que lhe possibilita ser reinscrito.

Estas três condições de existência do enunciado demonstram que ele não está no mesmo plano em que se encontra o discurso, mas, de certa maneira lhe é perpendicular. O enunciado atravessa o discurso. Ele apresenta condições de existência que lhe são próprias e, por isso mesmo, tem uma relação com os sujeitos que não equivale à condição de autoria ou de instância produtora. O “autor” de um ato de fala não é idêntico ao sujeito do enunciado. Ou seja, o enunciado possui um lugar de sujeito que é determinado, vazio e variável.

A relação do enunciado com o sujeito, para Foucault, não é nem determinada pelo seu autor tampouco pelos elementos gramaticais de primeira pessoa. A função determinada, vazia e variável do sujeito do enunciado se relaciona com a negação da subjetividade

fundadora e do sujeito originário refutada pela concepção de história do autor. Assim, se um enunciado pode ser repetido em sua identidade sob condições espaço temporais bastante diversas, então há um certo lugar que pode ser ocupado por indivíduos diferentes diante de um mesmo enunciado. Seu sentido, sua materialidade e sua identidade não são inaugurados por um sujeito específico a cada nova frase, proposição ou ato de fala. Há aí uma existência relativamente autônoma em relação ao sujeito.

Estas quatro condições de existência são os elementos que compõem a especificidade do enunciado do ponto de vista arqueológico e que dizem respeito a relação que ele estabelece com outros domínios de objetos, com outros enunciados, com os sujeitos, aparecendo, ele mesmo, como um objeto material. Compreender o enunciado como uma função de existência do discurso é reconhecer que o enunciado está precisamente no limite entre dito e não dito porque é ele quem demarca essa fronteira e estabelece as condições de enunciabilidade.

Assim, a análise das práticas discursivas na pesquisa arqueológica se efetiva pela descrição dos enunciados em suas especificidades de modo a compreender que conjuntos formam, como se cruzam e se excluem, enfim, que sistemas de ilusão criam a “política do verdadeiro” de cada época. Por esses sistemas é que chegamos aos discursos. O discurso é um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação, a formação discursiva. Se os enunciados são elementos dispersos que se articulam em rede, o discurso é aquilo que lhes dá unidade (FOUCAULT, 2008).

Desse modo, a pesquisa arqueológica tem por finalidade demonstrar como nada nos seres humanos - nem mesmo seu corpo - se sustenta em qualquer constância. Assim, “tudo em que o homem se apóia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isso” (FOUCAULT, 1979, p. 27).

Mas porque destruir a ideia de verdade se tornou central para Foucault? Segundo o autor, sua inquietação com a “política do verdadeiro” era motivada pela constatação de que aquilo que se aceita como verdade não se restringe à problemas lógicos ou linguísticos, a ideia de “verdade” perpassa a história e atravessa os sujeitos. Isto porque o sujeito sabe de si a

partir daquilo que sabe sobre o mundo. Assim, ao nomear, classificar, categorizar os objetos, os discursos objetivam/subjetivam os sujeitos por meio dos saberes. Em outras palavras, a objetivação dos saberes é fundadora de subjetividades.

Dessa maneira, o questionamento de Foucault sobre os mais variados temas foi motivado pela inquietação com as “verdades” produzidas historicamente que constituem aquilo que somos nós hoje. Interessava para ele as identidades que emergem no presente, mas que são atravessadas pelas descontinuidades históricas. É nesse sentido que a “análise da proveniência, está no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22).

Deste ponto emerge o questionamento: se nem sempre existiu algo que pudesse ser caracterizado como “corpo feminino” e, no entanto, a partir de um determinado momento um certo corpo dotado de gestos, discursos e desejos passa a ser denominado como “feminino”, o que inaugura tal entendimento? Como se formou toda uma gramática para descrevê-lo, um conjunto de técnicas para intervir sobre ele, um espaço físico próprio para si? Como este corpo se torna cognoscível a partir de uma série de signos? Que signos são esses?

Essas questões norteiam o primeiro movimento de análise desta pesquisa. Assim, busco nas práticas discursivas a formação de saberes que tornam inteligível este corpo dotado de clitóris como um corpo feminino nos dias de hoje. Para tanto, retomo o ponto de ruptura a partir do qual este corpo se torna objeto do conhecimento, afirmando-o como o produto de um processo histórico, ou seja, demarcando sua condição de acontecimento discursivo.

1.2. O modelo de sexo único e a inexistência do corpo feminino.

O corpo feminino, tal qual o reconhecemos hoje, nem sempre existiu. Nem em seus termos, nem em suas abstrações. No pensamento anatômico que vigorou até o século XVII a espécie humana era reconhecida como portadora de um único sexo: o masculino. Se a anatomia genital de machos e fêmeas representa, nos dias de hoje, uma diferença indubitável,

para os anatomistas daquela época esse mesmo conjunto de órgãos representava a afirmação de sua semelhança.

Partindo de uma certa paridade topográfica, a genitália de homens e mulheres era vista como tendo os mesmos elementos, apenas dispostos de formas diferentes. Ambos possuíam pênis, nos homens este se projetava para fora e nas mulheres para dentro, o útero era chamado de escroto feminino, os ovários de testículos e a vulva de prepúcio. Esse entendimento pode ser de difícil compreensão para pessoas socializadas a partir do modelo atual, pois a ideia de que existem machos e fêmeas na espécie humana é um pressuposto para a matriz de inteligibilidade ocidental moderna.

Portanto, para nos aproximarmos daquela compreensão, é conveniente seguir a condução abstrata que nos oferece um destacado anatomista daquele modo de pensar o corpo:

Pense primeiro, por favor, na [genitália externa] do homem virada para dentro, entre o reto e a bexiga. Se isso acontecesse, o escroto necessariamente tomaria o lugar do útero e os testículos ficariam para fora, dos dois lados dele (GALENO *apud* LAQUEUR, 2001, p. 41).

Da mesma forma, a projeção inversa poderia ser constatada:

Pense também, por favor, no... útero virado e projetado para fora. Os testículos [ovários] não ficariam necessariamente para dentro dele? Ele não os conteria como um escroto? O colo [a cérvix e a vagina], até então oculto dentro do períneo mas agora pendente, não se tornaria um membro? (*ibid*, p. 42).

Essas descrições foram desenvolvidas por um dos principais médicos e filósofos gregos do século II, considerado o pai da anatomia, Galeno de Pérgamo. Se na modernidade a diferença sexual é tomada como óbvia e a diferença genital parece evidente, é preciso compreender que a episteme que sustentava a compreensão de Galeno e seus contemporâneos estava apoiada sobre outros pressupostos que lhes permitiam fazer uma leitura do corpo sensivelmente diferente daquela que é feita hoje.

É nesse sentido que se coloca a problemática de Michel Foucault sobre a ideia de “verdade”, ou seja, aquilo que é aceito como verdade em cada época depende de uma política cultural de representação e ilusão e não de uma suposta evidência dos objetos. Os saberes

anatômicos da Antiguidade clássica sofreram uma ruptura porque a política externa de representação foi alterada, conforme trataremos mais adiante, mas isso nos ajuda a pensar que as verdades que estão postas para nós também não estão dadas em definitivo.

Tais discontinuidades são o que nos permitem isolar os períodos a partir das unidades do saber, restabelecendo o caráter de acontecimento do discurso e, assim, analisar suas condições de enunciabilidade postas pelas práticas discursivas. Assim, não é que os anatomistas da era pré-moderna não observassem nenhuma diferença entre os corpos feminino e masculino, elas apenas não tinham significado por si mesmas, eram representações de outros fundamentos lógicos que se relacionavam à uma realidade transcendental que estaria fora do corpo.

As condições específicas de produção da verdade que estavam dados à época seguiam os tratados lógicos de Aristóteles, filósofo grego que fundou certo modo ocidental de conceber o conhecimento e a verdade (FOUCAULT, 2014a). Aristóteles acreditava que os homens possuem uma vontade de saber como parte de sua natureza que é intrínseca tanto à esfera das necessidades, como dos prazeres humanos. Em outras palavras, o desejo primordial que impulsionaria à obtenção do conhecimento e da razão seria a própria satisfação de alcançá-los.

Nesse movimento seria preciso transcender ao mero uso das faculdades sensoriais a fim de conhecer as causas primeiras do “ser enquanto ser”, para alcançar a contemplação do saber e a produção da teoria. Isto é, para Aristóteles, a experiência pode indicar a qualquer pessoa que o fogo é quente, mas não *porque* o fogo é quente. Por esse motivo, aquele filósofo considerava que “quem conhece as causas com mais exatidão, e é mais capaz de as ensinar, é considerado em qualquer espécie de ciência como mais filósofo” (ARISTÓTELES, 1984, p. 13)

Desse modo, conhecer uma coisa equivaleria a saber necessariamente a sua causa, tal qual indicava o termo grego *aitia* que pode ser traduzido tanto por “causa” quanto “explicação”. Para isso, Aristóteles sistematizou a noção de causalidade subdividindo-a em quatro tipos: causa material, causa formal, causa eficiente e causa final. A causa material e a causa formal, correspondem, respectivamente, à matéria e à forma que dão existência às

coisas e aos seres; a causa eficiente é a própria origem ou aquilo que torna possível sua existência; e a causa final equivale ao propósito ou à razão porque existe ou passa a existir.

Para Aristóteles, as ciências deveriam ser sistematizadas axiomáticamente, ou seja, apoiar-se em premissas que assegurem certo caráter essencial e ontológico da natureza, tornando-se, acima de tudo, uma ciência das causas primeiras. Com essa compreensão, Aristóteles fundou uma lógica onde significar algo era dizer da sua essência.

Ocorre, porém, que axiomas são premissas consideradas autoevidentes e, portanto, não precisam ser provadas. Premissas são, em si mesmas, a redução última possível sobre algo, o ponto de partida para o desenvolvimento de um raciocínio ou de uma argumentação. Para que um axioma funcione é preciso que ele seja assim aceito. A esse respeito, Aristóteles considerava que somente em um sistema muito bem estabelecido, no qual são compartilhadas as regras lógicas para a obtenção do saber, a verdade pode ser aceita pelos interlocutores.

Tal consenso só seria possível, posto que, no pensamento aristotélico, a verdade é considerada uma só e, sendo única, deve ser reconhecida por todos. Em outras palavras, “somente através de um sistema muito bem estabelecido e compartilhado de regras, é possível, de fato, a obtenção de novos enunciados providos do valor da verdade” (SOUZA, 2016, p. 39). Para aquele filósofo, seria impossível proferir duas assertivas distintas sobre uma mesma coisa. Caso isso ocorresse, pelo menos um dos raciocínios seria falso – fosse ele uma conclusão falsa ou uma conclusão verdadeira obtida a partir de premissas falsas – e deveria ser refutado e excluído. Um sistema que não admitia a contradição.

Esse era o modo de contemplação da verdade e do saber no qual os anatomistas da Antiguidade clássica estiveram imersos e a partir do qual desenvolveram suas teorias. Sobre esse pano de fundo, os enunciados sobre o corpo eram ordenados sob uma lógica metafísica, que se referia, em última instância, à abstração sobre sua essência. Nesse contexto, o que fazia de homens e mulheres o que cada um era não partia de uma diferença física, mas de uma realidade que estava fora do corpo e da qual os corpos eram apenas reflexo.

Assim, as diferenças sensíveis entre os corpos de machos e fêmeas não eram, em si mesmas, determinantes para as relações sociais entre homens e mulheres. Suas dessemelhanças físicas eram tão somente reflexos ou expressões de princípios cósmicos que dividiam coisas e seres entre masculinos e femininos e que tinham como causa um certo *telos* da perfeição relacionado à noção de calor corporal.

A noção de perfeição em Aristóteles compunha uma certa ordem natural e hierárquica que organizava o cosmos e o mundo dos seres vivos a partir do princípio do calor vital. Todavia, diferente do entendimento moderno do calor como uma unidade de medida de temperatura, o conceito de calor corporal ou calor vital para Aristóteles não estava baseado em uma qualidade sensível.

Inspirada nas teorias humorais de Hipócrates sobre as relações entre os quatro humores (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra), os quatro temperamentos (sangüíneo, fleumático, colérico e melancólico), os quatro elementos (ar, água, fogo e terra) e os quatro atributos (calor, frio, seco e úmido) (MARTINS, SILVA e MUTARELLI, 2017), a noção de calor se referia a uma evolução tanto física quanto metafísica, por vezes evolutiva e por vezes transcendental – noções que, aparentemente, não estavam tão separadas.

Essa retórica aristotélica esteve na base da medicina de Galeno, para quem os seres vivos eram distribuídos no interior de uma escala de perfeição equivalente ao calor vital. Assim, os anatomistas da época acreditavam que

da mesma forma que a humanidade é mais perfeita que o resto dos animais, dentro da humanidade o homem é mais perfeito que a mulher, e a razão dessa perfeição é seu excesso de calor, pois o calor é o instrumento básico da Natureza (LAQUEUR, 2001, p. 44).

Ou seja, o corpo masculino era visto como a própria expressão da perfeição no mundo e isso se dava por sua suposta natureza quente e seca, em segundo lugar estava a mulher, considerada mais fria e úmida. Desse modo, o entendimento do sexo masculino como representação da totalidade da espécie humana não conferia *status* de igualdade para homens e mulheres, antes cumpria uma exigência retórica que estava fora do corpo, representando

uma hierarquia social onde o homem era a medida de todas as coisas e o corpo masculino a forma humana canônica.

Galeno se utilizava dessa noção aristotélica sobre o calor vital para sua prática médica e o desenvolvimento de suas teorias sobre o corpo. Em seu entendimento, as mulheres possuíam um pênis incapaz de completar seu desenvolvimento e se projetar para fora, permanecendo em um estágio subdesenvolvido no interior do organismo, em razão da ausência de calor no corpo feminino.

Para ele, a genitália feminina era como os olhos da toupeira, que “têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, só que a toupeira não enxerga. Seus olhos não se abrem” (LAQUEUR, 2001, p. 43). O corpo feminino era visto, sob todos os aspectos, como a expressão da imperfeição, seu pênis era considerado precário, pois permanecia eternamente por nascer, junto com seus testículos, atrofiados dentro do corpo.

Na medicina galênica, a produção e circulação dos fluidos corporais eram compreendidas como uma fisiologia que integrava um fluxo corpóreo geral. Isto é, os limites entre sangue, sêmen, suor, alimento; entre os órgãos de reprodução e outros órgãos; entre o calor da vida e o calor da paixão eram indistintos. Assim, a vazão de um tipo de fluido poderia aliviar o excesso de outro tipo, pois todos eles seriam, no limite, o mesmo.

Nesse esquema, cada fluido corporal observável não era considerado de natureza distinta, mas apenas fruto de processamentos diversos. Assim, o sangue menstrual, por exemplo, era visto como o excesso ou resíduo de alimentos, um subproduto orgânico decorrente da precariedade do organismo feminino. Por esse motivo, “a mulher grávida, que supostamente transformava o alimento supérfluo em nutriente para o feto, e as mães que amamentavam e precisavam converter sangue extra em leite, não tinham excesso e por isso não menstruavam” (LAQUEUR, 2001, p. 51).

Por outro lado, o produto mais nobre do organismo humano era o sêmen masculino, entendido como o resultado do máximo refinamento do sangue, possível apenas por seu excesso de calor e perfeição. Ou seja, diante dos diversos acontecimentos biológicos que se faziam evidentes, os enunciados eram criados à medida da demanda por significados.

Assim eram vistas também as “sementes”⁴ humanas que dariam origem aos bebês. Sobre o sêmen masculino o entendimento era bastante simples: ele é quente, espesso, semelhante à espuma do mar; a semente mais forte e mais perfeita da espécie humana e a única capaz de gerar uma nova vida. Por sua vez, o sêmen feminino era envolto por muita controvérsia.

Alguns médicos acreditavam que a mulher não possuía sementes, mas apenas abrigava a semente masculina; outros defendiam sua existência a partir de uma lógica reflexa: se tudo o que pode ser observado no homem é esperado que se observe na mulher, com diferença apenas de grau, então as mulheres devem ter uma semente particular, afinal elas têm testículos. Para este segundo grupo, o sêmen feminino supostamente seria a lubrificação vaginal – proveniente das glândulas vestibulares (LAQUEUR, 2001).

A questão das sementes humanas no modelo de sexo único aponta para duas reflexões muito importantes para a presente pesquisa: 1) uma certa tensão entre as dimensões do prazer e da procriação e; 2) o caráter ontológico do gênero. Tratarei de ambos de modo separado num primeiro momento e, posteriormente, apontarei como esses aspectos se atravessam, especialmente após a mudança paradigmática que passa a compreender a divisão sexual, da qual trataremos no capítulo seguinte.

1.2.1. Prazer e procriação.

No modelo de sexo único orgasmo e desejo eram associados à função procriadora. Seguindo a referência do organismo masculino no qual a ejaculação do sêmen é, frequentemente, acompanhada pelo orgasmo⁵, acreditava-se que as mulheres liberariam sua semente ao alcançarem-no. Segundo a concepção predominante, a formação de esperma – por

⁴ Sementes ou sêmen eram os termos usados para se referir à matéria orgânica que geraria outros seres, mas que naquela época não se tinha nenhuma clareza sobre o que eram ou faziam. O entendimento sobre tais processos será trabalhado no capítulo 2 sobre o surgimento da ginecologia.

⁵ A ejaculação e o orgasmo masculinos não são o mesmo fenômeno, embora estejam frequentemente acompanhados um do outro na cultura ocidental e muitas vezes sejam tratados como sinônimos. A ejaculação masculina se refere ao jorro do sêmen pelo canal da uretra, enquanto o orgasmo é o ápice da tensão sexual. Vale destacar que algumas culturas orientais desenvolvem técnicas para a separação destes dois fenômenos.

homens e mulheres – criava uma espécie de coceira genital que lhes incitava à fricção do coito e, neste ato, o prazer e o orgasmo eram considerados imprescindíveis para a liberação do sêmen de ambos e para a abertura do colo do ventre da mulher para acolher a mistura das emissões.

Os manuais de médicos e parteiras estavam repletos de prescrições para o estímulo das mulheres: “Uma fricção antes do coito seria aconselhável, pois ajuda naturalmente a distribuição da comida [e] também ajuda a receber e a reter a semente” (LAQUEUR, 2001, p. 66); Quando as mulheres apresentavam menos desejo, a terapêutica se dava com a aplicação de massagens com óleos mornos em sua genitália.

Idealmente, homens e mulheres deveriam alcançar o orgasmo juntos, pois se “o homem for rápido e a mulher lenta demais, não há mistura das duas sementes no mesmo momento, conforme necessário às regras da concepção” (LAQUEUR, 2001, p. 125). Assim, as fontes documentais da época indicam que o orgasmo fez parte da rotina de homens e mulheres enquanto vigorou este entendimento.

A adequada estimulação do corpo e a gestão das sensações e dos prazeres eram consideradas como parte do cuidado geral do corpo necessário à reprodução. Assim, o incentivo aos prazeres parecia estar no campo dos deveres, ou melhor, da tarefa cívica da procriação.

A impossibilidade lógica da concepção sem excitação era tamanha que as acusações de estupro eram descreditadas caso a mulher engravidasse. Ou seja, se a mulher só poderia engravidar caso tivesse prazer, a gravidez constituía a prova de que o ato sexual teria sido prazeroso para ela. Esse entendimento estava presente tanto na literatura médica quanto jurídica.

Aristóteles, por sua vez, discordava dessa associação, argumentando que não é preciso ter nenhuma causa eficiente para que haja orgasmo, como pode ser observado nos jovens e nos velhos que são capazes de deleitar-se e produzir sêmen, mas não geram filhos. Para ele, a participação da mulher é de todo passiva, portando seu prazer é irrelevante, a

concepção é o trabalho do homem sobre o material do corpo da mulher, mas o oposto não pode ser verdadeiro.

Muito embora o pensamento de Aristóteles estivesse correto sobre a dissociação entre orgasmo e concepção, o fundamento de sua teoria era da mesma ordem de Galeno, o endosso da ideia de mulher como um homem não maduro, “em termos políticos e biológicos uma versão impotente do homem” (LAQUEUR, 2001, p. 68). Havia, portanto, uma conclusão controversa, mas as premissas eram as mesmas.

Nos termos de Aristóteles sobre a causalidade, Galeno acreditava que o sêmen masculino possuía a causa eficiente e o feminino a causa material ou, em outras palavras, o espírito do novo ser viria do homem enquanto a formação de sua carne seria a contribuição da mulher. Além disso, considerava a existência de sementes fortes e sementes fracas. Tanto homens quanto mulheres poderiam gerar ambos os tipos, a depender das condições, porém, sementes fortes gerariam meninos, enquanto sementes fracas gerariam meninas, independente de onde tivessem vindo (LAQUEUR, 2001).

Sobre esse aspecto, a ideia de que a perfeição ou a ausência dela já estivesse contida nas sementes, apenas evidencia a dimensão ontológica da medicina daquela época. De certo modo, seria como se a própria semente contivesse em si uma certa essência masculina ou feminina, uma forte e outra fraca por natureza. O que aponta para o segundo ponto que interessa tratar sobre as sementes, o caráter ontológico do gênero como um critério de validação dos discursos.

1.2.2. O gênero como critério de limitação da verdade.

Falar sobre gênero no que concerne à medicina de Aristóteles e Galeno é uma interpretação possível apenas partindo das concepções mais atuais. Isto é, os médicos e anatomistas não estavam falando em gênero e sim em macrocosmo, escala de perfeição, calor vital, etc., porém, ao atribuírem significados hierárquicos para as diferenças corporais, criaram enunciados sob o jugo de uma política de gênero.

Quer dizer, parece claro que o corpo possui uma materialidade, mas é impossível que essa materialidade seja acessada senão por uma construção cultural. Os saberes anatômicos do modelo de sexo único operaram no interior de uma escala binária e hierárquica que compunha uma estratégia semiótica complexa: de um lado a perfeição completamente ligada ao ser masculino, do outro a precariedade e o feminino, e esses signos estavam tão imbricados que se confundiam em seus próprios termos.

Nesse sentido, Laqueur (2001) sugere que o gênero era a categoria que ordenava o pensamento médico-anatômico da época e que imprimia sobre os corpos uma certa essência metafísica.

O corpo de sexo único dos médicos, profundamente dependente de significados culturais, servia tanto de tela microcós mica para uma ordem hierárquica macrocós mica, como de sinal mais ou menos estável para uma ordem social intensamente ligada ao gênero (LAQUEUR, 2001, p. 152).

Diante da materialidade de estruturas e processos fisiológicos diversos haviam muitas explicações em dispersão, no entanto o que dava unidade à todas elas era a superioridade e perfeição do macho humano. Assim, as práticas discursivas que conferiam sentido à organização e percepção do mundo e das relações fixaram visceralmente a inscrição cultural das relações de poder à atributos físicos, mas não há nenhuma relação fundamental entre tais elementos.

Isto nos leva a refletir que ainda que o gênero crie uma organização social sobre características anatômicas,

não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida (SCOTT, 1994, p. 13).

Portanto, se considerarmos que o sentido dado à organização social estava orientado pela ideia de uma escala de perfeição construída sobre a divisão do mundo entre as noções de masculino e feminino, é possível compreender que o gênero esteve na organização

das relações de poder entre machos e fêmeas antes mesmo que a compreensão da divisão sexual moderna fosse estabelecida.

Essa tese é proposta por Thomas Laqueur em seu livro *Reinventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001). A partir dela, o autor inverte o entendimento tradicional de que o gênero seria uma construção sobre a diferença sexual e nos provoca a pensar que, ao contrário, a própria noção de sexo é, ela mesma, derivada da diferença de gênero. Tal proposição faz sentido se compreendermos o gênero como uma inscrição cultural de significação das relações de poder (SCOTT, 1995).

Quer dizer, a leitura sobre o corpo e seus fenômenos que se fez na Antiguidade representava uma realidade extracorpórea fundada em uma escala de perfeição e dizia, em última instância, sobre a legitimidade para ocupar certas posições de poder. Ao mesmo tempo, essa distinção hierárquica fixava seus sentidos nos corpos de machos e fêmeas da espécie humana.

Ou seja, a diferença que foi posta sobre o corpo implicou a matéria orgânica e o sexo na própria concepção sobre o poder. A estabilidade das representações se referia à legitimidade para ocupar certas posições e ao poder para exercer certos papéis. Esse era o critério de inflexão da razão que assentava as condições de enunciabilidade do discurso médico e anatômico no período em questão.

A variabilidade dos enunciados e até mesmo suas eventuais oposições obedeciam, em seus limites, aos mesmos critérios de produção da verdade. Assim, não importa se Aristóteles dissociava as dimensões do prazer e da procriação enquanto Galeno criava entre elas uma relação de dependência, o operador lógico para as duas proposições era idêntico: a precariedade do organismo feminino; a passividade da fêmea; sua imperfeição. Essa foi a estruturação axiomática da qual partiram todos os discursos que puderam circular como verdade. Isso não significa dizer que a produção de saberes daquela época - ou de qualquer outra - é uma voz uníssona, produto de um consenso social e cultural, mas tão somente que os significados culturais são construídos através de sistemas de exclusão.

Ou seja, os sistemas de exclusão não são compostos por critérios de validade, mas de validação porque são, antes, condições de materialidade para os enunciados. Isso nos indica seu caráter político e nos conduz à leitura da “política do verdadeiro”. Em outras palavras, os significados são sempre produtos de processos conflitivos, haja vista que as possibilidades de leitura da realidade são variáveis, contraditórias. Apesar disto, as condições de enunciabilidade determinam aqueles discursos que poderão ser acolhidos como verdadeiros e que figurarão como o “rosto de uma época”, ganhando uma aparência de fixidez e obscurecendo seu caráter histórico.

Isto é, as condições de enunciabilidade não são condições externas, nem tampouco situações específicas nas quais se encontra o sujeito falante, elas se dão no próprio nível do discurso e não acima ou antes dele, melhor dizendo, elas são os seus limites, a fronteira do discurso. As condições de enunciabilidade estabelecem o feixe de relações que o discurso deve efetuar para a fala de tais ou quais objetos para poder abordá-los (FOUCAULT, 2000).

Assim, há um regime de materialidade repetível que assegura as possibilidades de reinscrição de seus pressupostos, que permite certa constância e a manutenção da identidade do enunciado a despeito de todas as variáveis de enunciação. Depreende-se, assim, que as hierarquias sociais e o poder eram o operador lógico da racionalidade em questão e a materialidade orgânica era à elas subordinada.

Essa assertiva pode ser reiterada pelo tratamento dado às relações entre pessoas do mesmo sexo naquela época. O sexo entre homens ou entre mulheres não tinha muita relevância ou muita consequência por si só, o que importava era o *status* do indivíduo para a realização de certo papel. Assim, o homem ativo que penetrava outro homem e a mulher passiva que se deixava esfregar por outra mulher, não eram considerados nenhuma ameaça à ordem social, sua ação estava de acordo com o que se esperava de cada um deles. Por outro lado, o parceiro efeminado ou a mulher ativa eram considerados doentes, com sêmen excessivo e mal direcionado.

A questão crítica naquele contexto não era a violação da heterossexualidade - categoria que sequer estava posta no referido sistema de pensamento⁶ - e sim a transgressão dos lugares de poder e prestígio. Em muitos sentidos, a linguagem e as representações que tornavam os corpos cognoscíveis a partir de uma suposta semelhança biológica no modelo de sexo único pareciam dizer muito mais sobre diferenças.

Tratar da história e dos acontecimentos discursivos no horizonte da arqueologia do saber, nos conduz ao ponto central do interesse da pesquisa, qual seja, a emergência do sujeito no arquivo. Quer dizer, o descentramento do sujeito proposto por Foucault demonstra que a sucessão de acontecimentos históricos obedece a uma lógica puramente discursiva, mas que é a partir desses discursos que surgem os sujeitos da história.

A fêmea humana que emerge do arquivo em questão é um ser de natureza precária e imperfeita, uma versão inferior do macho. Esse sujeito não é nem verdadeiro nem falso, pois não há nenhum sentido anterior a ser desvendado sobre ele. A sua existência material se dá no plano da narratividade e não representa um consenso.

Quero dizer com isso que embora os saberes se cruzem mutuamente de modo que os saberes médicos influenciam os textos literários, os códigos jurídicos, as reflexões filosóficas, as decisões políticas, as relações interpessoais, etc., ao mesmo tempo que são por eles influenciados, eles não formam uma estrutura determinante e inescapável que condiciona as relações sociais. Se assim o fosse, o curso da história seria mesmo uma linha reta com a dominação absoluta de um indivíduo ou um grupo de indivíduos sobre os demais. Não o é. A história é marcada por revoltas em todos os níveis.

Como bem pontuado por Foucault, é preciso sempre reconhecer que as relações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência” (FOUCAULT, 2017, p. 104), pois poder e resistência são, ambos, relações intrínsecas. Não é a resistência uma exterioridade do poder, mas um processo da mesma natureza. Por isso

⁶ A homossexualidade se torna uma categoria médica em 1886 quando o sexólogo Richard von Krafft-Ebing inclui essa e outras 200 práticas sexuais como distúrbios biológicos ou psíquicos no livro *Psychopathia sexualis*. Anteriormente essa categoria não era usada nem como desvio e nem mesmo para significar as relações, quer dizer, embora a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo fosse bastante comum, ela não era uma categoria médica.

mesmo, os saberes que formam a política do verdadeiro revelam, aos olhos do arqueólogo, os conflitos, as disputas e não os consensos.

Nesse curso de discontinuidades, os saberes sobre o corpo da era pré-moderna sofrem uma ruptura que se dá no interior de uma transformação de grandes proporções nas formas de apreensão do conhecimento e dos pressupostos para a verdade. Ao final de todo o processo, que se inicia no século XVI e se estende até meados do século XVIII, o modelo de sexo único foi substituído pelo modelo de dois sexos ou modelo da diferença sexual incomensurável.

A ideia de uma diferença incomensurável significa o reconhecimento de duas estruturas conceituais como sendo diametralmente opostas e, portanto, dois objetos que se distanciam de tal modo que impedem uma comparação a partir de suas próprias linguagens. Esse deslocamento é a ruptura do saber que propiciou a criação daquilo que se tornou reconhecível como um “corpo feminino” nos dias de hoje a partir de um sexo próprio com vocabulário, estruturas e processos específicos. Vejamos como se deu tal discontinuidade.

1.3. A ruptura dos saberes sobre o corpo.

Entre os séculos XVI e XVII há uma ruptura radical nos modelos de apreensão do conhecimento e da própria ideia de racionalidade que passa a questionar o misticismo e o dogmatismo religioso. Nesse período, a Europa vive a revalorização das referências da Antiguidade clássica, o que faz com que os historiadores tenham denominado-o de Renascimento ou Renascença.

As explicações macrocósmicas e metafísicas sobre os fenômenos perdiam gradativamente sua legitimidade. Em seu lugar, buscavam-se as referências na natureza e nos fenômenos observáveis. No campo das ciências do corpo, as técnicas de pesquisa se transformam drasticamente. As dissecações de corpos humanos deixaram de ser proibidas e passaram a grandes espetáculos executados diante de dezenas de espectadores, registradas em ilustrações e pinturas (LAQUEUR, 2001).

A história tradicional positivista registrou essa mudança no interior das ciências do corpo como uma transformação técnica e epistemológica a partir da qual a medicina teria se tornado científica rejeitando a atitude teórica e filosófica que marca o seu passado. Nesta interpretação, a abertura dos cadáveres seria o cerne do surgimento da medicina clínica, como se os obstáculos da religião e da moral pudessem, enfim, ser superados e a “verdade” pudesse ser encontrada no corpo aberto.

No entanto, Foucault refuta essa tese histórica em seu livro *O nascimento da clínica* (FOUCAULT, 2001). Contra esta leitura, que cria a ilusão da evolução do conhecimento para justificar o presente, Foucault desenvolve uma análise descontinuista. Para ele, além de a transformação se situar em outro nível, ela é muito mais radical. Ademais, Foucault afirma que as dissecações sempre foram executadas a despeito de sua proibição, em especial nos corpos de pessoas em condição de escravidão.

O que a investigação arqueológica nos sugere é que a ruptura dos saberes sobre o corpo não é explicada pela oposição entre teoria e experiência, mas pela incompatibilidade conceitual entre duas figuras do saber. Se a medicina pré-moderna não partia do exame do corpo humano é porque a realidade de seu objeto não estava ali.

Não havia uma coincidência fundamental entre a doença e o corpo doente. A medicina clássica desenvolveu o conhecimento sobre as doenças em sua natureza essencial, ou seja, ela pode se manifestar em órgãos distintos permanecendo idêntica em sua natureza, o corpo doente é apenas um suporte material de sua existência.

Por outro lado, a medicina moderna passa a relacionar os sintomas e os tecidos, transferindo o espaço da doença para o espaço do organismo. A determinação das patologias não são mais essenciais, elas são causais, seus fenômenos são anatômicos e fisiológicos. Ou seja, a mutação fundamental da medicina é a espacialização da doença no organismo.

Assim, Foucault aponta que a compreensão e a representação da doença passaram de um espaço superficial para um espaço profundo, o espaço corpóreo individual. Isto não é fruto de uma ruptura epistemológica, mas de uma mudança de linguagem, ou melhor, uma transformação na estrutura falada do percebido.

Com efeito, o movimento que se pode notar com relação à ruptura dos saberes sobre o corpo não coincide com a ruptura dos modos de apreensão da verdade ou da mudança técnica pelas quais passa a medicina. Em realidade, o modelo de sexo único coexistiu com a medicina moderna por mais de dois séculos sem nenhum conflito epistemológico. Ou seja, o que muda a forma de ver o corpo não são os métodos ou técnicas, mas as condições de enunciabilidade.

Diante da disseminação da prática de dissecação de cadáveres que ocorre no século XVI, os anatomistas puderam buscar com seus próprios olhos e instrumentos aquilo que estava posto pela autoridade da literatura médica, mas que, até então, só podia ser acessado abstratamente pela grande maioria deles. Diante das vísceras expostas, a mulher foi reafirmada como um homem invertido e a antiga retórica ganhou força com detalhadas ilustrações. Para Laqueur,

o fato de os gigantes da anatomia renascentista persistirem em ver a vagina como uma versão interna do pênis sugere que quase todos os sinais de diferença dependem de uma teoria subjacente, ou contexto, que decide o que conta e o que não conta como evidência (LAQUEUR, 2001, p. 32)

Ou seja, havia uma clara mudança técnica em curso, mas sem a mudança nas perguntas o que se viu indica certo vício epistemológico. A descoberta de pequenas criaturas no sêmen, no final do século XVII, endossou a ideia de que o homem possuía a semente (o ovo da espécie humana) que encontrava um abrigo acolhedor no corpo da mulher que, por sua vez, nutria e doava matéria para a formação do novo ser.

Mais tarde, as descobertas sobre o óvulo – Harvey, 1651; Graaf, 1672; Leuwenhoeck e Hartsoeker, déc. 1670 – inverteram esse entendimento e criaram enunciados embaraçosos, pois então as mulheres é quem forneciam a matéria à nova vida. Mais que depressa aprofundaram-se as pesquisas sobre o sêmen e descobriram os espermatozoides. Assim, os enunciados masculinistas puderam ser restaurados (LAQUEUR, 2001). O ovócito e o esperma puderam voltar a figurar como o macho e a fêmea: ativo e passivo; eficiente e ineficiente.

É já na passagem do século XVII para o século XVIII que começa a haver uma preocupação com a distinção entre machos e fêmeas e este movimento é visto também dentro

das ciências médicas. Os isomorfismos anatômicos são abandonados e “os órgãos que tinham nomes associados – ovários e testículos – passaram a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico – como a vagina – passaram a ter”⁷ (LAQUEUR, 2001, p. 189).

Ao final do século XVIII a ciência havia incorporado as categorias “masculina” e “feminina” como sexos biológicos opostos no interior da nova episteme. Porém, “até o início do século XIX não havia consenso algum com relação ao que o esperma e o óvulo realmente eram ou faziam” (LAQUEUR, 2001, p. 211). Havia duas hipóteses principais, o “ovulismo” e o “animalculismo”⁸, e ambas rejeitavam a ideia da reprodução por partenogênese, ou seja, de que a fusão de duas células desse origem ao embrião - teoria mais aceita atualmente. Nessa disputa,

ou o óvulo continha a nova vida e o esperma era apenas uma versão viva do bastão de vidro que podia fazer com que os ovos dos sapos se desenvolvessem por si sós, ou o esperma continha a nova vida e o óvulo era apenas uma cesta de alimento (LAQUEUR, 2001, p. 211).

O que parece evidente é que o único pressuposto rejeitado era o da igualdade, da possibilidade de que fêmeas e machos pudessem ter uma participação mútua no processo de reprodução. Somente em 1876, com os avanços da microscopia, o zoólogo alemão Oskar Hertwig finalmente conseguiu demonstrar que o esperma realmente penetrava o ovócito e que esse processo *era* a fertilização. Isso promoveu a vitória conceitual da teoria da célula e reafirmou o entendimento de que homens e mulheres são diferentes em todos os níveis concebíveis.

⁷ Derivado do latim, a vagina foi assim batizada pelo anatomista Joann Vesling em referência à peça de couro utilizada como estojo para o Gladius, uma pequena espada romana. Como Gladius era um dos nomes populares, para pênis, a vagina tornou-se, por analogia, uma palavra popular para encaixe da genitália feminina (SIMÕES *et al.*, 2014). Por volta de 1700 a palavra entra no vernáculo europeu a partir do registro do anatomista Joann Vesling como seu nome oficial. Tendo o coito como fenômeno referencial, seu nome demarca a função de ser um receptáculo para o pênis.

⁸ O ovulismo e o animalculismo integravam a teoria performista ou performacionismo, segundo a qual o desenvolvimento de um embrião era apenas o crescimento de um organismo que já estava pré-formado, um homúnculo. Os performacionistas se dividiam em dois grupos: aqueles que defendiam que o animal previamente formado se encontrava no esperma (animalculistas) e aqueles que o situavam no ovócito (ovulistas).

Nesse momento, o sistema genital passa de ponto representativo da semelhança ao fundamento da diferença. Essa mudança é o que Laqueur compreende como a criação do sexo. Num realinhamento das linguagens,

todas as formas complexas onde as semelhanças entre corpos, e entre corpos e o cosmo, confirmavam uma ordem de um mundo hierárquico foram reduzidas a um único plano: a natureza. No mundo da explicação reducionista o que importava era o fundamento simples, horizontal e imóvel do fato físico: o sexo (LAQUEUR, 2001, p. 191).

Diante da exigência de novos enunciados, as metáforas do modelo de sexo único foram inscritas na natureza. Porém, a renovação das linguagens e das formas de explicar os fenômenos não alterou a semiologia dos enunciados, pois

o contexto para a articulação de dois sexos incomensuráveis não era nem uma teoria de conhecimento nem avanços no conhecimento científico. O contexto era político. Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública, altamente ampliada do século XVIII, e em especial no século XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente ou os costumes de tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico (LAQUEUR, 2001, p.192).

No mesmo sentido, a antropóloga brasileira Fabiola Rohden, autora do livro *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (2001), afirma que a possibilidade de mudanças significativas nas relações entre homens e mulheres esteve no centro da preocupação da medicina com a demarcação da diferença sexual. “Essas modificações estavam associadas a uma gradativa ocupação do espaço público pelas mulheres, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho” (ROHDEN, 2001, p. 227).

Como se o corpo pudesse falar por si, os enunciados são atualizados a partir da carne, mas segundo os mesmos pressupostos, criando um *continuum* de sexo/gênero. A linguagem reformulada não fez da biologia moderna um empreendimento menos político, mas, em certa medida, essa dimensão foi ofuscada pelo caráter de neutralidade que a nova linguagem advogou para si.

O fato de a ruptura científica ter coexistido com os saberes sobre o corpo da época clássica por quase três séculos já nos indica que não há um conflito radical entre seus fundamentos e que as rupturas do saber sobre o corpo não são provenientes dos novos métodos, técnicas ou tecnologias, mas das condições de enunciabilidade do objeto em si. A afirmação da separação radical entre machos e fêmeas como sexos opostos incomensuráveis veio antes da formação dos saberes que mais tarde lhe confeririam o valor de verdade.

Como veremos no próximo capítulo, nas preocupações científicas que se impunham à época estava em jogo uma tensão entre a unidade e a diferença da espécie humana. No estabelecimento da emergente racionalidade empirista e da disciplinarização dos saberes, cabia à natureza conferir sentido à ordem social (ROHDEN, 2002). Ou seja, as condições de enunciabilidade alteraram as perguntas que passaram a nortear as pesquisas. A diferença sexual não foi uma “descoberta”, ela foi o pressuposto que passou a nortear as ciências do corpo.

Antes de passarmos a tratar da formação dos saberes sobre o “corpo feminino”, vejamos a história dos saberes sobre o clitóris ainda no período de sexo único.

1.4. Os saberes sobre o clitóris no modelo de sexo único.

A história do clitóris nas ciências médicas é marcada por muito mais silêncios que atos de fala. Um episódio ocorrido no século XVI pode ser bastante ilustrativo nesse aspecto: no ano de 1559 o professor de cirurgia da Universidade de Pádua, na Itália, Matteo Realdo Colombo publicou o livro *De re anatomica*, no qual tratou sobre um certo órgão erétil da genitália feminina que afirmou ser o ponto eminente de prazer na mulher. Colombo se referia ao clitóris e acreditando ser o pioneiro em sua descoberta, assim declarou: “como ninguém percebeu essas projeções e seu funcionamento, e eu posso dar nome a coisas por mim descobertas, isso deve ser chamado amor ou doçura de Vênus” (COLOMBO *apud* LAQUEUR, 2001, p. 90).

A partir desta publicação, os estudos de Colombo foram contestados por seus colegas sob as mais distintas alegações. Alguns anatomistas declararam que qualquer um

poderia ter registrado tal descoberta apenas olhando ou dissecando o corpo da mulher e, portanto, que o estudo de Colombo era óbvio e pouco relevante. Ao mesmo tempo, Gabriel Fallopio, sucessor de Colombo em Pádua, reivindicou ter observado este órgão dois anos antes, acusando-o de plágio. Em meio a toda essa controvérsia, porém, Kaspar Bartholin, declarou que a nenhum deles poderia ser creditada tal descoberta, pois o clitóris já era conhecido de todos desde o século II.

Isto é, quando Colombo tentou registrar o clitóris na literatura médica, o ruído que emergiu evidenciou uma questão bastante complexa: o clitóris era de conhecimento de vários anatomistas, o que fazia com que seu estudo, para esses autores, soasse óbvio e até ridículo; ao mesmo tempo, o clitóris não era mencionado e não estava nos livros de anatomia mais difundidos à época, sendo sua observação inédita para outros, assim como para o próprio Colombo.

Isso aponta para uma condição muito particular desse órgão: uma presença não anunciada. É presumível que quando se falava das “massagens” ou das “cócegas” que as mulheres deveriam receber nos genitais para atingirem o orgasmo, era ao clitóris que os médicos e as parteiras se referiam, isto se considerarmos o entendimento moderno de que ele é o órgão responsável pelo orgasmo no corpo feminino (O’CONNELL, SANJEEVAN, HUTSON 2005).

Assim, se os documentos da época indicam que o orgasmo feminino fazia parte da rotina das mulheres, temos indícios para acreditar que ele teve centralidade, ou pelo menos participação, nas práticas sexuais até o século XVII. Contudo, nos manuais especializados ele não recebia um tratamento teórico e não era sequer nomeado. Logo que alguém falava sobre ele, as linhas de força em disputa lhe negavam reconhecimento e seu autor era imediatamente contestado ou condenado ao ostracismo. Assim, grandes hiatos se formaram na história do clitóris e ele foi “descoberto” e “redescoberto” muitas vezes.

Logo que a controvérsia sobre o livro *De re anatomica* cessou, um novo período de silêncio se instaurou. Dentre as principais figuras envolvidas naquele conflito, Gabriel Fallopio é lembrado até os dias atuais por ter batizado as trompas de Fallopio (atualmente chamadas tubas uterinas); Kaspar Bartholin deu nome às glândulas vestibulares que

lubrificam a porção mais baixa da vagina, as glândulas de Bartholin; já Matteo Colombo, autor do livro em questão, caiu no esquecimento. Ele não foi reconhecido pela descoberta da “doçura de Vênus”, tampouco os estudos anteriores mencionados por Bartholin foram recuperados.

Estes estudos aos quais Bartholin se referiu, eram de autoria de Rufus de Éfeso, médico, cirurgião e anatomista grego do século I d.C.⁹, nascido na região onde hoje fica a Turquia. Rufus foi quem assim batizou o clitóris e, já naquela época, teria indicado este órgão como o responsável pelo prazer no corpo feminino. Mas não só os estudos de Rufus sobre o clitóris foram esquecidos, sua contribuição à área da anatomia geral caiu no esquecimento.

De acordo com o pesquisador de história da medicina, Rafael Romero Reverón, Rufus de Éfeso teria realizado a compilação de termos anatômicos mais antiga de que se tem conhecimento, além de diversos livros de lições anatômicas e um guia de perguntas que os médicos deveriam fazer a seus pacientes para a investigação do quadro clínico. De acordo com Reverón, Rufus de Éfeso foi quem

apontou a distinção entre o cérebro e o cerebelo, reconheceu as membranas meníngeas que recobrem o cérebro, descreveu o corpo caloso [estrutura que conecta os hemisférios cerebrais esquerdo e direito] e os ventrículos; identificou a passagem entre o terceiro e quarto ventrículos. Foi um dos primeiros a observar o entrecruzamento dos nervos ópticos e descreveu as partes do cristalino (REVERÓN, 2013, p. 1329)

Em sua prática cirúrgica, Rufus foi reconhecido por técnicas como a de estancamento de sangue em casos de amputações, que correspondem à mais remota técnica de torniquete. Ainda segundo os estudos de Reverón, Rufus de Éfeso “foi muito respeitado e amplamente citado por Galeno, assim como por autores árabes, bizantinos [...] sua obra teve influência na Idade Média a partir de traduções do grego para o árabe e posteriormente para o latim” (REVERÓN, 2013, p. 1328).

Contudo, os numerosos tratados de Rufus se perderam no tempo e o que se conhece deles são apenas fragmentos e citações contidas nas obras de seus colegas. A

⁹ Embora Bartholin tenha argumentado que o clitóris seria conhecido desde o século II d. C. citando os estudos de Rufus de Éfeso, a pesquisa sobre a obra de Rufus realizada pelo professor de anatomia da Universidade Central da Venezuela e membro da Sociedade Venezuelana de História da Medicina, Rafael Romero Reverón, indicam que Rufus viveu no século I d.C.

despeito da proeminente atuação e obra de Rufus, Galeno foi quem ficou conhecido como o pai da anatomia e teve seus estudos canonizados e utilizados por mais de quinze séculos.

Como apontou Reverón, muitos dos saberes produzidos por Rufus serviram de referência para outros médicos, mas os estudos sobre o clitóris não despertaram interesse semelhante e, sendo assim, os dois eventos de que se tem registro durante o modelo de sexo único, nos quais o clitóris é mencionado, apresentam uma lacuna de quinze séculos entre si. Um longuíssimo período durante o qual este órgão parece ter sido o sujeito oculto dos enunciados sobre o prazer feminino (FERNÁNDEZ, FERNÁNDEZ e CASTRO, 2013).

1.5. Vontade de verdade e a limitação dos discursos.

Em suma, os saberes sobre o corpo no modelo de sexo único e sua posterior ruptura nos remete à problemática central da analítica foucaultiana, a política do verdadeiro. O interesse de Foucault pelos princípios de limitação, apropriação e exclusão dos discursos o conduziu para uma reconstrução morfológica da vontade de saber.

Nesse percurso, Foucault retoma Aristóteles como a figura principal da sistematização de certos fundamentos e princípios gerais que tinham como finalidade distinguir o discurso filosófico de outras formas de análise, movimento este que voltou a Filosofia para si mesma, negando a possibilidade de um discurso de verdade que emanasse de fora dela.

Se, como vimos, a contemplação do saber para Aristóteles perseguia um ideal de verdade, Foucault expõe que esse sistema normativo operou uma exclusão discursiva. Para exemplificar essa assertiva, Foucault remonta a aparição e exclusão da figura dos sofistas, alegando que estes personagens representam uma problemática central para a Filosofia.

Em linhas gerais, os sofistas se interessavam pela vida do homem e de tudo aquilo que é típico de sua existência, praticando a reflexão e interrogação de temas salutaros como o campo da ética, o papel das artes, os aspectos da religião, a função do ensino, entre outros, considerando os raciocínios enquanto aparência, não tendo comprometimento com uma

suposta conclusão verdadeira. Para os sofistas, toda forma de verdade seria apenas convenção e reiteração do já dito.

Desse modo, os sofismas contrastavam com a crença de Aristóteles em uma verdade única que deveria assegurar a harmonia e o consenso seguindo a estruturação axiomática das ciências e a fidelidade aos princípios de causalidade. O exercício da lógica para os sofistas estava nos paradoxos e não nos axiomas, como acreditava Aristóteles. Assim, Foucault indica que a vontade de saber da qual tratou Aristóteles parece ter tomado a forma de uma vontade de verdade. Isto é, um movimento de separação dos discursos a partir de um imperativo de verdade estabelecido por um conjunto de regras discursivas (SOUZA, 2015).

Assim, considerar as condições históricas que possibilitaram a vitória da lógica aristotélica em detrimento dos sofismas ilustra que a história dos discursos verdadeiros foi permeada pelo movimento histórico de separação da verdade e do erro que legitimou e fez funcionar os mais diversos sistemas de coerção através da imposição de um regime de verdade.

Para ele, esse movimento evidencia que qualquer sistema de representações é condicionado por sentidos socialmente aceitos, mas que nem os sujeitos e nem os objetos são elementos estáveis no interior desses sistemas. Assim, para compreender aquilo que sustenta a cognoscibilidade para determinado grupo de indivíduos e em determinado tempo histórico é preciso descrever e isolar os enunciados que puderam circular e que constituíram o sistema de representação e ilusão.

De modo geral, como vimos ao longo deste capítulo, os enunciados sobre o corpo humano na era pré-moderna tiveram como princípio de limitação da verdade uma escala de perfeição que dividia os seres em femininos e masculinos e que dizia, em última instância, sobre o poder para ocupar certas posições e a legitimidade para desempenhar certos papéis. Uma escala binária e hierárquica onde, de um lado, se encontrava o feminino, a precariedade, a imperfeição, a patologia e, do outro, o masculino, este sim perfeito em todas as suas formas, estruturas e processos.

Assim, se só havia um sexo é porque o macho humano era o ser humano universal, a única representação cognoscível à época, não havendo lugar para enunciar um outro corpo/sexo. Dos genitais, só houve o pênis, no entanto, tendo duas estruturas diferentes viu-se um pênis perfeito e um imperfeito; um pênis completo e outro precário; um pênis plenamente desenvolvido e outro atrofiado.

Sendo o corpo masculino a referência do sistema de compreensão e representação do corpo humano, não houve um campo possível de enunciação do clitóris porque não existe nada no corpo masculino que se assemelhe a ele. Isso nos ajuda a compreender porque apesar de terem sido registradas algumas tentativas de enunciação deste órgão, como as de Rufus e de Colombo, elas não encontraram um campo referencial ou domínios associados que lhe atribuíssem valor de verdade. De modo muito diferente, enunciados que viam na genitália feminina uma precariedade similar à dos olhos cegos da toupeira, como aqueles proferidos por Galeno, puderam ter seu lugar de verdade.

Ademais, se a obra de Rufus de Éfeso foi tão difundida e sua contribuição foi tão importante na história da medicina clássica mesmo antes de Galeno, porque foi Galeno que ficou conhecido como pai da anatomia? Se a obra de Rufus foi referência para o próprio Galeno, porque os estudos sobre o clitóris deixados por aquele médico não causaram interesse a este como tantos outros temas? O que faz de um clássico um clássico senão também a função de sujeito do enunciado ser determinada, vazia e variável a ponto de ser ocupada por aquele que atender à vontade de verdade?

Todas essas questões, embora não possam ser respondidas, nos ajudam a pensar na limitação da verdade que se impõe em cada época. Como vimos, no modelo de sexo único, os pressupostos que estiveram na base do ato de conhecer o mundo estavam relacionados ao gênero e à compreensão do masculino como a referência de corpo e também de perfeição e poder. Vejamos, então, como se deu a formação dos saberes sobre o corpo da fêmea humana a partir do reconhecimento da diferença sexual como paradigma.

2. Os saberes sobre o corpo da fêmea humana na modernidade.

Tendo localizado a noção moderna de sexo e da diferença sexual como um acontecimento discursivo, o presente capítulo trata do surgimento de duas áreas intrínsecas ao processo de estabilização do paradigma da diferença sexual e do entendimento sobre o ser humano fêmea como um ser de natureza singular, quais sejam: a ginecologia e a psicanálise. Estas disciplinas fundam o entendimento moderno de um “corpo feminino” e de uma “psique feminina”.

Para tanto, apresento a elaboração do conceito de “regimes de verdade” na obra foucaultiana. Esta noção nos auxilia na compreensão da formação dos saberes próprios das disciplinas modernas que tomam os sujeitos como objeto de conhecimento. O conceito de “regimes de verdade” é utilizado para a apreensão dos modos de subjetivação dos sujeitos dados pela objetivação dos saberes sobre seu corpo-psique, estratégia política denominada pelo autor de poder disciplinar.

Ao final do capítulo, trato da formação dos saberes sobre o clitóris no modelo anatomofisiológico contemporâneo, problematizando suas condições de enunciabilidade diante dos regimes de verdade modernos que fundam o corpo sexuado da fêmea humana.

2.1 Regimes de verdade e poder disciplinar em Michel Foucault.

Para tratarmos da questão dos regimes de verdade em Michel Foucault, cabe retomar o percurso de seus questionamentos quanto à relação entre o saber e a verdade. Em consonância com autores como Machado (1979) e Silva (2004), a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970, é o momento a partir do qual o poder enquanto tema de pesquisa é posto a público por Foucault. Naquela ocasião, o autor tratou do discurso como objeto de investimento do poder e apresentou de modo esquemático alguns procedimentos e regras que, segundo seu entendimento, circunscrevem o plano discursivo para a produção de certa ideia de verdade.

Foi o contato de Foucault com a noção de vontade de verdade tematizada por Nietzsche em *Genealogia da moral* (1887), que teriam inspirado-o a redirecionar suas pesquisas para as formas de legitimação dos discursos modernos. De fato, como o próprio Foucault declarou, seu interesse ao se debruçar sobre a loucura, o criminoso, a sexualidade, centrou-se sempre na “história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Isto é, como relações de poder articulam o corpo, os papéis sociais, as normas e seus padrões de lícito e ilícito, as identidades, a sociabilidade e seus arranjos na história.

O entendimento de Foucault sobre o poder operou um deslocamento importante com relação à ciência e a filosofia política, que analisam a temática do poder com ênfase sobre a questão do Estado. Isto é, se até então o poder era analisado a partir de um centro em direção a níveis cada vez mais periféricos de uma determinada escala hierárquica - o poder de um soberano em relação aos seus subordinados -, as sociedades burguesas, segundo Foucault, não correspondiam mais a essa organização restrita em torno de um poder absoluto, mas à formas de exercício do poder muito mais heterogêneas e, portanto, indescritíveis nos termos da teoria da soberania.

Para o autor o poder não reside somente nas instituições estatais, mas, ao contrário, permeia, orienta e funciona em níveis intrassociais difusos. Assim, a política não é a arte dos negócios do Estado e do governo, mas uma dimensão da vida social. Essa ideia de um poder heterogêneo, no entanto, não deve ser entendida como sinônimo de relações horizontais, tampouco como a extinção das hierarquias.

O que Foucault nos aponta são outras formas de poder que não estão centralizadas na figura de um indivíduo ou mesmo de um grupo de indivíduos. Sem negar a expressão do poder jurídico e do poder estatal, Foucault questionou a visão iluminista e contratualista esposada por autores como Hobbes, Locke e Rousseau que considerava o poder como um direito natural, anterior ao Estado e às formas sociais, constitutivo da soberania e que tem o contrato como matriz do poder político.

De modo diferente, Foucault compreendeu que o exercício do poder se realiza nas relações, isto é, ninguém detém o poder por princípio. Nessa concepção, não haveria um

sujeito ou mesmo um grupo de sujeitos que o detém em oposição àqueles que dele seriam desprovidos, mas o exercício do poder estaria permanentemente em disputa, podendo se exercer hora de um lado e hora de outro lado de uma mesma relação. Sendo assim, o que interessou Foucault em suas investigações sobre o poder, são outras dinâmicas de exercício do poder que atravessam as relações sociais estabelecidas dentro da celebração do pretense consenso que o contrato parece assegurar.

Isto porque, se o poder estabelecido pelas relações de soberania era direcionado muito mais à terra e seus produtos, ou seja, à extração e apropriação dos bens e da riqueza; nas sociedades modernas, o poder é direcionado muito mais aos corpos e seus atos e essas novas formas de organização passavam a exigir novas ferramentas de análise (FOUCAULT, 1999). Assim, o que toma o centro da análise para Foucault são as formas contemporâneas de produção e sociabilidade a partir de seus mecanismos específicos que permitem a extração do tempo e do trabalho de cada corpo. Pois, a partir de então, não apenas o produto do trabalho importa, mas o próprio processo de execução.

Ou seja, se antes a vigilância se dava de modo descontínuo sobre processos que podiam estar distribuídos de formas distintas em relação ao tempo, Foucault observa que o controle dos corpos se torna cada vez mais contínuo e permanente. Os gestos e os processos precisam ser controlados e, portanto, é preciso que a eles sejam aplicadas técnicas e saberes que possam ser reconhecidos como legítimos, pois a vigilância do gesto precisa se estender aos próprios indivíduos de modo contínuo.

Nesse sentido, as formas de exercício do poder tomam muitos formatos e direções que não apenas seu exercício descendente de um centro até os níveis mais baixos e mais longínquos em relação a si mesmo. No entanto, diante da impossibilidade da vigilância ininterrupta de cada indivíduo, é preciso que as relações de poder sejam por ele reconhecidas como legítimas, atravessando suas ações e seus gestos sem a necessidade de controle externo.

Para a análise destas outras formas de exercício do poder sugeridas por Foucault, é preciso que sejam observados os distintos aspectos do poder nele subjacentes. Em sua aula inaugural, o autor apontou os discursos como um campo onde as disputas pelo poder são travadas, isto é, para ele, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os

sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Naquela ocasião, Michel Foucault apresentou, de modo esquemático, alguns dos aspectos que seriam importantes para esta nova analítica do poder baseada em dois empreendimentos de pesquisas, quais sejam, o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, ambos como ferramentas de análise a serem desenvolvidos de maneira complementar. Tais empreendimentos correspondiam a horizontes de investigação que ele pretendia perseguir em seus estudos quando passou a atuar no Collège de France.

Segundo o autor, o empreendimento crítico deveria buscar a indagação de certas formas de exclusão, limitação e apropriação dos discursos que se impunham como condição para que estes pudessem ser considerados como verdadeiros, a exemplo do que o autor trabalhou ao investigar as fronteiras entre a razão e a loucura durante a Idade Clássica ou a limitação da linguagem sobre a sexualidade a partir do século XVI. Ou seja, trata-se de “mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente” (FOUCAULT, 2012, p. 57).

Já o segundo conjunto, o empreendimento genealógico, concerne à formação efetiva dos discursos, nos limites internos e ou externos de controle. Isto é, deve-se buscar entender como se formaram certas séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, crescimento e variação, em outras palavras, as descontinuidades que atravessam a formação discursiva.

Em suma, é possível pensar esses conjuntos como dois aspectos do mesmo fenômeno, “a crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 2012, pp. 61-62). Sendo assim, Foucault orienta que estes dois movimentos de análise sejam tomados como uma tarefa complementar, pois

toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias de controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de

domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação (FOUCAULT, 2012, pp. 62-63)

Deste modo, as duas tarefas não são inteiramente separáveis. Não há, de um lado, os mecanismos de rejeição, exclusão e atribuição e, de outro, a emergência de discursos que seriam submetidos àquelas regras.

Para responder metodologicamente à essa problemática, Michel Foucault tratou de como os discursos são regulados por uma série de mecanismos e procedimentos de natureza política que limitam sua produção e circulação. Formando um sistema complexo de exclusão dos discursos, através de sistemas que lhe são tanto externos quanto internos, a noção de “verdade” é condicionada ao cumprimento de um certo “regime de verdade”. Vejamos no que consistem tais mecanismos e como eles se apresentam.

2.1.1 Os sistemas externos de exclusão do discurso.

Para Foucault há uma dimensão que é exterior ao discurso e que, no entanto, ordena a produção discursiva a partir de modos de controle, seleção, organização e dominação de sua ocorrência. São eles: a palavra proibida; a segregação da loucura; e a vontade de verdade.

A “palavra proibida”, implica a ideia de que não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar qualquer coisa em qualquer circunstância, bem como não é qualquer pessoa que pode falar qualquer coisa. Em outras palavras, trata-se do tabu do objeto, do ritual da circunstância e do direito privilegiado, quando não exclusivo, do sujeito que fala. Pensemos, por exemplo, na temática do sexo na escola: esse assunto pode ser tocado em qualquer circunstância sem que hajam interdições? Em que contextos é legítimo falar sobre sexo no ambiente escolar? É indiferente que dele se trate em sala de aula ou nos corredores? Uma criança pode falar sobre sexo na mesma condição de uma professora? E se for o vigia a falar?

Note-se que as questões levantadas não se referem ao conteúdo daquilo que é dito, mas ao objeto do discurso, seus interlocutores e o espaço ou contexto no qual é proferido, aspectos exteriores - e mesmo anteriores - ao próprio discurso. Em suma, trata-se das

condições de enunciabilidade. Quem vivencia o espaço e a rotina escolar sabe que as crianças falam sobre sexo e se expressam acerca desse tema de muitas maneiras, no entanto, é esperado que sejam orientadas à ordem do discurso e que a elas seja dito quando, onde e quem pode falar sobre o que.

Por sua vez, o sistema de segregação da loucura corresponde ao movimento de circunscrição da ideia de razão à certo modo de racionalidade, passando a qualificar como loucura tudo o que estiver fora de seus limites. Tal estratégia, cria um sistema dicotômico onde, de um lado, se reconhece a razão e, do outro, a não-razão ou a loucura; de um lado os discursos verdadeiros, do outro meros ruídos incompreensíveis dos quais se pode questionar não apenas seu sentido, mas o próprio sujeito falante.

Ou seja, se um indivíduo não cumpre um conjunto de extratos lógicos para a formação de seu discurso, aquilo o que diz não será compreendido por seus interlocutores como uma proposição razoável e será automaticamente rejeitado. Porém, a imbricação entre as noções de razão e verdade é artificial, segundo Foucault, pois uma proposição só é aceita como verdadeira porque aqueles que a reconhecem fazem parte de um mesmo jogo e partilham das mesmas regras. Assim, aquele que não se inclina aos mesmos códigos será reconhecido como louco.

No que toca a vontade de verdade, esta é compreendida por Foucault como o jogo de dissociação entre o verdadeiro e o falso que expressa e assegura os pressupostos que são tomados como base do ato de conhecer de cada época. Ou seja, a verdade não é analisada por Foucault como um problema interno à filosofia ou à ciência, pois não se trata de questionar a verdade ou a falsidade dos enunciados e sim a própria ideia de verdade como uma forma de discurso que opera ritualizando a sua ocorrência.

Para Foucault, a vontade de verdade é um sistema histórico de exclusão que teria tomado o lugar da própria ideia de verdade. Isto porque, no interior deste sistema, os saberes parecem corresponder à uma evolução da compreensão humana. Assim, o conjunto de saberes instituídos e institucionalizados que se tem hoje supostamente representariam todo o conjunto

possível de conhecimentos humanos. Ou seja, só seria possível trazer à tona sentidos explicitados nos discursos já estabelecidos. De acordo com essa lógica,

só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (FOUCAULT, 2012, pp. 19-20).

Assim, investigar as regras de produção da verdade se faz importante na medida em que elas expressam os pressupostos que são tomados como base do ato de conhecer em cada época. Em suma, os sistemas externos de exclusão dos discursos operam através de atos de seleção, organização e controle da ocorrência dos discursos de modo que as relações de poder passam do contexto ao próprio texto, mas nos entremeios dos discursos há, ainda, outros procedimentos de controle apontados por Foucault. Vejamos a seguir quais são e como se efetivam.

2.1.2 Os sistemas internos de exclusão do discurso.

Por outra perspectiva, mas de forma complementar aos sistemas externos de exclusão dos discursos, há também procedimentos internos de controle que funcionam por meio de princípios de classificação, ordenação e distribuição. Quais sejam: o comentário, o autor e as disciplinas.

O comentário, implica a ideia de que cada sociedade possui certo grupo de narrativas que são contadas e repetidas ritualisticamente sem cessar, porque nelas parece haver algum tipo de valor ou sentido a ser explorado, desvendado. Assim, Foucault nos aponta que existem alguns discursos que estão na origem dos novos atos de fala que os retomam ou os transformam, mas que não cessam de partir daqueles e que, portanto, são tão somente comentários. Alguns exemplos desses discursos originários dos comentários, para Foucault, são os textos religiosos, jurídicos e, em alguma medida, os textos científicos.

Com efeito, o comentário nada mais é do que uma relação mútua de ratificação. “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (FOUCAULT, 2012, p. 24). Desse modo, o retorno ao texto primeiro assegura a coerência do texto segundo, que, por sua vez, mantém a solidez do texto primeiro.

No entanto, como um procedimento de limitação ou exclusão do discurso, o comentário tem como única função dizer aquilo que já estava articulado pelo sentido do texto no qual está ancorado, “em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida” (FOUCAULT, 2012, p. 24). Assim, há uma produção discursiva que retoma de modo persistente um conjunto limitado de discursos e que, portanto, não cessa de reafirmá-los.

O segundo princípio de restrição do discurso diz respeito ao autor. Porém, é necessário observar que este princípio não se refere estritamente à um indivíduo que fala ou escreve certo texto, mas sim um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2012, p. 25).

Ou seja, o princípio do autor interpela o texto sobre quem o escreveu em busca de um sentido oculto que supostamente deveria ser buscado para além de sua materialidade linguística, um sentido que se liga à própria vida de quem o assina. O princípio do autor pode conceder ao texto um indicador de verdade ou, ao contrário, dificultar sua circulação ou condená-lo ao ostracismo.

O princípio do autor tem condições variáveis e se apresenta de modos bastante distintos em diferentes contextos. Conforme apontado por Foucault, ele se manifesta fortemente em domínios como a literatura, a filosofia ou as ciências, porém, é possível notar movimentos distintos entre eles ao longo da história. No que toca a literatura, por exemplo, muitos poemas, dramas ou comédias puderam circular em anonimato durante a Idade Média, o que não pode ser notado em nossa época,

eis que, agora, se lhes pergunta (e exige que respondam) de onde vêm, quem os escreveu; pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa; pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas

experiências vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real (FOUCAULT, 2012, p 26).

Assim, trata-se da interpelação do sentido do texto a partir de seu próprio autor e da exigência de uma coerência que supostamente atravessa o sujeito que assina a obra. Mas se na literatura a função do autor foi progressivamente fortalecida, no campo das ciências médicas e biológicas pode se observar o movimento contrário a partir do século XVII com as mudanças técnicas e paradigmáticas das quais tratamos.

Isto é, o lugar canônico do autor como um indicador de verdade ocupado, por exemplo, por Galeno, foi enfraquecido pelo estabelecimento de procedimentos e técnicas padrões aos quais todo pesquisador deve obedecer. Assim, sua validade se liga mais fortemente ao rigor da aplicação de seus métodos do que ao indivíduo que os manipula, seu autor.

O estabelecimento de técnicas, como ocorreu no campo das ciências, se liga ao terceiro princípio de rarefação do discurso: a disciplina. A constituição das disciplinas é um princípio que permite a construção de discursos conforme um jogo muito restrito de validação. “Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 2012, p. 28). De tal modo, as disciplinas constituem uma espécie de sistema anônimo de procedimentos que deve ser empregado igualmente por quem quer que tenha acesso à ele.

Sendo assim, a disciplina não exige simplesmente a reiteração do já dito, ao contrário, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de reformular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 2012, p. 29). Contudo, embora essa dinâmica possa ser lida, à primeira vista, como um campo aberto de possibilidades de criação discursiva, ela ainda é um princípio de limitação de verdades, pois determina exigências complexas e fechadas para a validação de qualquer proposição, apartando aquilo que pode ser considerado verdadeiro daquilo que é declarado falso.

Quer dizer, Foucault nos aponta que toda disciplina é composta por erros e acertos, “erros que não são resíduos ou corpos estranhos, mas que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades” (FOUCAULT, 2012, p. 30). Ou seja, os “erros” são intrínsecos à constituição das disciplinas porque fazem parte da mesma racionalidade que sustenta os discursos considerados verdadeiros e, no entanto, podem ser igualmente sustentados. Isto porque, uma vez tendo cumprido os requisitos da disciplina e atendido às suas premissas, um discurso se encontra “no verdadeiro” e pode ser acolhido como verdade, ainda que não passe de um erro disciplinado.

Em suma, os sistemas internos e externos de controle e exclusão do discurso controlam as possibilidades enunciativas. Assim, a problemática da verdade, em Foucault, se refere à certa forma de se relacionar com o conhecimento, de modo que, a história da razão não evidencia algo que possa ser tomado como a razão em si mesma, mas a história dos discursos verdadeiros obtidos pelo estabelecimento da separação da verdade e do erro. A partir dessa análise, Foucault nos provoca a pensar que se o discurso precisa de regras para sua produção e circulação é porque ele implica riscos e põe em jogo o poder.

Foi nesse sentido que Michel Foucault avançou na análise das relações de poder, demonstrando que elas não passam apenas - e talvez não passem fundamentalmente - pelo nível das repressões diretas, mas que uma dimensão importante dessas relações escapa aos olhos daqueles que insistem em vê-las apenas a partir do direito ou da violência, uma concepção negativa do poder como exclusivamente repressivo, o poder de dizer não. Para ele, é preciso acrescentar à essa analítica uma dimensão positiva - criadora - do poder que tem como alvo o corpo humano.

Com efeito, se o poder agisse tão somente por meio da censura, da repressão, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, se apenas fosse exercido de um modo negativo, ele seria muito frágil (FOUCAULT, 2017). Sua extensão e força se dão porque o poder é gerador, ele investe o corpo de saberes e desejos. É assim que Foucault apresenta a noção de poder disciplinar.

2.1.3 Regimes de verdade e poder disciplinar.

O empreendimento analítico de Michel Foucault sobre as relações de poder se completa pela digressão de seu modo de ação. Nesse sentido, Foucault tomou o saber como objeto do método arqueológico e, seguindo a perspectiva genealógica de Nietzsche, avançou em suas pesquisas a partir do questionamento da própria ideia de racionalidade. Para tanto, passou a analisar as rupturas dos saberes e, assim, estabelecer os períodos em que certos saberes irrompem e se estabilizam, dadas as suas condições de possibilidade.

Nesse momento da obra do autor surge o conceito de “regimes de verdade” para pensar um conjunto de técnicas, conhecimentos e enunciados científicos que formam um conjunto de saberes objetivos sobre os sujeitos e, de certo modo, fundam o próprio sujeito enquanto tal. Em outras palavras, Foucault explicita o caráter histórico da formação dos saberes para ilustrar como as ciências sobre o ser humano criam e sustentam saberes objetivos a partir do movimento de divisão e categorização dos indivíduos.

Assim, o interesse de Foucault se voltou para o movimento de repartição do corpo e da alma em grandes arcabouços teóricos de conhecimento da medicina e da psicologia modernas que fundam o indivíduo como um corpo-psyque. Os primeiros resultados deste projeto surgem entre 1974 e 1975 com a apresentação do curso sobre *Os Anormais* (2001)¹⁰, que trata da articulação entre a psiquiatria e o direito na análise de casos criminais, e o lançamento do livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2010), no qual o autor investiga formas inéditas de investimento político e de poder no controle do tempo e do espaço, fundadas pelo sistema prisional.

Assim, a formação de saberes assegura o exercício de um poder, o poder de dizer o que é o sujeito e, pelo imperativo da ideia de verdade, fazer o sujeito saber-se. Os regimes de verdade, para Michel Foucault, se referem ao exercício de um poder que é essencialmente positivo (gerador) na medida em que é produtor de rituais de verdade, de identidades, de subjetividades.

¹⁰ O livro *Os anormais*, é composto pela transcrição de onze aulas ministradas por Foucault entre os anos de 1974 e 1975 no Collège de France.

É assim que surge uma das teses fundamentais da genealogia de Michel Foucault: o poder é produtor de individualidade ou, em outras palavras, o indivíduo é uma produção do poder e do saber. Essa tese implica o abandono de um sujeito humano a priori, uma matéria orgânica dotada de consciência e anterior ao poder, da qual este viria a se apoderar. Contra as análises do poder como algo que descaracteriza e massifica os seres humanos, que têm como pressuposto a existência de uma individualidade anterior dotada de desejos, necessidades e características diversas, o autor assinala que não existe um sujeito que se encontre fora das relações de poder.

Assim, sem abandonar a questão sobre os saberes, Foucault adiciona a esta a temática do poder. Surge a ideia de um saber-poder, entendendo que estas duas dimensões se asseguram mutuamente. A partir de então, as análises genealógicas passam a buscar a descontinuidade dos indivíduos nos distintos períodos históricos dando ainda mais ênfase ao sujeito que o método arqueológico. Seu foco passa a ser a formação das disciplinas modernas que têm como objeto privilegiado o sujeito.

O ponto fundamental da análise apontada por Foucault é a relação de poder intrínseca a toda produção de saberes que funda uma tecnologia política sobre os objetos que lhe foram dados ao conhecimento. Em outras palavras, os discursos científicos que passam a entender os seres humanos como objeto, criando sobre si a sistematização de saberes objetivos, é justamente o que faz surgir o entendimento sobre aquilo que pode ser entendido como um “indivíduo”. Isto é,

o indivíduo é o resultado de algo que é anterior e que é esse mecanismo, todos esses procedimentos que vinculam o poder político ao corpo. É porque o corpo foi “subjetivizado”, isto é, porque a função-sujeito fixou-se nele, é porque ele foi psicologizado, porque foi normalizado, é por causa disso que apareceu algo como o indivíduo, a propósito do qual se pode falar, se pode elaborar discursos, se pode tentar fundar ciências (FOUCAULT, 2006, p. 70).

Nesse sentido, Foucault aponta para aquilo que ele chamou de poder disciplinar, um poder que se estabelece essencialmente pela formação de saberes e que incide diretamente sobre os sujeitos. Isto é, se o exercício do poder disciplinar exige a formação e circulação de

saberes é porque seu conteúdo sustenta separações, hierarquizações, classificações, conceituações que operam no sentido da individualização.

Sendo assim, “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979). Retomamos, então, as questões colocadas no capítulo anterior: se nem sempre existiu algo que pudesse ser caracterizado como “corpo feminino” e, no entanto, a partir de um determinado momento um certo corpo dotado de gestos, discursos e desejos passa a ser denominado como “feminino”, o que inaugura tal entendimento? Como se formou toda uma gramática para descrevê-lo, um conjunto de técnicas para intervir sobre ele, um espaço físico próprio para si? Como este corpo se torna cognoscível a partir de uma série de signos? Que signos são esses?

2.2. O modelo de dois sexos e a criação do corpo feminino.

Nessa perspectiva, passo à compreensão dos discursos das disciplinas, não como um elemento transparente e neutro no qual a sexualidade é comunicada, traduzida em palavras, mas um lugar privilegiado onde ela se exerce. Seguindo esse entendimento, compreendo a produção de saberes sobre o corpo feminino não apenas como resultado, mas como parte do próprio processo de estabilização do paradigma da diferença sexual e do surgimento de um corpo “feminizado”.

Ora, se a diferença sexual foi fixada como um axioma a partir do qual cada indivíduo é estrangido a comunicar sua própria subjetividade, é porque se fez necessário controlar a produção da verdade sobre o sexo. Nesse sentido, convém analisar o surgimento de duas disciplinas intrínsecas à estabilização do paradigma da diferença sexual e do entendimento sobre um ser humano fêmea com corpo e psique próprios, quais sejam: a ginecologia e a psicanálise.

A formação destas disciplinas é parte da ruptura dos saberes sobre o corpo que inaugura um novo modo de pensar o sexo e, de certo modo, inaugura o corpo feminino que compreendemos hoje. Em consonância com a genealogia do poder, compreendo ambas como

estratégias de saber-poder que se articulam na disputa política pela reprodução de regimes de verdade sobre o sexo.

2.2.1. A ciência da mulher - o surgimento da ginecologia.

A nova episteme havia instituído a diferença sexual e passava a reconhecer o “feminino” e o “masculino” como sexos biológicos opostos, mas também como categorias de cognoscibilidade e, no entanto, ainda não havia uma fundação sólida de saberes que sustentasse essa assertiva. Nas preocupações científicas que se impunham à época, estava em jogo uma tensão entre a unidade e a diferença da espécie humana. Se a mulher era um outro ser, o que havia de específico em sua natureza?

O corpo feminino passou a ser visto como um organismo a ser desvendado e as ciências médicas buscavam o que pudesse haver ali de singular. No estabelecimento da emergente racionalidade empirista e da disciplinarização dos saberes, cabia à natureza conferir sentido à ordem social. Era preciso compreender a *mulher natural* e esse movimento teve como fenômeno o surgimento de uma medicina da mulher, a ginecologia.¹¹

Todavia, o movimento que se viu em direção ao corpo feminino não teve nenhum equivalente sobre o corpo masculino. Não houve, por outro lado, a criação de uma “ciência do homem”, tal qual se passava a estabelecer a “ciência da mulher”. O que chama a atenção não é o fato de que os médicos passassem a reconhecer os genitais masculinos e femininos como estruturas distintas, com morfologia e função diferentes, mas como machos e fêmeas foram alvos de interesses tão diferenciados.

É nesse sentido que Fabíola Rohden destaca a emergência da ginecologia como uma disciplina *sui generis*. Segundo esta autora, foi em razão da “crença na singularidade do corpo feminino como determinado à reprodução que possibilitou a formação dessa especialidade, que definiu as mulheres como um grupo particular de pacientes e um tipo distinto na espécie humana” (ROHDEN, 2002, p. 115). A especificidade da fêmea foi buscada em seu sistema reprodutor.

¹¹ O significado literal da palavra ginecologia é “a ciência da mulher”. De origem grega, o termo é derivado da junção de *Gyné* (mulher) e *Logos* (estudo, tratado, discurso fundamentado). (SIMÕES *et al*, 2014).

Nessa busca, os médicos se voltaram para seu sistema genital que, até então, havia sido compreendido como homólogo ao masculino. A reprodução se tornou um fenômeno tão central daquele empreendimento científico, que a vida e a saúde das mulheres passaram a ser compreendidas em função da preparação, exercício e perda da capacidade reprodutiva.

Em outras palavras, a ideia de que a mulher é regida pela sua função sexual/reprodutiva foi o pressuposto para as pesquisas, um axioma presente desde a formulação das perguntas. Os médicos passaram a acreditar que a natureza das fêmeas humanas era conduzida pelos ovários e pelo útero antes mesmo que se tivesse certeza de seu funcionamento e função exatas. Seus enunciados se estabeleceram a despeito das pesquisas e não em função delas (FREITAS, 2013).

Além da função procriadora como signo de sua natureza, também era reforçada a ideia de que o corpo feminino era um organismo débil, ou seja, lhe faltava força e também saúde. Pesavam sobre os órgãos do sistema genital feminino discursos que os apontavam como a matriz de uma série de patologias físicas e comportamentais e o centro de sua precariedade era seu sistema reprodutor. Isto é, a nova ciência criava enunciados muito semelhantes à sua antecessora estabilizando os signos extracorpóreos da metafísica no nível do corpo.

Assim, a partir da década de 1870, a ovariectomia bilateral, uma intervenção cirúrgica para a retirada dos ovários, passou a ser prescrita para uma infinidade de males considerados “falhas de feminilidade” que iam desde os desejos sexuais considerados excessivos até as dores mais banais para as quais não se encontrava a origem. Com essa prática milhares de ovários histologicamente saudáveis foram extraídos e, apenas posteriormente, com os estudos sobre eles a compreensão de sua função se tornou possível.

Vale destacar que as gônadas masculinas, em contrapartida, não se tornaram alvo de nenhuma prática semelhante, “só se retiravam testículos saudáveis em instâncias raras e específicas, por insanidade criminosa ou tratamento de câncer ou de próstata” (LAQUEUR, 2001, p. 214). Os efeitos fisiológicos e psico-sociais da retirada dos testículos eram discutidos desde a Antiguidade, mas muito pouco se sabia ou discutia sobre a retirada dos ovários.

A despeito da existência de corpos humanos sexuados com um aparelho genital dado, “o que é criado pelas redes de significações e pelas práticas sociais é a importância dada a este fator, é a significação que lhe é atribuída enquanto revelador, catalisador da essência do ser e da identidade do indivíduo” (SWAIN, 2000, p. 60). Afinal, se os ovários supostamente faziam das mulheres o que elas eram, sua retirada para a cura de uma infinidade de males parece ter ligado a feminilidade à patologia por princípio.

Ainda que os mecanismos fisiológicos da reprodução não fossem completamente compreendidos até aquele momento, não havia nada de novo no fato de mulheres menstruarem, engravidarem ou parirem. O que os médicos fizeram foi atualizar as metáforas sobre estes processos. Os enunciados médicos ligaram a reprodução e a degenerescência à natureza da mulher desde as células e tecidos até as suas faculdades mentais. As narrativas biológicas,

multiplicavam as suas patologias, os seus desregramentos causados, em última instância, pelo predomínio do seu sistema genital. A mulher, segundo eles, era governada pela sua fisiologia, a qual era inerentemente patológica (ROHDEN, 2002, p. 118).

Assim, é curioso notar que a “medicina da mulher” fez o movimento inverso ao da medicina geral, situando a doença no nível da essência. Quer dizer, a medicina moderna passava a identificar a doença com os tecidos, abandonando uma visão essencialista e assumindo uma visão causal. Por outro lado, os órgãos femininos passaram a ser compreendidos como fundação da “feminilidade” e suas patologias como fenômenos ordinários de uma natureza essencialmente patológica.

No mesmo sentido, o argumento da especificidade feminina era reiterado pela justificativa de que

as doenças das mulheres eram percebidas como difíceis e acompanhadas de muito sofrimento e sensibilidade nervosa, o que requeria atendentes especialmente treinados para lidar com os perigos desse excitamento nervoso. O tratamento era delicado e não poderia ser efetuado com sucesso na balbúrdia de um hospital geral (ROHDEN, 2002, p. 110).

Esse movimento foi expresso pela separação dos ambientes de tratamento das mulheres. Os hospitais gerais, onde ocorria a prática e também o ensino da medicina, passam

a criar alas específicas para o atendimento das pacientes. Também nesse sentido, são criadas maternidades e unidades de consulta ginecológica em espaços exclusivos. Os médicos ganhavam um lugar por excelência para o desenvolvimento de suas práticas na medida em que a ideia de que as fêmeas humanas eram um grupo humano singular se tornava mais radical.

Contudo, o avanço da área da ginecologia também enfrentava resistências. A intromissão de um homem estranho na intimidade da mulher era um debate delicado dentro e fora da comunidade médica. A moralidade desta nova especialidade foi questionada na medida em que a autoridade da figura do médico conflitava, de certo modo, com a autoridade da figura do pai ou do marido da paciente.

Outro argumento utilizado para a crítica ao desenvolvimento da ginecologia era a suspeita que recaía sobre seus profissionais estarem ligados à prática da contracepção e do aborto. Além disso, “a noção de doenças das mulheres sugeria para o público a associação com doenças venéreas e prostituição” (ROHDEN, 2002, p. 111). Cultivava-se a ideia de que as mulheres seriam eminentemente ligadas ao seu sexo, de um modo instintivo e irracional, portanto a manifestação de sua sexualidade era perigosa e, idealmente, não deveria ser despertada para fins não reprodutivos.

Note-se que o que colocava a legitimidade e o reconhecimento da ginecologia em cheque não dizia respeito à patologização dos processos femininos ou à intervenção ostensiva sobre os corpos das parturientes, tampouco se contestava o abuso de cirurgias invasivas para a remoção de órgãos, muitas vezes, saudáveis. O que estava em questão dizia respeito à dimensão não-reprodutiva da sexualidade feminina: métodos contraceptivos, aborto, masturbação e prazer.

Foi preciso que os médicos da área afirmassem seu total distanciamento e até certo desprezo por tais temáticas para que a ginecologia pudesse ser acolhida e validada como uma ciência genuína. Assim, as autoridades médicas trataram de afastar tais suspeitas promovendo um discurso de condenação de tais práticas e campanhas de apoio à criminalização do controle reprodutivo (ROHDEN, 2001).

Nessa direção, aqueles profissionais se voltaram para o gerenciamento médico da natalidade e das doenças tipicamente femininas, afirmando a ginecologia como a “especialidade guardiã da honra feminina e da regulação das manifestações corporais da mulher, de modo que a maternidade fosse bem encaminhada, a reprodução garantida e a ordem social cristalizada” (ROHDEN, 2002, p. 115). Ou seja, seu reconhecimento só se tornou possível a partir do momento em que seus profissionais demonstraram seu ajustamento à manutenção da episteme.

No avanço de sua institucionalização, a ginecologia operou uma intervenção ostensiva sobre o corpo feminino. Os processos que antes eram vivenciados e compartilhados pelas mulheres e entre mulheres, passaram à exclusiva responsabilidade dos especialistas. A gestação passou a ser acompanhada passo a passo por exames pré e pós-natais e a atividade milenar das parteiras foi condenada, com o início da exigência de uma formação específica com duração mínima de dois anos nas escolas de medicina (FREITAS, 2013).

Assim, a ginecologia instituiu a normalização do corpo reprodutor da fêmea humana através do controle disciplinar minucioso dos gestos e dos processos relativos à procriação. O saber clínico passou a fundamentar cada ação a ser executada pela gestante sob a justificativa de salvaguardar a vida e a saúde da mãe e do bebê, de modo que a própria gestante pudesse assumir a legitimidade de tal vigilância como coerente e verdadeira, estabelecendo-se como um poder disciplinar.

Desse modo, a medicina forjava a singularidade da fêmea humana a partir de dois aspectos principais: a função da reprodução e uma natureza patológica. Ambos ligados intrinsecamente para justificar seus papéis sociais. “A constituição física da mulher estaria ligada a um precário equilíbrio mental, que poderia ser abalado a qualquer momento” (FREITAS, 2013, p. 20), o que se daria pela instabilidade decorrente de seu ciclo hormonal, quando em idade reprodutiva, bem como pela menopausa. Ou seja, durante toda a sua vida desde a puberdade o comportamento da mulher seria supostamente marcado por erupções emocionais e de humor.

Nesse sentido, “a mulher, talhada pela medicina, não teria condições de gerir sua própria vida; deveria ficar sempre na tutela do médico. Seus passos passaram a ser

reelaborados e monitorados dentro e fora da esfera privada” (FREITAS, 2013, p. 19). Assim, a figura do “médico da mulher” ganha importância para o progresso da nação, afinal as desordens do organismo feminino estariam ligadas às desordens sociais.

A médica e psicanalista brasileira Silvia Alexim Nunes (1983), estudiosa dos processos de subjetivação operados pela medicina, relaciona a produção discursiva sobre a natureza patológica feminina ao momento de ampliação da atuação das mulheres na esfera pública no final do século XIX. Médicos e higienistas tentavam reconduzir as mulheres à esfera privada para o cumprimento da função materna e de cuidados domésticos.

A partir de uma dupla lógica da mãe-débil, a medicina instituiu o modelo feminino ideal e, por oposição, o modelo antifeminino. Em outras palavras, a mulher saudável física e emocionalmente se inclinaria naturalmente ao seu instinto materno e de cuidado, porém, quando em desequilíbrio, apresentaria como sintomas de sua degenerescência comportamentos sexuais inadequados, aborto, prostituição e loucura (NUNES, 1983). A tradicional imagem da mãe em oposição à puta, eram assentadas sobre o equilíbrio/desequilíbrio da natureza feminina.

Mas não somente à nível macro as novas metáforas médicas se referiam, os ideais de feminilidade eram inscritos em cada célula, tecido e órgão do corpo da fêmea. Nas últimas décadas do século XIX, quando enfim se aprimorava o conhecimento sobre o fenômeno da reprodução¹², os ideais de feminilidade e masculinidade foram fixados em todos os níveis do corpo humano. Isso é o que demonstram os estudos da antropóloga estadunidense Emily Martin acerca da racionalidade médica sobre os gametas femininos e masculinos.

No artigo intitulado *The Egg and the Sperm* (1991 - O óvulo e o esperma, em tradução livre), Emily Martin faz uma revisão de alguns estudos de grande profusão sobre o fenômeno da fecundação humana e explicita como a descrição técnica sobre ovócitos¹³ e

¹² Segundo Fabiola Rohden (2001), o entendimento de cada fase do ciclo menstrual só alcança resultados mais definitivos no início do século XX.

¹³ O ovócito é a célula sexual feminina, tal qual o espermatozóide é a célula sexual masculina. A fusão destas duas células dá origem ao óvulo, ou seja, o ovócito só passa a ser denominado óvulo após a fecundação. Embora a célula sexual produzida pelos ovários seja comumente chamada de óvulo, o termo correto é ovócito.

espermatozoides estava repleta de estereótipos de gênero o que, segundo a autora, se assemelha a verdadeiros contos de fadas.

No que concerne às descrições sobre o ovócito, ele foi compreendido como frágil e dependente. Em seu ato, “ele não se move, nem viaja, mas passivamente ‘é transportado’, ‘é arrastado’ ou ‘desliza’ pelo tubo falopiano” (MARTIN, 1991, p. 489 – tradução minha). Para Martin, tal qual a Bela adormecida aguardando um beijo do príncipe, o ovócito precisa ser salvo pelo esperma, pois “uma vez liberado do ambiente protetor do ovário, o ovócito morrerá em algumas horas” (MARTIN, 1991, p. 490 – tradução minha).

Em completo contraste, os espermatozoides são reconhecidos como ativos e fortes, mais do que isso, aventureiros, corajosos, entre outros adjetivos que denotam ação intencional. Sua jornada é descrita como uma grande aventura, na qual este estrela como herói. O fato de que o espermatozoide também tem poucas horas de vida não recebe atenção semelhante.

O encontro e a interação entre o ovócito e o esperma foram insistentemente descritos como se o primeiro possuísse uma barreira quase impenetrável, ultrapassada apenas devido à notável performance do gameta masculino com sua cauda que lhe confere velocidade e força (MARTIN, 1991). De certo modo, é como se o ovócito resistisse, mas fosse vencido pelo espermatozoide à força. Para além do caráter violento desta descrição, faria sentido pensar que o ovócito é uma célula que apresenta resistência à realização de sua própria função?

O mais curioso é que diante da observação de pequenas células os cientistas tenham observado verdadeiras cenas com personagens dotadas de personalidade. Essa tecnologia semiótica para a construção dos sentidos vincula as representações hegemônicas sobre masculinidade e feminilidade à uma diferença biológica e, portanto, cria o entendimento de que essas diferenças são naturais e imutáveis.

A crítica que Martin constrói à estas pesquisas, no entanto, vai muito além da tarefa de desvendar os estereótipos de gênero e o sexismo implicado na linguagem científica. Para a autora, a fixação de certos pressupostos compromete as pesquisas com a verificação de

hipóteses parciais e prejudica a capacidade de investigar e conhecer os fenômenos. Tal argumento é evidenciado pelo próprio curso das pesquisas sobre a fecundação humana que vieram a seguir.

Enquanto a passividade do ovócito foi tomada como característica de sua própria natureza, seu entendimento técnico não foi buscado. Todas as atenções e pesquisas estiveram voltadas para a descrição química e mecânica da mobilidade dos espermatozóides, sua aderência à membrana do óvulo e sua capacidade de ultrapassá-la. Somente quando os pesquisadores começaram a investigar a força mecânica do esperma, com o objetivo de desenvolver um anticoncepcional com ação tópica, descobriram que a força do movimento de sua cauda é, na verdade, bem fraca. Melhor dizendo, o movimento da cauda do esperma faz com que sua cabeça mova-se para um lado e para o outro com uma velocidade dez vezes maior do que para frente (MARTIN, 1991).

Essa informação desestabilizou as hipóteses dos cientistas e os levou a reformular suas perguntas. Evelyn Fox Keller, física estadunidense dedicada aos estudos de história e filosofia das ciências, aponta que só na década de 1980 esse entendimento começa a mudar e os processos próprios do ovócito vão sendo reconhecidos. “Pode-se dizer que os pesquisadores os encontraram porque procuraram por eles” (KELLER, 2006, p. 19). O entendimento inicial de que o esperma penetrava o ovócito fazendo força contra sua membrana protetora até perfurá-la, foi alterado a partir das descobertas de processos colaborativos entre ambos.

Afinal, concluiu-se que o esperma e o ovócito se ligam por substâncias adesivas presentes na superfície de ambos. No entanto, Martin (1991) demonstra como a descrição feita a partir das novas descobertas se esforçaram para manter as representações culturais da fêmea como passiva e débil em oposição ao macho ativo e potente. A molécula do esperma corresponsável pela fertilização foi denominada de “proteína ligante ao óvulo”, enquanto sua correspondente do ovócito é chamada de “receptor de esperma”. Um age, o outro sofre a ação.

Entretanto, Martin descreve como tal nomenclatura apresenta uma contradição técnica:

Usualmente, em pesquisa biológica, as proteínas membros do par de moléculas ligantes são chamadas de receptoras, e fisicamente elas têm um bolso que se parece com uma fechadura. Como mostra o diagrama que ilustra o artigo de Wassarman [autor do estudo em questão], as moléculas no esperma são proteínas e têm “bolsos”. As moléculas pequenas e móveis que se encaixam nesses bolsos são chamadas “ligands”. Conforme mostrado no diagrama, ZP3 no óvulo é um polímero de “chaves”; muitas pequenas maçanetas se projetam para fora. Tipicamente, as moléculas do esperma seriam chamadas receptoras, e as moléculas do óvulo seriam chamadas “ligands”. Mas Wassarman escolheu denominar ZP3 no óvulo receptor, e criar um novo termo, “a proteína ligante ao óvulo”, para a molécula do esperma a qual, de outra forma, teria sido chamada de receptora (MARTIN, 1991, p. 496 – tradução minha).

Ou seja, as descrições sobre o corpo feminino e masculino trataram de atualizar o binário hierárquico ativo-passivo, eficiente-ineficiente a despeito de qualquer dado e mesmo sob uma divergência terminológica.

Ainda no que se refere à atividade do ovócito, Martin (2006) demonstra que, quando ele não é fertilizado e segue seu curso pelo processo da menstruação, este fenômeno é descrito como uma falha. As proposições médicas tratam a menstruação como o insucesso de uma célula que tem como função a produção de um embrião e que, não conseguindo cumpri-la, se “deteriora” e é “expulso” pelo organismo.

Se na Antiguidade o sangue menstrual era compreendido pela falta de calor e eficiência do corpo da mulher em processar os alimentos e manter equilibrados os fluidos do organismo, na atualidade a menstruação ainda é descrita como um “erro” biológico. Todavia, Martin (2006) questiona: porque não considerar que o corpo feminino produz bebês e também *produz* a menstruação? Porque a ótica da ineficiência se renova a qualquer custo?.

Leitura semelhante é feita sobre o processo de produção de gametas femininos. Tecnicamente, o embrião feminino apresenta um aporte de cerca de 7 milhões de células germinadoras capazes de formarem um ovócito maduro que ao longo do processo de gestação vão sendo selecionadas, algumas amadurecem e outras se degeneram. Assim, na ocasião de seu nascimento, a fêmea humana já possui todas as células reprodutivas armazenadas, cerca de 300.000, das quais 450 ovócitos, em média, serão liberados durante a vida reprodutiva.

Segundo Martin (2006), esse processo é comumente descrito como ineficaz e desperdiçador pelos especialistas.

Por outro lado, os enunciados sobre a produção de gametas masculinos enfatizam sua eficiência e exaltam uma concorrência dita positiva entre os próprios espermatozoides, processo que garantiria que apenas o melhor, mais forte e mais vigoroso esperma venha a ter sucesso na fecundação. Martin chama atenção para os números aqui envolvidos. Supondo que “um homem produza 100 milhões (10^8) de espermatozoides por dia (uma estimativa conservadora) durante uma vida reprodutiva média de sessenta anos, ele produziria mais que dois trilhões de espermatozoides” (MARTIN, 1991, p. 488 – tradução minha) e, no entanto, esse processo não é visto como um desperdício.

Em suma, ao corpo feminino foram negados atributos de autonomia, agência e poder. Sob todos os aspectos os enunciados sobre a passividade, a falta e a patologia foram renovados. A menstruação, a menopausa, a gestação, o trabalho de parto, etc. não são reconhecidos como algo que as mulheres *fazem*, mas algo que as acomete, algo pelo que elas passam (MARTIN, 2006). Entretanto, essas representações sobre o corpo oferecidas pelo saber perito apresentam o repertório de termos e narrativas que compõem o discurso originário e submete os discursos das pessoas leigas à sua ordem e ao seu regime de verdade.

Ou seja, somos obrigados pelo poder a produzir, ou melhor, a reproduzir a verdade. Somos obrigados a buscá-la, a proferi-la, a reconhecê-la. Assim, a compreensão das fêmeas humanas sobre o próprio corpo parte essencialmente das categorias determinadas pela autoridade médica e ginecológica na medida em que são estes saberes que lhes dizem o que é o seu corpo. A ideia de que as mulheres são regidas pelo aparelho reprodutor, pelo ciclo hormonal ou menstrual passa aos discursos das próprias mulheres

O saber-poder estabelece as categorias de cognoscibilidade pela instituição de um regime de verdade do qual não é possível escapar sem que se seja considerada louca. A título de exemplo, podemos pensar na irritabilidade como um sintoma atribuído à diversos quadros fisiológicos femininos, como a Síndrome pré-menstrual (ou tensão pré-menstrual) ou a

menopausa, contudo, ela é também sintoma de inúmeras outras condições fisiológicas comuns a ambos os sexos como a insônia ou a constipação.

Nos quadros tipicamente femininos ela é significada como uma demonstração do desequilíbrio da fêmea humana, enquanto nos outros casos não lhe é atribuída uma ligação à natureza da pessoa que apresenta aquela condição. Quer dizer, tendo como premissa aceita que o sistema reprodutor feminino é a fundação da natureza da mulher e que essa natureza é instável e iminentemente patológica, parece razoável que a menstruação diga uma verdade sobre o seu ser. Revoltar-se contra as narrativas que as oprimem é apenas um sintoma de sua desrazão e desequilíbrio.

É nesse sentido que Michel Foucault nos aponta que o poder disciplinar é produtor de subjetividade. Constrangida pelos rituais da palavra, a experiência da fêmea humana com o próprio corpo depende das categorias do olhar-enunciação médico para ser compreendida e comunicada, pois aquilo que não foi tematizado ou mesmo nomeado não cria categorias para a significação da própria vivência. Fortemente ancorado ao princípio de segregação da loucura, o poder disciplinar está pronto para descartar qualquer enunciado que venha a refutá-lo.

De modo geral, esta é a “invenção do sexo” da qual trata Laquer (2001), ou seja, foi preciso que se criasse uma teoria de diferenciação sexual para sustentar uma política de gênero sobre a natureza. Como se o corpo pudesse falar por si, os enunciados foram atualizados a partir da carne, mas segundo os mesmos pressupostos, criando um *continuum* sexo/gênero.

Dessa maneira se tornou possível afirmar a diferença entre homens e mulheres em todos os níveis concebíveis. O sistema genital passa de ponto representativo da semelhança ao fundamento da diferença, deslocando a estabilidade do gênero para o sexo biológico. Ao final do século XIX a fêmea humana passava a ter uma natureza singular aos olhos da medicina, uma natureza instável e patológica que tinha como epicentro seu sistema genital-reprodutor e os processos dele derivados.

De modo bastante restrito, se a fêmea saudável e equilibrada física e emocionalmente é a mulher dócil, passiva e cuidadora, qualquer variação indesejada desse quadro poderia, então, ser interpretada/diagnosticada como o acometimento por um desequilíbrio próprio de sua condição fisiológica. Nessa matriz de entendimento, o desequilíbrio da mulher não é uma condição atípica, mas um estado previsto.

Ao final do processo de estabilização da ginecologia como uma disciplina, os discursos da ciência haviam determinado as funções fisiológicas de maneira sobreposta aos papéis sociais. O “corpo feminino” foi criado como um corpo reprodutor e o signo da maternidade impresso sobre ele, ligando-o à esfera doméstica e às atividades de cuidado. Além disso, uma iminente instabilidade justificava sua tutela não mais pelo pai ou pelo marido, mas agora pelo “doutor”.

Todos esses enunciados, se analisados na condição de acontecimento discursivo, nos levam à compreensão de que é a ginecologia que funda o “corpo feminino” e não o contrário. Dito de outro modo, não é a especificidade premente de um organismo que é subitamente desvelada com a emergência da ginecologia, mas é a ideia de um “corpo feminino” que é fundada pelas linguagens, noções e funções específicas que o discurso médico-ginecológico produziu.

A vontade de verdade que buscava o estabelecimento das novas categorias de inteligibilidade a partir da diferença sexual não influenciou apenas a biologia, afinal repensar a humanidade a partir dessa cisão demandava novas representações em todas as esferas de cognoscibilidade.

As novas formas de ver o mundo criavam a ideia de um sujeito e de um universo de referências que não mais estavam fora - num macrocosmo -, mas que, cada vez mais, partiam do indivíduo. No mesmo contexto surge a psicanálise e sua teoria sobre um inconsciente humano dividido pelo sexo.

2.2.2. Psique feminina - a psicanálise e o falo/pênis¹⁴ como significante universal.

Na passagem do século XVIII para o XIX, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a ginecologia, é consolidada a noção de que há uma constituição do indivíduo que escapa ao plano da consciência. Uma base profunda e obscura composta por desejos, medos, lembranças e pulsões que teria a capacidade de influenciar poderosamente o comportamento humano.

A consolidação da noção de uma psique humana se deu sobre os pressupostos da divisão sexual e a formação de seus saberes não só os tomou como um axioma, como se empenhou em justificar essa divisão no nível do inconsciente. A seguir tratarei de modo esquemático da formação de saberes que consolida o campo da psicanálise a partir da teoria de Sigmund Freud, dando destaque para a tematização da diferenciação entre homens e mulheres em sua relação com o epicentro da diferenciação sexual, ou seja, os genitais.

Formulando uma complexa teoria que liga os desejos aos corpos, Sigmund Freud cria um modo particular de compreender a psique¹⁵ humana que tem a sexualidade no cerne de sua identidade epistêmica. Inaugurando uma forma própria de ver a sexualidade, Freud postulou que esta dimensão humana ultrapassa fundamentos anatômicos, transcende a genitalidade e a finalidade procriativa e abrange um ganho de prazer independente da função biológica.

Sem desconsiderar os fatores inatos e constitucionais da sexualidade, Freud cria o conceito de pulsão (*Triebe*) para dar conta do caráter não instintivo da sexualidade em suas múltiplas e contingentes feições. Para Freud, os indivíduos possuem uma constituição pulsional inata distribuída por regiões do corpo que media as primeiras experiências de cada ser humano com o mundo e seus signos culturais.

¹⁴ Em biologia a palavra falo se refere à genitália indiferenciada do feto que dá origem ao pênis ou ao clitóris. Freud utiliza o termo falo tanto para tratar do clitóris como para tratar do pênis, o que é correto do ponto de vista da terminologia biológica. Já no que concerne ao nível simbólico, o falo é um significante exclusivamente masculino, seja ele o pênis ou o clitóris.

¹⁵ O termo psique não é criado por Freud, o que ele cria é a psique como um conceito. Na mitologia grega, Psique é uma divindade que representa a personificação da alma.

O autor sugeriu que as experiências vividas por volta dos primeiros cinco anos de idade são fundantes para o desenvolvimento psíquico dos sujeitos. Isto porque são elas que constituem a raiz de toda uma cadeia de experiências e significantes que, ao longo da vida, vão sendo sobrepostas, remodelando a personalidade dos indivíduos e influenciando suas relações interpessoais.

Para tratar de tais processos, Freud criou a teoria do desenvolvimento psicosssexual que, como o próprio nome indica, relaciona a sexualidade e a psique dos indivíduos de forma intrínseca. Tendo como princípio o paradigma da diferença sexual, ele acreditava que machos e fêmeas apresentam uma fundação psíquica distinta e que isso se justifica, pela experiência peculiar que cada indivíduo terá com seu corpo e, em especial, com seus genitais. Mais precisamente, o fato que estaria na base de todo o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, para Freud, diz respeito à experiência de ter ou não ter um pênis em seu próprio corpo.

A teoria do desenvolvimento psicosssexual compreende cinco estágios, são eles: 1) fase oral, que se inicia com o nascimento da criança e se estende ao longo do primeiro ano de vida; 2) fase anal, que se concentra entre um e três anos de idade; 3) fase fálica, vivida por volta dos três aos seis anos; 4) período de latência, dos seis anos até a puberdade; e 5) estágio genital, que se estende da puberdade até a morte.

Nessa teoria, os três primeiros estágios apresentam um conflito primário a ser confrontado que precisa ser adequadamente superado pela criança, caso contrário podem trazer consequências para o desenvolvimento psíquico e a vivência saudável da vida adulta. Apesar da importância atribuída à passagem de cada etapa, Freud sugeriu que a experiência vivenciada na fase fálica representa um ponto paradigmático para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos. Por esse motivo, apresentarei os principais aspectos de todas as fases, para um panorama geral da teoria, e depois retomarei a fase fálica para melhor tratar alguns aspectos que são caros ao desenvolvimento da presente análise.¹⁶

¹⁶ Para saber mais sobre a teoria do desenvolvimento psicosssexual ver *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (FREUD, 2016).

A primeira fase da teoria do desenvolvimento psicosssexual de Freud corresponde à interação primária que os bebês estabelecem com o mundo através da boca, por isso é denominada estágio oral. A boca é vital para que o bebê se alimente, sinta as texturas e os sabores, além de ser um meio de contato direto com a mãe no aleitamento ou pela alimentação que é feita por outros cuidadores, por isso é uma zona através da qual obtém prazer e confiança.

Isso impõe à criança um conflito primário a ser enfrentado que é o processo de desmame. Para esta teoria, se a criança não tiver suas necessidades atendidas adequadamente nesta fase ou se não viver adequadamente a transição do desmame, pode vir a desenvolver uma fixação oral em outros momentos da vida, como compulsões alimentares, tabagismo ou mesmo o hábito de roer as unhas.

Na segunda fase, o estágio anal, a criança se depara com os desafios de aprender a controlar a evacuação das fezes e da urina. Tomar o controle sobre esses processos, aprender a reter ou soltar cada um deles nos contextos em que são considerados adequados é o desafio primordial que se apresenta à criança nessa fase, momento em que se faz necessário trocar as fraldas pelo uso do banheiro.

Para Freud, a relação que os cuidadores estabelecem com essa vivência será fundamental para o sucesso desta transição. O estímulo adequado ajudaria as crianças a se sentirem capazes e produtivas, enquanto punições ou a ridicularização dos seus erros poderia gerar traços negativos na personalidade dos sujeitos como comportamentos auto-destrutivos ou rigidez excessiva.

As duas primeiras fases do desenvolvimento psicosssexual correspondem à impulsos, instintos e desejos que são inatos aos seres humanos e estão localizados na zona inconsciente da mente, segundo Freud. Essa zona, denominada ID, é regida pelo “princípio do prazer”, isto é, está orientada para a satisfação dos desejos sem considerar noções de certo ou errado e não lida bem com a frustração (FREUD, 2011a). Desse modo, as fases oral e anal são relativas à satisfação de uma libido que é inconsciente, amoral e voltada apenas para si mesma.

Por sua vez, a terceira fase é denominada fase fálica e é o estágio no qual reside o epicentro da construção da personalidade e da subjetividade dos indivíduos, para Freud. Neste estágio do desenvolvimento psicosssexual, o foco principal da libido é direcionado para os órgãos genitais e as crianças passam a explorar sua própria genitália. Também nesse momento tomam consciência de que existem genitais diferentes do seu, seja pela observação de adultos próximos, outras crianças ou mesmo bonecos e bonecas.

Para Freud, tais descobertas, dariam início ao reconhecimento da diferença sexual e levariam a criança a compreender a si mesma e se posicionar no interior desta divisão. A fase fálica é a que mais se aproximaria da vida adulta, pois seu conflito primordial será responsável pela formação da dimensão da moral e dos valores da personalidade do indivíduo, o superego.

De forma contrária ao ID, o superego é o componente inibidor da mente, atuando de acordo com o “princípio do dever” baseado em heranças culturais relativas à valores e regras, um componente social. Retomaremos à análise desta fase mais adiante, antes convém compreender o ciclo completo de desenvolvimento proposto por Freud (FREUD, 2011a).

O quarto estágio é denominado período de latência, pois os interesses da libido do ID são suprimidos. Durante essa fase, que vai dos seis anos de idade até o início da puberdade, a energia sexual da criança é direcionada para habilidades sociais e intelectuais. É a fase em que elas assimilam valores e expandem seus relacionamentos para além do núcleo familiar, predominando o desenvolvimento do ego e do superego, ou seja, o núcleo de sua personalidade e seus aspectos sociais.

A quinta e última fase do desenvolvimento psicosssexual é a fase genital. Se nas fases anteriores o foco do desenvolvimento esteve voltado para as necessidades e descobertas individuais, a partir da puberdade o sujeito passa a se interessar pelo outro. A libido, que estava em período de latência, se torna ativa novamente, o que resultaria no interesse sexual

pelo sexo oposto, segundo Freud¹⁷. O objetivo desta etapa é a vivência equilibrada das diferentes dimensões da vida.

Em suma, com a teoria do desenvolvimento psicosssexual, Freud ligou os corpos e os desejos, localizando na vivência corporal da criança a formação de uma vasta dimensão da personalidade humana que pode ser a raiz tanto de uma vida saudável e equilibrada - segundo os parâmetro de seu criador -, até a fonte de todas as neuroses, psicoses e perversões. Nesta formação, Freud deu destaque à fase fálica como o estágio que apresenta o desafio primordial mais crítico a ser enfrentado pelos indivíduos, que se liga, fundamentalmente, ao princípio da diferença sexual.

Voltemos, então, à fase fálica a partir da qual Freud desdobra dois conceitos centrais para sua teoria: o complexo de Édipo¹⁸ e a inveja do pênis ou complexo de castração. No curso do desenvolvimento infantil, que se dá pela exploração e vivência do mundo e das relações a partir do próprio corpo, Freud acredita que as crianças vão criando inúmeras teorias para responder às questões que se apresentam diante de si. Uma dessas questões basilares surgiria a partir da constatação da diferença sexual, em especial, da percepção da diferença genital.

Na teoria psicanalítica, a diferença anatômica tem consequências psíquicas bastante distintas para meninos e meninas, porém tendo como signo o mesmo elemento, o pênis. Para Freud, a percepção de que há genitais que são diferentes do seu é uma experiência de estranhamento que não é incompreensível num primeiro momento para a criança. Estranhamento sobre o qual ela passa, então, a elucidar.

¹⁷Inês Loureiro chama a atenção para o paradoxo crítica/normalização na abordagem freudiana da homossexualidade “por um lado, esvazia seu caráter patológico, afirmando que ela não passa de uma entre várias possíveis constelações produzidas pelas vicissitudes edípicas; por outro, o potencial normativo emerge com exuberância, pois certamente não é inócua conceber a homossexualidade como ‘interrupção’ ou ‘inibição’ no desenvolvimento, ou ainda, alocá-lo entre as perversões” (LOUREIRO, 2004).

¹⁸ O complexo de Édipo é um fenômeno psicológico complexo que ocorre na fase fálica do desenvolvimento psicosssexual freudiano. O complexo de Édipo ocasiona o rompimento do narcisismo primário infantil, introduzindo a criança no simbólico. Em sua passagem, a criança vive um conflito que se desenvolve a partir do início da percepção da diferença sexual e da autopercepção como “menino” ou “menina”, tendo como desdobramento a experimentação do sentimento de desejo pelo pai/cuidador do sexo oposto e de hostilidade pelo pai/cuidador do mesmo sexo. A superação adequada de seu conflito é central para a formação da identidade sexual, segundo Freud. Esse fenômeno foi inicialmente descrito na obra *A interpretação dos sonhos* de 1899 e serviu de base para as teorias sobre o desenvolvimento psicosssexual de Freud. Para os interesses da presente análise, nos ateremos à dimensão da percepção genital desta teoria.

Na impossibilidade de compreender que a ausência de pênis é uma característica do sexo feminino, os meninos passariam a supor que aquele membro deve ter sido retirado da menina por algum motivo relevante. Ou seja, “a ausência de pênis é vista como resultado de uma castração, e o menino se acha ante a tarefa de lidar com a castração em relação a ele próprio” (FREUD, 2011b, p. 153).

A suposição de que o pênis lhe foi tomado, faz com que ele considere que apenas mulheres indignas ou culpadas por impulsos proibidos teriam perdido o genital. Esta constatação lhe causaria duas reações que determinarão permanentemente as relações do menino com as mulheres: horror da criatura mutilada ou desprezo por ela (FREUD, 2011c). Ao longo de todo esse processo, os meninos enfrentam os desafios emocionais e psíquicos de se posicionarem no interior da divisão sexual a partir de seus significantes.

Já a experiência da menina com a descoberta da distinção genital, que se dá a partir da observação do pênis, é considerada instantânea e arrebatadora, conforme Freud explica:

Ela nota o pênis de um irmão ou companheiro de jogos, flagrantemente visível e de tamanho notável, reconhece-o de imediato como a superior contrapartida de seu próprio órgão pequeno e oculto, e passa a ter inveja do pênis (FREUD, 2011c, p. 261).

Assim, o grande desafio que se apresenta para a menina é o reconhecimento de que ela não possui um pênis, tampouco poderá possuí-lo, pois é um ser castrado. Assim, de modo semelhante à conclusão a que os meninos chegam, as próprias meninas também passariam a compreender sua falta de pênis como uma punição pessoal.

A descoberta do pênis abre uma ferida no narcisismo da menina e como cicatriz ela está fadada ao desenvolvimento de um sentimento de inferioridade. O desenvolvimento saudável dessa fase, esperado por Freud, é a compreensão do caráter universal da diferença sexual e seu reposicionamento no interior dessa divisão, aceitando sua condição de mulher, de acordo com o modelo social.

No entanto, a inveja do pênis é um fato muito difícil de ser superado no curso do desenvolvimento psicosssexual estabelecido por Freud, por esse motivo as meninas podem

desenvolver a fantasia de que poderiam ganhar um e algumas passariam a acreditar que realmente o têm. Esse comportamento seria o germe das mais diversas inadequações do comportamento feminino, dentre as quais Freud (1925) exemplifica a rejeição da mãe, por entendê-la como culpada de sua falta de pênis; o sentimento de ciúme vivido de maneira acentuada; bem como a insistência pelo desempenho de um comportamento masculino.

Nesse ponto, é preciso frisar que o “comportamento masculino” ao qual Freud se referiu não deve ser entendido como uma performance gestual, indumentária ou de orientação sexual homoerótica, mas tão somente como qualquer comportamento que fosse considerado inadequado para o ideal de feminilidade aceito à época. Isso inclui, por exemplo, atitudes de força e comando, a negação do casamento ou da maternidade e mesmo o ato da masturbação feminina.

Sobre a masturbação, especificamente, Freud a reconhece como um ato eminentemente masculino, seja ela operada pela fêmea ou pelo macho. Assim, quando a menina explora narcisicamente sua própria genitália e se masturba, ela estaria executando um ato masculino. Nesse sentido, Freud compreende que

a natureza da mulher se acha mais distante da masturbação, e para resolver o problema colocado podemos aduzir a reflexão de que pelo menos a masturbação do clitóris seria uma prática masculina, e que uma condição para o desenvolvimento da feminilidade seria a eliminação da sexualidade clitoridiana (FREUD, 2011c, p. 264).

A nível psíquico, o afastamento da fêmea em relação à masturbação é uma consequência da

humilhação narcísica relacionada à inveja do pênis, a lembrança de que neste ponto não é possível ficar à altura dos garotos, sendo melhor deixar de lado a concorrência com eles. Dessa maneira, o reconhecimento da diferença sexual anatômica impele a menina a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, em direção a novas trilhas que levam ao desenvolvimento da feminilidade (FREUD, 2011c, p. 265).

Assim, embora Freud tenha tratado do clitóris e da masturbação clitoriana, sua visão não conseguia reconhecer no falo feminino senão um signo masculino do qual as

meninas precisam abdicar para se tornarem femininas e conseguirem prosseguir com o desenvolvimento psíquico e social saudável.

Desse modo, o enfrentamento da inveja do pênis pelas fêmeas, segundo Freud, exige a troca de seu objeto de desejo de modo que

ela abandona o desejo de possuir um pênis, para substituí-lo pelo desejo de ter uma criança, e com esta intenção toma o pai por objeto amoroso. A mãe se torna objeto de ciúme; a menina se tornou uma pequena mulher (FREUD, 2011c, p. 265).

Sendo assim, a ideia da passagem do ID para o desenvolvimento do superego nas meninas está ligada à necessária rejeição de seu falo para o desenvolvimento do comportamento aceito como feminino. Dessa maneira, Freud aliena a menina de seu próprio clitóris, pois, para ele, a cognoscibilidade deste órgão é masculina mesmo que sua materialidade se concretize num corpo de fêmea.

Segundo o autor, as mulheres têm em seu próprio corpo um órgão que deve ser negado, do qual devem se afastar para que possam seguir o caminho natural do desenvolvimento de uma feminilidade saudável. Nesse curso, a teoria do desenvolvimento psicosssexual tem como princípio a diferenciação sexual balizada pela presença ou ausência do pênis.

Isto é, a principal característica da organização genital infantil é ligada à um único significante, pois “para ambos os sexos, apenas *um genital*, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do *falo*¹⁹” (FREUD, 2011b, p. 152 - grifos do autor). Assim, simbolicamente o desenvolvimento psicosssexual é marcadamente binário, porém apenas os meninos possuem o significante de poder.

No estágio da organização pré-genital sadicoanal²⁰ não se pode ainda falar de masculino e feminino, prevalece a oposição de ativo e passivo. No estágio da organização genital infantil que então se segue há masculino, mas não feminino; a oposição é: genital masculino ou castrado. Apenas ao se

¹⁹Nesse trecho Freud se refere ao falo como sinônimo de pênis. Quer dizer, embora Freud trate o clitóris também pela nomenclatura de falo, o significante universal que está na base do desenvolvimento psicosssexual é apenas o falo/pênis.

²⁰ A fase anal, também é denominada por Freud como sadicoanal devido à conexão que existiria entre impulsos anais e sádicos em sua teoria. Esta relação não será tratada aqui. Para saber mais ler: “Autobiografia” (Freud, 2011d).

completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com masculino e feminino. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno (FREUD, 2011b, p. 155).

Quer dizer, as oposições simbólicas às quais Freud se refere no curso do desenvolvimento psicosssexual são: ativo/passivo; falo/castrado; masculino/feminino. O signo do feminino se revela apenas quando o corpo feminino passa a apresentar a capacidade de reprodução. “A fase fálica é organizada pela oposição falo/castrado (ou se tem um falo ou não se tem nada); [...] O falo assim faz parte da lógica mono-sexual, que não admite diferença, nem outro sexo” (GALLOP, 2001, p. 279). A fêmea, que antes era apenas passividade e ausência, se torna mulher-mãe.

A hierarquia sobre a qual se assenta a inteligibilidade da obra de Freud é marcada: os meninos vivenciam a satisfação de ter o único órgão realmente valioso e temem perdê-lo, enquanto às meninas resta o sentimento de inferioridade e o desejo pelo genital masculino. Em outras palavras, faria parte do curso natural e saudável do desenvolvimento de homens e mulheres a compreensão e aceitação da superioridade masculina. No entanto, para a passagem adequada desse estágio, meninos e meninas têm um desafio crucial a ser enfrentado: a superação do complexo de Édipo.

Para Freud, existe um contraste fundamental na ultrapassagem dessa barreira psíquica para meninos e meninas. Nos meninos o Complexo de Édipo seria destruído de modo firme e definitivo pelo choque da ameaça de ser castrado. Esse temor arrancaria os meninos do estágio da libido orientada pela primazia egoísta do ID e os colocaria diante dos princípios regidos pelo superego.

Já nas meninas ocorreria o processo inverso, a vivência do Complexo de Édipo é introduzido pelo complexo de castração. No entanto, o desafio primordial da fase fálica seria de difícil transição para elas, pois na ausência de um evento significativo para o abandono do Complexo de Édipo, as meninas poderiam permanecer até uma idade muito avançada desejando possuir um falo ou mesmo acreditando tê-lo. Nas palavras do autor,

essa contradição é esclarecida se ponderarmos que o complexo de castração sempre age no sentido de seu conteúdo, inibindo e limitando a masculinidade

e promovendo a feminilidade. A diferença, neste trecho do desenvolvimento sexual do homem e da mulher, é uma consequência compreensível da diversidade anatômica dos genitais e da situação psíquica a ela relacionada; corresponde à diferença entre a castração realizada e aquela apenas ameaçada (FREUD, 2011c, p. 266).

Assim, Freud acreditava que o processo de formação do superego para as mulheres seria problemática e, por esse motivo, elas teriam tanta dificuldade em se ajustar àquilo que ele compreendia como características inatas da feminilidade. Mais gravemente, essa relutância impediria as mulheres de formar um superego autônomo em relação às suas emoções. Dessa maneira, Freud acreditava que

o nível do que é eticamente normal vem a ser outro para a mulher. O Super-eu [superego] jamais se torna tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens afetivas como se requer que seja no homem. Traços de caráter que sempre foram criticados na mulher — que ela mostra menos senso de justiça que o homem, menor inclinação a submeter-se às grandes exigências da vida, que é mais frequentemente guiada por sentimentos afetuosos e hostis ao tomar decisões — encontrariam fundamento suficiente na distinta formação do Super-eu [superego] que acabamos de inferir. Em tais juízos não nos deixaremos influenciar pela contestação dos partidários do feminismo, que desejam nos impor uma total equiparação e equivalência dos sexos, mas admitiremos de bom grado que também a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto (FREUD, 2011c, pp. 267-268).

Nessa passagem, Freud nos aponta um elemento muito interessante para a presente análise: sua teoria trabalha com modelos ideais de feminilidade e masculinidade. Isto é, embora o autor tenha considerado que todos os indivíduos humanos contém em sua constituição psíquica traços tanto masculinos quanto femininos, sua teoria está assentada sobre a noção de representações ideais do “masculino” e do “feminino”.

Os modelos ideais de masculinidade e feminilidade “puras”, conforme justificado por Freud, seriam uma construção teórica, um ideal de representação e não um sistema fechado e inescapável. No entanto, o problema da representação ideal é que, como uma imagem última do plano lógico, ela se sobrepõe, de certo modo, à realidade empírica de cada indivíduo, porque ela opera no plano do imaginário.

Ou seja, os elementos tomados como fundantes de certo modelo obedecem à ordem do discurso e são investidos do *status* de verdade, portanto, asseguram relações de poder. Desse modo, a constituição de modelos ideais revela o regime de verdade que, num duplo movimento, o sustenta e é por ele sustentado.

A psique da fêmea humana que surge com a teoria freudiana tinha como fundamento a mesma formação discursiva da *mulher natural* da biologia: enquanto a ginecologia reconheceu um corpo que tem como matriz a função orgânica da reprodução, a psicanálise proclamou uma psique que tem como signo a função social da maternidade.

A partir de outra linguagem e por caminhos lógicos distintos, Freud endossava a mulher forjada pelas ciências médicas: um indivíduo que tem sua cognoscibilidade ligada à reprodução; que tem o aspecto moral de sua personalidade ligada mais intimamente às emoções que à racionalidade; um ser naturalmente mais apto à esfera doméstica e às atividades de cuidado.

Tal qual a formação de saberes orquestrada pela “ciência da mulher”, a teoria freudiana encontrou um espaço de ressonância e eco. Seus estudos tiveram como cenário intensas disputas políticas pelo avanço do feminismo e a progressiva ocupação da esfera pública pelas mulheres (ROHDEN, 2002). Quer dizer, haviam condições de enunciabilidade que não apenas tornaram tais discursos possíveis, mas os acolheram e canonizaram no interior dos saberes de nossa época.

A despeito da teoria de Freud tratar do nível simbólico, ela estava estreitamente relacionada ao corpo. Não resta dúvidas de que Freud tratava mesmo da dimensão material do corpo, de modo geral, e do membro masculino especificamente - afinal ele usava o termo *pênis*, tratou da *inveja do pênis* e desenvolveu explicações minuciosas sobre as questões psíquicas a nível corporal ou a partir dele. Essa vinculação se mostrou bastante problemática e foi alvo de muitas críticas, especialmente do campo do feminismo.

Na tentativa de desfazer esse nó e, ainda assim, manter viva a teoria freudiana, surgiram algumas releituras que investiram na desvinculação entre as noções de pênis e falo. Uma das principais foi aquela desenvolvida pelo psicanalista francês Jacques Lacan. A

apropriação de Lacan abriu novos campos de discussão por reposicionar a teoria de Freud no campo da linguagem, isto é, da cultura.

O falo, em Lacan, seria um significante de ordem simbólica, de modo que ele não é um órgão real e nem de fantasia, mas um atributo capaz de gerar significado. Lacan admitiu que a linguagem é falocêntrica, mas não equiparou essa noção à opressão das fêmeas pelos machos, porque, para ele, o falo não é o pênis. Em outras palavras, se a linguagem gera significado e o discurso é falocêntrico, ter um falo equivale a estar no centro do discurso, podendo operar quem está fora ou às margens dele (LACAN, 1998).

Para Lacan, todo sujeito, independentemente de sua genitália, é simbolicamente castrado, pois para tornar-se homem ou mulher, seria necessário assumir uma identidade sexual alienada. Lacan tratava, pois, dos conflitos e inquietações de um animal bissexual que precisaria se ajustar ao mundo social assumindo uma identidade sexual. Sua teoria interpretava as acepções de Freud como uma noção que poderia estar mais no campo da cultura que no corpo físico propriamente dito.

Sendo assim, tanto os homens quanto as mulheres poderiam ter o domínio do falo, porque ele não pertenceria a nenhum dos dois por princípio. Os machos têm pênis, mas o falo, como um conceito simbólico, ninguém o tem. Com essa virada discursiva, Lacan parecia ter alçado a dimensão simbólica do inconsciente à um lugar onde a fêmea humana e também o macho humano não estariam naturalizados e, principalmente, onde os signos culturais não estariam sobrepostos ao corpo.

No entanto, Lacan - e parte de seus críticos - parece ter caído nas armadilhas da própria linguagem ao apostar na possibilidade de desvinculação entre falo e pênis. Isso é o que nos mostra a professora estadunidense de literatura comparada, Jane Gallop, que se dedicou à análise teórico-literária das possibilidades e impossibilidades de distinção falo/pênis pretendida por Lacan em sua interpretação freudiana. Segundo a autora,

o significante *falo* funciona de maneira diferente do significante *pênis* [...] produz diferentes associações. Mas ele *também* sempre se refere ao *pênis*. Os lacanianos podem *querer* polarizar os dois termos numa clara oposição, mas é difícil polarizar sinônimos (GALLOP, 2001, p. 280 - grifos da autora).

Quer dizer, se o falo é uma metáfora do pênis, o contrário não pode se realizar exatamente. Dito de outro modo, “uma metáfora é um significante em lugar de outro significante” (GALLOP, 2001, p. 285), mas, no limite, haverá sempre um termo auto-referente, que não pode ser compreendido pela alusão à nenhum outro, mas somente por si mesmo. A virada que Lacan tenta fazer é instituir o falo como o referente último, que não simboliza nenhuma outra coisa, contudo a proposição lacaniana do falo transcendental não consegue se livrar do fato de que o falo só pode ter significado por referência ao pênis ou sendo mesmo confundido com um pênis.

Isso nos impõe uma problemática sobre os domínios da linguagem no nível em que as palavras e os conceitos sustentam relações de poder. A noção do falo como um atributo de poder conduz à consequência lógica de uma confusão entre falo e pênis, sendo o pênis o significante auto-referente e, ao mesmo tempo, o atributo de um sujeito corporificado. Na análise de Gallop, “essa confusão sustentará uma estrutura em que parece razoável que os homens tenham poder e as mulheres não o tenham” (GALLOP, 2001, p. 281).

Essa ambiguidade, longe de ser um mero equívoco, pode ser compreendida como uma estratégia de economia dos discursos de verdade que vincula o reconhecimento da diferença sexual à legitimidade do exercício do poder. No nível simbólico, ao decretar o pênis como o signo universal do qual deriva todo o desenvolvimento psíquico de homens e mulheres, a psicanálise reafirmou o macho humano como o ser humano universal e seu corpo como a medida de todas as coisas, tal qual já tratavam Aristóteles e Galeno no período clássico.

A diferença genital conduziu Freud à uma única dedução possível: a superioridade masculina. Em sua teoria, a inferioridade do corpo feminino seria tão óbvia que meninos e meninas imediatamente a deduziriam ao tomarem consciência da diferença genital/sexual. Sendo assim, o horror e o desprezo dos homens pelas mulheres seria uma consequência psíquica desta “verdade” manifesta. A inveja do falo não seria mais que o reconhecimento da fêmea humana de sua própria condição de inferioridade.

Em suma, a formação de saberes que passava a reconhecer uma dimensão inconsciente dos seres humanos, atrelou os corpos e os desejos; sobrepôs elementos inatos e

culturais; imbricou a fisiologia, as emoções e os comportamentos socialmente aceitos e alicerçou toda essa teoria sobre o signo de um atributo corporal masculino, pois manteve como único significante da cultura e signo máximo de poder um atributo que só pode ser apreendido pela referência ao pênis.

Diante de todo o exposto e tomando o saber como uma prática discursiva, uma inventividade (FOUCAULT, 1979), podemos situar o corpo na história e colocar em perspectiva o surgimento da sexualidade moderna como um produto da passagem do século XVIII para o século XIX, restaurando seu caráter de acontecimento. O atravessamento do corpo pelas descontinuidades da história inviabiliza as interpretações que partem de uma posição normativa e a-histórica da diferença sexual. Com efeito,

não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada" (SCOTT, 1994, p. 13).

Isto é, a “mulher” surge a partir da ginecologia e não o contrário; a “psique feminina” surge a partir da psicanálise, ela não é um princípio do qual parte a psicanálise. Em outras palavras, a fêmea humana como um ser singular com corpo e psique próprios é uma invenção moderna.

No curso da formação dos saberes que trataram de determinar a singularidade da fêmea humana, surge um indivíduo de natureza instável e obscura, regido por seu sistema genital-reprodutor. Isto é, o corpo feminino é criado como um corpo reprodutor e o signo da maternidade é impresso sobre as fêmeas criando como representação ideal a mulher-mãe (MARTIN, 1991; MARTINS, 2004; SWAIN, 2000, 2007).

No nível do corpo, a “ciência da mulher” tratou de uma *mulher natural* que tem todo o funcionamento do seu organismo ligado ao seu sistema reprodutor. Seu comportamento, suas emoções, suas faculdades mentais, tudo pode se manter em equilíbrio ou ser arruinado pelos ciclos hormonais naturais femininos. A puberdade, a ovulação, a

menstruação, a gestação, o parto e a menopausa são os fenômenos que conferem sentido e justificam a saúde e a doença das fêmeas.

No que concerne ao nível simbólico, o desenvolvimento saudável da psique das fêmeas tem como horizonte uma feminilidade materna e dócil. O ideal de mulher da psicanálise, tal qual a mulher da biologia, tem suas bases assentadas sobre a capacidade biológica da reprodução e a prática social da maternidade como elementos que lhe conferem sentido e ambas são igualmente instáveis e emocionais. Essa foi a conclusão lógica e psicológica a que Freud chegou com sua teoria. Ou seja, a experiência de ter um corpo com genitais femininos ofereceria às mulheres um sentido subjetivo ligado à função procriadora.

Essa formação discursiva evidencia a espacialização da doença no corpo, da qual tratou Foucault (2001). Quer dizer, a ruptura que se faz notar acerca dos saberes sobre o corpo das fêmeas humanas é expressa pela passagem de uma leitura transcendental dos fenômenos para uma leitura a partir do organismo, é a coincidência dos sintomas com os tecidos. No entanto, a ginecologia parece ter ido na contramão do movimento mais geral da medicina de abandonar as explicações essencialistas.

Enquanto a medicina geral passava a compreender as doenças como eventos ocasionais a serem tratados, a medicina da mulher ligou o funcionamento normal do sistema genital feminino à patologias e desequilíbrios diversos, o que não foi visto em direção a nenhum outro organismo. Nenhum outro sistema fisiológico da espécie humana foi compreendido como patológico por princípio e gerador de desequilíbrios em seu funcionamento ordinário como o sistema genital feminino.

A estabilidade do gênero, como critério de limitação da verdade, passou, então, para a diferença sexual. Essa “verdade” foi ancorada em uma suposta natureza feminina, tanto no nível físico quanto simbólico. Isto é, as estruturas próprias do organismo feminino foram reafirmadas por um entendimento essencialista no interior da pretensa neutralidade das ciências modernas.

Se após a revolução científica e o estabelecimento do modelo de dois sexos como o entendimento hegemônico nas ciências biológicas, a genitália feminina poderia, enfim, ser

reconhecida por suas especificidades, não foi isso o que se viu. O que surge é um corpo fragmentado por seu próprio sexo e o clitóris, em vez de ganhar espaço, é mais severamente atacado, agora não apenas com sua negação, mas também com bisturis e ferro quente.

2.3. O clitóris no modelo de dois sexos.

No já instaurado modelo de dois sexos, o clitóris é novamente “descoberto”, desta vez pelo anatomista alemão Georg Kobelt, que passa a publicar sobre ele a partir de 1844. No início do século XX esse conhecimento foi ganhando certo espaço nos manuais médicos e chegou a ser incluído no reconhecido *Gray's Anatomy*.²¹ A busca pelo reconhecimento de um corpo feminino parece ter propiciado esse movimento até certo ponto, mas se ele passou a aparecer foi na condição de origem de males físicos e psíquicos.

Em 1865 o presidente da *British Medical Society*, Baker Brown, apontou a masturbação feminina como causadora de enfermidades como cegueira, desequilíbrio mental, histeria, epilepsia, demência e até mesmo a morte prematura. A prevenção deveria ser feita por cliteridectomia (mutilação do clitóris). No final do século XIX “as grandes operações cirúrgicas tiveram as meninas por objeto. Eram verdadeiros suplícios: a cauterização clitoriana com ferro em brasa era, senão corrente, ao menos relativamente frequente na época” (FOUCAULT, 1979, p. 266).

Brown foi acusado de trazer a injúria para a profissão médica por tematizar a masturbação feminina e, assim, associar a medicina à um tema tão indecente - ainda que suas falas fossem para condená-la -, abrindo brechas para a desonra da profissão (ROHDEN, 2002). Considerado ainda mais grave, Brown havia realizado a cliteridectomia sem o conhecimento dos pais e dos maridos das pacientes, o que era um crime à honra. Em 1876, ele foi expulso da *Obstetrical Society of London*.

Para Rohden,

²¹ *Gray's Anatomy* é um livro clássico de anatomia humana que leva esse nome por causa de seu criador Henry Gray, anatomista inglês. Sua primeira edição foi lançada em 1858. Atualmente o livro se encontra em sua 40ª edição lançada em 2008.

é interessante que, da perspectiva das autoridades médicas que o perseguiram, não estava em discussão o atentado à integridade física da mulher, inclusive porque esse tipo de procedimento cirúrgico não era assim tão incomum, mas a moralidade da profissão e a honra dos maridos desavisados (ROHDEN, 2002, p. 114).

Ou seja, a medicina não podia tratar do prazer da mulher ou ameaçaria sua própria validação como disciplina. Tematizar o clitóris ou o prazer de maneira geral, ainda que na condição de erro, poderia gerar o efeito contrário: chamar a atenção das mulheres para estes temas. Nesse cenário, a edição de 1948 do *Gray's Anatomy* retira os estudos sobre o clitóris que haviam sido incluídos no século anterior (FERNÁNDEZ, FERNÁNDEZ e CASTRO, 2013).

A medicina parece ter adotado uma estratégia que apostou no silêncio como ferramenta principal. Quer dizer, a condenação passou a ser o discurso apenas quando o silêncio se rompia. Antes disso a negação: Prazer? Que prazer? De fato, os médicos passaram a questionar se as mulheres poderiam mesmo chegar ao orgasmo. A mulher frígida e a mulher que finge ter prazer passam a figurar no imaginário popular.

Os saberes que puderam circular sobre o prazer feminino foram direcionados à vagina. A psicanálise declarou que é através dela que as mulheres maduras devem realizar-se sexualmente, defendendo que o orgasmo clitoriano é imaturo e masculino e sua estimulação seria um indício da dificuldade de superação da inveja do pênis. Já a ginecologia proclamou a existência mítica do ponto G, um certo ponto com destacada sensibilidade que foi e ainda é buscado por médicos e pacientes sem muito sucesso.

Surgiam, assim, enunciados de silenciamento. Quer dizer, é preciso considerar que há muitas formas de não dizer e algumas delas são parte mesmo do que se diz. Os silêncios são parte integrante dos discursos. A compreensão do prazer como uma dimensão confusa, obscura e misteriosa - quando não ausente - em relação ao corpo feminino integrou uma rede discursiva de silêncios que podiam ser ditos e repetidos, conforme veremos no capítulo seguinte que trata da mutilação cognitiva do clitóris.

Passadas mais algumas décadas sem novos avanços técnicos no entendimento anátomo-fisiológico do clitóris, no ano de 2005 a professora australiana Helen O'Connell

mobilizou uma equipe de pesquisadores para revisar os saberes anátomo-fisiológicos sobre ele. Numa dupla frente de trabalho, foi realizado um levantamento histórico das pesquisas sobre o clitóris na medicina, ao mesmo tempo em que se aplicavam diversas técnicas e tecnologias para revisar aspectos anatômicos, fisiológicos e morfológicos daqueles estudos.

A pesquisa de O'Connell, Sanjeevan e Hutson (2005) é considerado o estudo mais completo que se tem registro até os dias de hoje e tem suscitado questões fundamentais para estudiosos das mais diversas áreas e também para o público leigo que a ele tem tido acesso. Afinal, os resultados a que este estudo chegou são notáveis no que diz respeito à inter relação do clitóris com as demais estruturas do aparelho genital, conforme pode ser observado pela imagem a seguir, referente à captura por ressonância magnética (à esquerda) e uma ilustração didática sobre esta (à direita):

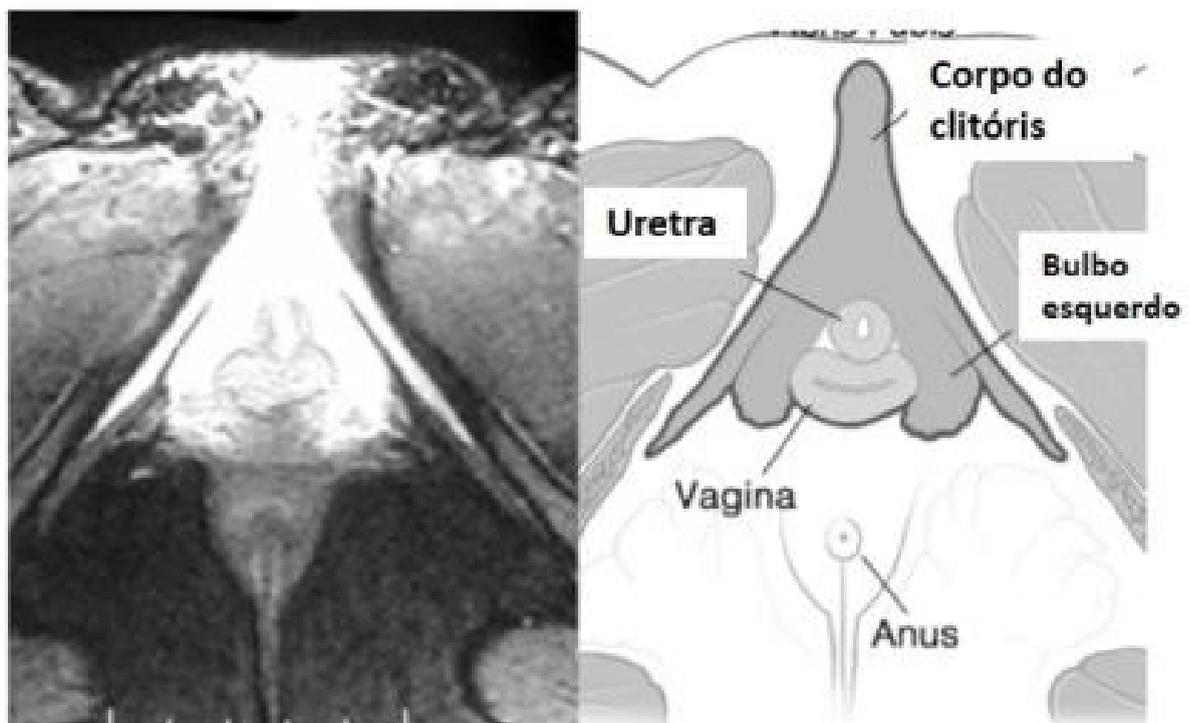


Figura 1: Clitóris capturado por ressonância magnética. Fonte: O'CONNELL, SANJEEVAN, HUTSON, 2005.

Quer dizer, a presença nada desprezível do clitóris no conjunto de órgãos e estruturas que compõem o assoalho pélvico feminino torna estranho o fato de que tantos anatomistas ao longo de mais de dois mil anos tenham seguido ignorando este órgão por motivos que não estejam ligados à cultura.

O estudo de O'Connell, Sanjeevan e Hutson (2005), tem sido reconhecido como uma mudança significativa no que se refere ao entendimento técnico sobre o órgão, mas também sobre os mecanismos de prazer e orgasmo do corpo feminino. Esse estudo nos aponta uma disputa epistemológica que tensiona os saberes anteriores, não no sentido de que enfim foi revelada a “verdadeira verdade”, pois, como vimos, para Foucault a “verdade” é uma prática discursiva.

Essa disputa pode nos indicar o desdobramento não apenas da entrada de mulheres no campo das ciências, como do esforço teórico de cientistas feministas em mudar as perguntas, os métodos, as formas de análise dos resultados. No entanto, é preciso destacar que a divulgação científica do novo entendimento técnico sobre o clitóris não tem se dado de forma ampla e institucionalizada. Ele não figura, por exemplo, no conteúdo sobre os órgãos do sistema genital feminino ensinado na escola.

Esse fenômeno pode ser compreendido como uma mutilação cognitiva, no termos de María Lameiras Fernández, María Victoria Carrera Fernández e Yolanda Rodríguez Castro, professoras e pesquisadoras da Universidade de Vigo, na Espanha, que publicaram o livro *El clítoris y sus secretos* (2013). Nesta publicação o clitóris é um personagem que conta em primeira pessoa a sua história, seus aspectos anátomo-fisiológicos, além de tratar de questões como a masturbação e o autocuidado.

Fernández, Fernández e Castro, utilizaram o termo *ablación cognitiva* para se referirem ao desconhecimento resultante da ocultação do clitóris na história da medicina e também nos conteúdos da educação sexual escolar. No entanto, as instâncias de produção discursiva que negam o clitóris seja a nível físico, seja a nível simbólico; que interditam seu nome, condenam sua estimulação ou obscurecem seu conhecimento anátomo-fisiológico operam mais do que uma repressão direta daquilo sobre o que se diz não, elas apoiam um regime de verdade no qual o prazer feminino é desvio.

Nesse sentido, no capítulo seguinte analiso como os regimes de verdade que se construíram sobre a fêmea humana criam um ser sexuado em conflito com o próprio corpo. Em outras palavras, analiso, sob a perspectiva do caráter positivo e criador do poder tematizada por Foucault, como o clitóris é mutilado do entendimento sobre o corpo no qual se

encontra não apenas por meio da simples ocultação dos saberes, mas no próprio nível do seu significado.

Isto é, se no modelo de sexo único não havia espaço para enunciar uma estrutura do organismo feminino que escapasse à inteligibilidade do corpo masculino, no modelo anatômico atual o clitóris parece fugir à inteligibilidade do próprio corpo feminino, pois neste corpo o prazer, quando não é considerado inexistente, é compreendido como um sintoma de desequilíbrio, desvio e degeneração. O reconhecimento de um órgão responsável pela função orgânica do prazer parece entrar em conflito com a própria linguagem das ciências biológicas, conforme aprofundaremos no capítulo seguinte sobre a mutilação cognitiva do clitóris.

3. Mutilação cognitiva do clitóris.

Tendo destituído a fêmea humana de sua identidade com a ideia de uma fundação biológica natural e levantado as condições de enunciabilidade de seus regimes de verdade, passo agora a analisar os signos que compõem esse campo enunciativo acerca do corpo-psique da fêmea humana no campo dos saberes contemporâneos.

Ao longo deste capítulo, retomo os princípios de descrição e análise do enunciado tratados no primeiro capítulo. Isto é, procuro demonstrar a formação de um campo referencial e sua relação com outros domínios associados, buscando a existência material do enunciado que o torna repetível, além de observar o lugar determinado, vazio e variável do sujeito.

Esta análise do enunciado permite apreender os discursos que tornam cognoscível um corpo feminino, pois torna evidente os signos que conferem unidade aos enunciados em dispersão. Por fim, os princípios de controle, seleção, organização e dominação da ocorrência do discurso, tratados no segundo capítulo, nos auxiliam a pensar na constituição dos regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana.

Tomo como objetos empíricos para esta análise três elementos do cotidiano brasileiro: 1) a música Lálá da *rapper* brasileira Karol Conká; 2) três piadas que tratam do clitóris, retiradas de sites de humor; 3) um livro didático de Ciências, *Tempo de Ciências*, que integra o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, avalio enunciados que circulam desde a produção artística, passando pela cultura popular da produção de discursos dos quais se pode rir, até chegar aos níveis institucionalizados do saber, quando adentram as políticas de Estado.

Assim, analisando os saberes ocidentais contemporâneos que fundam a matriz de inteligibilidade da fêmea humana e de seu organismo, fundamento a tese de que há um processo de mutilação do clitóris no Ocidente que opera no nível dos saberes, da cultura e das representações: uma mutilação cognitiva do clitóris.

3.1. Regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana.

Conforme vimos no capítulo anterior, a divisão sexual operou junto consigo uma divisão de sentidos da sexualidade. Prazer e procriação, que antes eram compreendidos como partes de um mesmo processo, são separados e reposicionados hierarquicamente. Ou seja, não apenas os indivíduos são separados e categorizados, mas os sentidos da sexualidade humana são apartados e distribuídos entre esses dois grupos de indivíduos: os machos se tornam sujeitos de prazer e as fêmeas sujeitos da procriação.

Na formação dos saberes sobre um “corpo feminino”, a dimensão do prazer foi subsumida pela função procriadora, fragmentando este organismo a partir de seu próprio sexo. Com efeito,

a retirada do prazer da mulher dos relatórios médicos sobre concepção ocorreu mais ou menos no mesmo tempo em que o corpo da mulher passou a ser conhecido, não mais como uma versão menos importante do corpo do homem (modelo de sexo único), porém como seu oposto incomensurável (modelo de dois sexos) (LAQUEUR, 2001, p. 8).

Nesse curso, a função reprodutiva é atrelada ao corpo feminino de tal modo que a existência da fêmea passa a ter como função social a maternidade. No entanto, é necessário destacar que essa sobreposição do feminino e da reprodução é uma guinada que ocorre somente a partir da instituição da diferença sexual como paradigma.

Como vimos no primeiro capítulo, no modelo de sexo único a capacidade de gerar uma nova vida era compreendida como um atributo masculino e seu sentido era positivado. Não obstante o organismo feminino seja responsável por gestar o embrião, parir e amamentar, o significado desses processos na maneira clássica de pensar o corpo tinha valor secundário, pois era o homem quem havia depositado a semente da vida nova em seu ventre.

Contrariamente, quando essa dimensão é atribuída ao feminino, ela passa a compor uma tecnologia que prende a fêmea à sua natureza e atribui inteligibilidade à sua própria existência, o que não ocorria com os machos. Assim, na formação das disciplinas da era moderna,

uma função orgânica é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo.

Objetiva-se, desta forma, a imanência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade (SWAIN, 2007, p. 205).

Esse corpo fractal do qual trata a historiadora brasileira Tania Navarro Swain, se refere, na linguagem matemática, a uma estrutura geométrica complexa cujas propriedades se repetem em qualquer escala. Ou seja, no nível do sistema fisiológico, no nível do órgão, no nível da célula, no nível simbólico, no nível psíquico, em todos os níveis a representação da fêmea humana foi instituída por uma *natureza* reprodutora, mas também patológica, desequilibrada, perigosa, frágil a ser constantemente vigiada e tutelada.

Nesse sentido, é possível dizer que o saber sobre o sexo feminino instituído pela ginecologia não é menos ontológico que aquele dos anatomistas metafísicos, afinal a representação criada pela ciência médica contemporânea também se refere à certa essência feminina, embora o faça em outros termos. Quer dizer, à “mulher natural” é atribuída uma certa essência ancorada no signo da mulher-mãe.

Note-se que as ciências modernas não abandonaram o caráter ontológico que questionaram nos saberes metafísicos, pois permaneceu a ideia de uma essência, pelo menos direcionada à fêmea. O que fica evidente é que a medicina empírica da era moderna, tal qual sua antecessora, é igualmente metafórica. Isto é, enquanto os antigos anatomistas interpretavam o corpo pela metáfora do cosmos e da essência, a biologia moderna o faz pela metáfora da carne e da função. No entanto, no que toca a sexualidade feminina, apenas uma função recebe destaque, a reprodução.

Dessa maneira, “a noção de ‘sexo’ permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar essa unidade fictícia como princípio causal” (FOUCAULT, 2017. p. 168). Ou seja, a passagem do modelo de sexo único para o modelo de dois sexos inscreveu uma função social ao nível da carne, circunscrevendo os sentidos legítimos da vivência sexual das mulheres.

Quer dizer, o prazer feminino não é extinto do discurso médico, mas seu sentido é transformado. Enquanto no modelo de sexo único o prazer das mulheres foi receitado pelos

médicos, no modelo de dois sexos ele passou subitamente a ser apontado como um mal que leva ao desequilíbrio do corpo físico e do corpo social, uma desordem que deve ser sanada.

Mas, afinal, qual foi o critério de inflexão da razão dessa formação discursiva que produziu a fratura dos sentidos da sexualidade da fêmea humana a partir de seu próprio corpo? Isto é, se os critérios de limitação da ideia de verdade estabelecem as regras do jogo enunciativo, que critérios demarcaram a fronteira entre a verdade e o erro na compreensão deste “ser feminino”?

Por exemplo, quando Foucault remonta a percepção médica acerca do louco em *História da loucura na Idade Clássica* (1978), fica evidente que o processo de segregação desses indivíduos esteve baseado em critérios mais éticos que científicos. Isto porque o sistema que organizou o entendimento médico sobre o louco compreendia a desrazão como a desordem dos costumes e a negatividade de pensamento. Assim, em vez de o louco ser identificado por um critério preciso que lhe conferisse especificidade, ele fazia parte de uma grande massa também composta por sodomitas, mágicos, alquimistas, libertinos e venéreos. Todos enclausurados como loucos (FOUCAULT, 1978).

Desse modo, Foucault nos mostra que a ordem da razão é estruturada, sobremaneira, não por uma razão teórica, pura, mas por uma razão ancorada na vida social e, em grande medida, no campo da moral. Assim, se a reprodução foi instituída como a razão da existência da fêmea, sua desrazão se tornou toda atividade - sexual ou não - que se afasta dessa suposta natureza. A patologização do corpo da mulher localizou o prazer e a desrazão no mesmo espaço lógico do distúrbio, onde a desordem corpórea e a desordem social pertencem uma à outra e se confundem.

Assim, criam-se modelos estranhos à razão e à moral, modelos anti femininos: a mulher que nega a maternidade, seja por não querer ter filhos, seja por escolher interromper uma gravidez indesejada; a mulher que vivencia o sexo tendo como única finalidade a fruição do prazer; a mulher que se nega ao comportamento dócil e de cuidado. Condutas que afastam as fêmeas do campo lógico da maternidade-saúde-virtuosidade-razoabilidade e, portanto,

aproxima-as do erro prazer-patologia-degeneração-irracionalidade que compõe a representação da mulher como histérica, promíscua ou louca.

A imposição do signo da maternidade como fenômeno que confere inteligibilidade à mulher, organiza um novo domínio da experiência que tem unidade e coerência, “uma coerência que não é nem a de um direito, nem a de uma ciência, mas a coerência mais secreta de uma *percepção*” (FOUCAULT, 1978). Ou seja, a sexualidade não-reprodutiva se encontra fora dos limites da razão. É, portanto, um erro. É nesse sentido que Foucault nos aponta as práticas discursivas disciplinares como geradoras de subjetividade. O regime de verdade produz os corpos que governa.

A formação de saberes sobre o corpo que faz o sujeito saber-se produz uma economia do uso dos corpos e dos prazeres.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Assim, os saberes sobre um ser humano fêmea, com corpo e psique singulares, fundaram um sujeito sujeitado à procriação. Mas não apenas a sexualidade não reprodutiva foi fixada no campo da desrazão e do erro, a trama de significados que os saberes sobre a fêmea humana formaram sobrepôs regiões anatômicas, funções sociais, estados subjetivos, representações ideais, elementos simbólicos e aspectos morais num mesmo campo lógico.

3.1.1. Os sistemas de saber e as disciplinas: um órgão em conflito com seu organismo.

Para melhor tratar dessa trama discursiva que sustenta o regime de verdade sobre o corpo-psique da fêmea humana, proponho a seguir um diagrama que reúne as unidades significantes presentes na formação discursiva sobre o corpo feminino, das quais tratei no capítulo anterior. Esse diagrama tem como objetivo reunir em uma representação visual o

encadeamento dos signos que foram diretamente relacionados nos enunciados médicos e psicanalíticos.

Como vimos no capítulo anterior, as ciências modernas criaram relações diretas de causa e consequência entre o clitóris e patologias diversas, entre a reprodução e a saúde da mulher, entre a menstruação e o desequilíbrio emocional, entre o orgasmo vaginal e a maturidade; entre a inveja do pênis e a fraqueza de caráter, para citar apenas algumas. Desse modo, forjaram um sujeito que oscila, sem estabilidade, entre duas grandes dimensões lógicas que se complementam por uma tensão mútua.

De modo a representar essa tensão, o diagrama se divide em dois agrupamentos de signos que convergem para um mesmo campo de intertextualidade, do qual trataremos mais adiante. O primeiro agrupamento de termos equivale aos aspectos que foram positivados nos discursos médicos, ou seja, que se ligam à saúde e à razão; o segundo reúne os aspectos que foram negativados, ou melhor, postos na condição de erro, a forma errada de ser mulher, uma mulher-erro.

Além dos termos próprios do discurso científico são adicionados ao diagrama termos populares que figuram dentro de um mesmo domínio significante. Com isso pretendo demonstrar os domínios associados que permitem que os enunciados se ramifiquem e pulverizem nos mais diversos níveis de relações sociais à medida em que se ligam à outros blocos de enunciados que lhe precedem, sucedem, sustentam, reafirmam, modificam ou mesmo negam, mas que não cessam de retomar seu sentido e atualizá-lo.



Figura 2: Diagrama campo de intertextualidade do discurso científico. Fonte: produção da autora²²

Este diagrama²³ ilustra uma rede significativa que compõe aquilo que Foucault (1986) denominou de “campo enunciativo” ou “campo de intertextualidade”. Tal campo enunciativo depende da presença de outros enunciados com os quais estabelece diferentes redes de relações, seus domínios associados. Isto é, a produção de sentidos de um enunciado

²² A imagem foi produzida pela autora utilizando a ferramenta disponível em: <https://wordart.com>

²³ O diagrama em questão foi construído a partir da análise dos enunciados médicos e psicanalíticos tratados no capítulo anterior. A disposição dos termos e o destaque dado pelo tamanho das palavras foi determinado pela pesquisadora em função da centralidade das categorias de análise, tendo como objetivo uma ilustração visual do campo referencial e dos domínios associados dos enunciados para fins exclusivamente didáticos.

não está restrito aos elementos gramaticais e lógicos de uma frase ou uma proposição, mas se liga a um campo subjacente que sustenta os sentidos do objeto do qual se fala.

Assim, para além do conjunto de proposições que lhe conferem sentido, os enunciados também se relacionam com uma série de outras formulações que se referem à ele - seja para reafirmá-lo, seja para a ele se opor, mas que dependem de seu sentido original para sua enunciação - e, portanto, atualizam-no de alguma maneira (FOUCAULT, 2008).

O enunciado, ao atravessar esse campo de intertextualidade, se liga a um ou alguns destes signos e, então, possibilita a emergência de frases, proposições ou atos de fala que têm um conteúdo concreto e que podem ser reconhecidas ou não como verdadeiras. Isto é, o limite do enunciado é o limite dos signos com os quais estabelece relação. Para melhor compreender como operam os sistemas de limitação da “verdade”, vejamos a seguinte proposição:

O macho humano possui um instinto paterno que se relaciona com o funcionamento de seu sistema genital. Ao atingir o orgasmo, seu corpo libera milhares de células reprodutivas, os espermatozoides, no intuito de procriar e assim perpetuar a espécie. Após a ejaculação dos espermatozoides seu organismo entra em período de resolução, durante o qual fica em estágio refratário e necessita de repouso até que se restabeleça para um novo ciclo orgástico/ejaculatório.²⁴ Ao contrário, a natureza da fêmea humana é mais fortemente ligada ao prazer, o que se comprova pela separação e independência de suas funções de prazer e procriação. Tendo um órgão com função exclusiva de prazer, elas podem experimentar orgasmos múltiplos em sequência. Sua ovulação é cíclica e espontânea e seu período fértil dura apenas de oito a doze horas a cada ciclo ovulatório de cerca de vinte e oito dias.

O texto acima é de autoria própria e foi criado de modo a evidenciar o funcionamento do enunciado e sua distinção em relação à estrutura da língua. Quer dizer, as

²⁴ O ciclo da resposta sexual humana foi descrito por William H. Masters e Virginia E. Johnson, segundo os quais, compreende quatro fases: 1) fase de excitação; 2) fase *plateau*; 3) fase de orgasmo; 4) fase de resolução. Para o homem, a fase de resolução inclui a imposição de um período de repouso cuja capacidade fisiológica para responder à reestimulação é muito mais vagarosa que a da mulher. Para saber mais ver *A conduta sexual humana* (MASTERS e JOHNSON, 1976).

frases que o compõem estão corretas do ponto de vista de sua construção gramatical, as informações sobre o funcionamento do sistema genital de machos e fêmeas estão de acordo com o saber biológico instituído nos dias de hoje e, no entanto, seus signos estão invertidos. Assim sendo, seu conteúdo não corresponde à ordem do discurso.

Quer dizer, as condições de enunciabilidade não permitem que este enunciado possa ser reconhecido como uma “verdade”, mas é preciso frisar que apenas a interpretação cultural dos fatos biológicos foi alterada. Isso nos leva ao questionamento sobre as representações criadas pela própria biologia. Em outras palavras, o que a inversão dos signos no enunciado em questão expõe é como o modelo ideal do qual trataram Freud e Lacan, que aqui podemos chamar de estereótipo, é o mesmo que esteve na formação dos saberes da ginecologia.

Ou seja, o reconhecimento da “verdade” de um enunciado não está submetida à uma análise que possa ser puramente semântica, sintática e nem mesmo científica, suas leis de possibilidade são determinadas pelo campo referencial. Assim, o ideal é investido de tamanha estabilidade que as práticas cotidianas dos sujeitos são questionadas e, se for o caso, combatidas sem que a representação seja abalada, sem que, esta sim, seja questionada por seu distanciamento da experiência.

Por exemplo, embora Freud tenha reconhecido que a feminilidade e a masculinidade “puras” sejam uma construção teórica, essa consideração não foi suficiente para demolir o próprio modelo que se impôs como ideal. Assim, as fêmeas que não estiverem conformadas ao modelo de feminilidade são tomadas como seres desviantes sobre os quais especialistas médicos e psicanalistas devem intervir.

As representações ideais são tão estáveis quanto são ilusórias porque o enunciado não se encontra no nível da verdade, mas sim do discurso. Sua legitimidade não precisa estar ancorada na experiência para funcionar como representação, haja vista que tais discursos obedecem aos procedimentos de validação e se não são, como se quer, uma verdade, sem dúvida se situam “no verdadeiro”.

No interior dessa complexa trama, interessa à analítica foucaultiana a apreensão daquilo que dá unidade à todos esses elementos dispersos, difusos e que por vezes podem parecer não ter qualquer ligação. Quero dizer com isso que todos os elementos do diagrama formam uma série de enunciados que se apóiam em uma mesma formação discursiva que funda o regime de verdade sobre uma suposta “natureza feminina”.

Os dois agrupamentos de noções são subjacentes à formação dos saberes que passam a compreender a fêmea humana como um ser singular. Note-se que não são um “interno” e outro “externo”, não se tratam de características que fazem parte da natureza feminina em contraposição àquelas que não lhe pertencem. Quer dizer, a negação de certos aspectos, condutas e mesmo órgãos não se dá pela simples negação da sua existência, nem da proibição que deles se fale. Ao contrário, eles são tematizados, teorizados, classificados, porém na condição de erro.

Quer dizer, quando os ginecologistas alertaram para o risco de despertar a sexualidade feminina para fins não reprodutivos, seja através da masturbação ou mesmo pelo exame ginecológico realizado pelo médico ou quando Freud disse ser necessário que as meninas abdicassem da estimulação e do orgasmo clitoriano para seu amadurecimento psíquico, o que estas formulações fizeram senão reconhecer o prazer nestes corpos?

Dizer que algo é errado é dizer, antes de tudo, sobre a sua existência. No entanto, sua negação ocorre no nível da moral, pois a sexualidade não-reprodutiva da fêmea é sempre mencionada na condição de erro, daquilo que é condenável, da condição que a fêmea se encontra quando em desequilíbrio. Portanto, a conduta da qual as mulheres devem se afastar, mas que, como reafirmado pelo próprio discurso da interdição, delas faz parte.

No que concerne à essa interdependência de termos apresentados como em oposição, Joan Scott, afirma que “a diferença não é engendrada no espaço entre identidades; ela é o que torna toda totalização de identidade de um ser ou do significado de um texto impossível” (SCOTT, 1994, p. 20). Os contrastes internamente estabelecidos escondem a heterogeneidade de cada categoria estabelecendo relações de interdependência que são frequentemente hierárquicas,

um termo sendo dominante, prioritário e visível e seu oposto sendo subordinado e frequentemente ausente ou invisível. No entanto, justamente por meio desse arranjo, o segundo termo é sempre presente e central, já que é requerido para a definição do primeiro. Embora alguns pares de oposições pareçam ser recorrentes em certas culturas, seus significados específicos se expressam por meio de novas combinações de contrastes e oposições (SCOTT, 1994, p. 21).

Essa sobreposição de aspectos da moral ao corpo, institui uma economia dos desejos. Nestes dois aglomerados de noções, que imbricam os corpos e os desejos, onde estão o clitóris e o prazer feminino senão no conjunto de signos sobre o desvio, a patologia, a desrazão, a doença, a loucura enfim, de tudo aquilo que deve ser negado, afastado, tratado, medicado, mutilado?

Apoiada na vontade de verdade, essa cisão da natureza feminina a partir da dicotomia verdade/erro, ritualiza a ocorrência do discurso constringendo os sentidos da fêmea humana a certa representação ideal. Isto é, há formas específicas de ser mulher que poderão ser enunciadas e que farão sentido. Não existe um enunciado que seja livre, neutro ou independente, pois ele faz parte de uma série dentro da qual desempenha um papel em relação aos demais enunciados, neles se apoiando e deles se distinguindo.

A economia dos desejos imposta sobre o corpo feminino cria um conflito fundamental ao reconhecer o prazer como desvio e, ao mesmo tempo, identificar neste corpo um órgão que tem a função orgânica de prazer. No interior de uma ciência que reconhece a “verdade” dos indivíduos a partir da carne e que constrói seu discurso através da metáfora da função, está aí uma tensão indissolúvel, uma vez que estas duas proposições não podem coexistir como discursos verdadeiros.

Quer dizer, não reconhecer o prazer em um corpo que possui um órgão com esta função é um paradoxo que se coloca no limite da enunciabilidade, da linguagem e da lógica próprias das ciências modernas. Se a biologia opera pela metáfora da função, a função do clitóris se torna uma problemática para a própria biologia. Na medida em que o prazer feminino é considerado um desvio, o órgão com função de prazer se torna patológico por princípio.

A história dos saberes sobre o clitóris nos mostra que, tanto quanto possível, a produção de conhecimento sobre ele foi negada, contestada e condenada ao silenciamento. No entanto, na impossibilidade de remoção total de um órgão do corpo humano de toda a produção de saberes médicos e anatômicos, de todos os discursos, de todas as práticas dos indivíduos, é necessário que se controle aquilo que se pode dizer sobre ele quando o silêncio é rompido.

Nesse limite entre aquilo sobre o que se joga luz e aquilo que fica na sombra do objeto iluminado, há um eclipse que interessa à pesquisa genealógica. Interessa observar como o que se diz organiza os silêncios e como o que se afirma como correto faz circular erros sistemáticos (FOUCAULT, 2014a). É nesse sentido que podemos observar os discursos à nossa volta como práticas, como acontecimentos e podemos, assim, tomá-los como objeto de análise.

Se há uma mutilação cognitiva do clitóris, como ela se opera? Como é possível amputá-lo sem que seja necessária uma lâmina? Essa é a questão que pretendo responder analisando a existência material dos enunciados sobre o clitóris que circulam no cotidiano brasileiro. Para tanto, parto dos discursos mais banais até chegar aos níveis mais institucionalizados, quando esse saber adentra as políticas de Estado.

3.2. A materialidade dos enunciados: uma análise do cotidiano.

A formação dos saberes da qual viemos tratando é relativa à constituição de disciplinas dos países de cultura ocidental e não uma problemática local. No entanto, para captar como esses poderes se estendem até os níveis mais micro das relações sociais, trataremos de elementos que estão à nossa volta, mais precisamente, uma música, algumas piadas e um livro didático de Ciências que integra as políticas públicas de educação formal do governo brasileiro.

A música *Lála*²⁵, lançada em 2017 pela *rapper*, cantora e compositora paranaense que tem como nome artístico Karol Conká, tematiza a condição secundária e de desimportância do prazer feminino nas relações sexuais heterossexuais, com ênfase para a negação da estimulação clitoriana. O título da faixa é uma alusão ao movimento da língua no ato do sexo oral feminino e, em seus versos, a cantora reivindica justiça íntima²⁶.

Conforme o trecho “É, dá pra perceber que existem vários / Falam demais, fingem que faz, chega a ser hilário / **Mal sabe a diferença de um clitóris pra um ovário** / Dedilham ao contrário / Egoístas criando um orgasmo imaginário”, a canção expõe o desconhecimento dos homens em relação à genitália feminina, sugerindo que eles não sabem reconhecer, distinguir ou manipular o clitóris.

Já em outra estrofe, a questão reclamada por Karol seria o desprezo pelo estímulo do órgão como uma ação deliberada ou uma desatenção e não como desconhecimento: “**Isso daqui não tá de enfeite** / Dá um jeito, se ajeite / Sem ser *fake*, então vai se deite / Se eu quero, respeite”. Ou seja, aqui a cantora parece dialogar com um parceiro que tem conhecimento de seu desejo e, no entanto, não parece ter disposição para realizá-lo.

A artista, que traz vários temas feministas em suas letras, dividiu opiniões e teve que enfrentar muita resistência à essa música. De modo geral, a faixa teve grande impacto em seu lançamento. A plataforma digital de compartilhamento de vídeos *youtube*, um dos canais através dos quais o clipe foi lançado, recebeu tantas denúncias de incômodo dos usuários que o clipe foi temporariamente retirado do ar.

Apesar da polêmica, Karol Conká não inaugurou essa questão no mundo público. O desconhecimento masculino sobre o clitóris é um tema já bastante presente no imaginário popular brasileiro, o que se expressa, por exemplo, na existência de diversas piadas que chamam a atenção para esse assunto de maneira satírica. Vejamos a seguir três exemplos de piadas retiradas de sites de humor de língua portuguesa²⁷: 1) “Qual a diferença entre o clitóris

²⁵ O clipe da música *Lála* pode ser encontrado no endereço eletrônico:

https://www.youtube.com/watch?v=t_veXiDyQvU

²⁶ “justiça íntima” (*intimate justice*) é um termo cunhado pela psicóloga Sara McClelland para tratar das implicações políticas e pessoais do sexo e questionar, entre outras coisas, as assimetrias relacionadas ao prazer na atividade sexual (MC’CLELLAND, 2010).

²⁷ Endereço eletrônico das piadas: <https://piadas.webnode.com.br/ditados/feministad/> ; <https://www.piadasnet.com/piada748feministas.htm> ; <http://www.aeiou.pt/humor/anedota/6090>.

e o bar? - Qualquer homem é capaz de achar um bar”; 2) “O que o clitóris, os aniversários e o vaso sanitário têm em comum? - Os homens sempre erram”; 3) “Um sujeito pergunta para o amigo: - O clitóris é na frente ou atrás? Ao que seu amigo responde: - Na frente, claro! Ele, então, se lamenta: - Acho que passei a noite inteira lambendo uma hemorróida”.²⁸

Muito embora essas piadas e a música *Lálá* possam ter intenções, dispersões e alcances políticos bastante distintos, a materialidade do enunciado de ambas pertence à uma mesma formação discursiva que aciona o clitóris como o objeto do qual se fala para tratar de seu desconhecimento. Em outras palavras, são proposições que tematizam o desconhecimento do clitóris, mas não fazem com que o objeto desconhecido venha a conhecimento. O conteúdo geral do discurso é, precisamente, o não-saber sobre ele.

Isto pode ser observado, porque, em consonância com Foucault, não interessa aqui o que precede o ato da enunciação, em termos de intenção do indivíduo (convencer, criticar, caçoar), tampouco se trata do resultado obtido, em termos de eficácia em relação à intenção. Interessa, pois, a função enunciativa, a “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Assim, os diferentes enunciados permitem que o discurso permaneça idêntico a si mesmo à medida em que se modificam.

Com efeito, se uma música que reivindica justiça íntima e uma série de piadas que tornam risível o desconhecimento masculino sobre o clitóris - dois atos de fala que, aparentemente, têm intenções individuais bastante distintas - podem produzir a mesma função enunciativa, é porque o lugar do sujeito do enunciado está aberto. Ou seja, o “autor” não corresponde necessariamente ao “sujeito do enunciado”, pois

ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar [...] é variável o bastante para poder continuar,

²⁸ A redação das piadas sofreu algumas alterações sem modificação de seu conteúdo original.

idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (FOUCAULT, 2008, p. 107).

O lugar do sujeito é determinado, vazio e variável porque o enunciado possui seu próprio regime de materialidade repetível. Isto é, a despeito de todas as diferenças de enunciação e de todos os acontecimentos singulares, é possível que a identidade do enunciado se mantenha e que possam surgir novos enunciados que correspondam à um mesmo discurso. Assim, tendo suas margens povoadas por outros enunciados, uma série de formulações com as quais ele coexiste e das quais seu sentido é dependente, os enunciados agenciam a memória e constroem a história (FOUCAULT, 2008).

No que concerne ao campo de enunciabilidade, os enunciados em questão se inter relacionam com outros enunciados que lhe são subjacentes, como o reforço à ideia da passividade feminina e também um certo modo de ser homem. Quer dizer, embora o tema das proposições possa ser compreendido como uma “falha masculina”, nos atos descritos há a presença implícita de uma mulher e, no entanto, o desconhecimento e a “falha” se perpetuam. Isso nos leva a pensar que a mulher em questão desconhece seus próprios genitais, tanto quanto o homem e/ou que a sua condição no ato é passiva, não sendo uma possibilidade a sua manifestação ou condução da situação.

Já no que toca a construção de certa masculinidade, esse sentido se relaciona aos elementos que são acionados quanto ao comportamento masculino nas formulações. Assim, as afirmações de que os homens tenham afinidade com o ambiente do bar; que façam um uso do vaso sanitário que é considerado inadequado ou; que não recordem datas comemorativas, postas numa mesma sentença em que se trata de certa relação com o órgão do clitóris no ato sexual heterossexual, aponta para elementos discursivos que só fazem sentido porque se ligam em sua função enunciativa. Essa ligação nos leva a inferir que ignorar o clitóris é parte de uma certa forma de ser homem.

A materialidade dos enunciados que pudemos observar na música e nas piadas em questão assevera como há muitas formas de não dizer e algumas delas são parte mesmo do que se diz. Entre os enunciados há lacunas de silêncio que lhes são intrínsecas porque dito e

não dito são partes da mesma tecnologia. “Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2017, p. 31).

Os enunciados que podem circular sobre o clitóris perpetuam erros sistemáticos e silêncios que podem ser ditos e repetidos incessantemente. Quer dizer, os saberes sobre este órgão se fazem ver pela sombra daquilo que se tem jogado luz, pois, mesmo quando ele é objeto da fala, parece se estar falando de outra coisa em seu lugar.

As piadas e a música como elementos do cotidiano brasileiro podem ser compreendidas como práticas que integram a capilaridade do poder da qual tratou Foucault. Isto é, as múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social em suas formas mais regionais e locais (FOUCAULT, 1979). As piadas como elementos de uma cultura popular espontânea, baseada em saberes leigos, que pode ter seu conteúdo apropriado e acionado pelos mais distintos sujeitos em diversos espaços; a música como uma produção cultural que faz uso de tecnologias específicas para a sua produção e pode adentrar espaços também específicos, como rádios e aplicativos digitais de música, mas que a partir do momento em que alcança seu público também pode ser cantada e parodiada por cada indivíduo.

Tais elementos se fazem presentes nas práticas ordinárias e nas relações cotidianas, agenciando memórias e reinscrevendo a identidade de seus enunciados. O campo enunciativo que sustenta os sentidos destas proposições é, de alguma maneira, atualizado em cada ato de fala que aciona a eles ou conteúdos similares. Assim, os jogos de poder que seus saberes subjacentes asseguram atravessam as relações microscópicas do cotidiano, formando como que uma malha social do poder.

Essa capilaridade do poder, construída a partir das formas infinitesimais de alcance dos saberes, não se faz ver apenas pela rede de relações cotidianas e seus micropoderes, ela também se relaciona com níveis mais gerais do poder constituído pelos aparelhos do Estado, suas políticas, seus modos de organização, suas práticas efetivas - discursivas e não discursivas.

A esse exemplo podemos investigar as políticas de educação formal brasileira, pensando a escola pública como um lugar que reflete a forma como uma sociedade pensa a si mesma em termos de sua formação histórica e de seu projeto de cidadania. O olhar sobre a instituição escolar, seu currículo, seus materiais didáticos, sua organização, sua arquitetura, suas práticas se faz fundamental, pois

a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2012, p. 41).

Quer dizer, a seleção, organização e disposição dos conteúdos é sempre uma escolha arbitrária diante da gama de saberes socialmente produzidos e historicamente acumulados pelas sociedades. Assim, a escolha daquilo que orientará as nossas gerações sobre a percepção e autopercepção dos corpos tem uma abrangência e uma importância singulares para análises como esta.

3.3. A materialidade dos enunciados: uma política pública.

A análise do conteúdo sobre os sistemas genitais feminino e masculino se faz preciosa para a presente análise porque reúne os elementos que estão na base do processo que venho analisando: a diferença sexual que tem como principal representação a diferença genital; o sistema genital feminino como epicentro da existência da fêmea humana; o ocultamento ou a perpetuação de equívocos sobre o clitóris.

Esses materiais concentram os conteúdos básicos das disciplinas modernas a que todo cidadão e toda cidadã em formação deve ter acesso em nosso país. Sendo assim, os livros didáticos são um objeto de análise profícuo para o estudo do saber-poder sobre os conteúdos biológicos acerca do corpo da fêmea humana. Veremos quais são os enunciados que se apresentam no momento em que meninos e meninas aprendem, pela narrativa científica, o

vocabulário, morfologia e função de seus sistemas genitais, tendo como foco de análise a unidade que trata do conteúdo sobre o sistema genital feminino.

O alcance e difusão da educação no Brasil são notáveis. Só no ano de 2018 foram registradas 48,5 milhões de matrículas na educação básica, 27,2 milhões só no ensino fundamental (BRASIL, 2019). Para dar suporte material às escolas públicas deste sistema de ensino, há um programa de Estado consolidado pelo Decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010 intitulado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que trata da seleção, compra e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas de todo o país.

O processo ocorre a partir de duas chamadas públicas simultâneas: por um lado, as obras são inscritas pelos detentores de seus direitos autorais e, por outro, as universidades inscrevem equipes de trabalho que as avaliarão. Os livros selecionados são divulgados no Diário Oficial da União e passam a compor o Guia do Livro Didático. A partir daí, cada escola seleciona as coleções dos livros com os quais trabalhará durante o período de um triênio.

A seleção dos livros que serão disponibilizados para as escolas pelo PNLD ocorre anualmente revezando os três níveis de ensino básico - fundamental menor (1º ao 5º ano), fundamental maior (6º ao 9º ano) e ensino médio. Assim, cada coleção tem vigência de três anos até a próxima chamada, podendo ser novamente selecionada. O conteúdo em questão está situado no ensino fundamental maior, nível que foi contemplado pela seleção de 2017 e tem vigência até 2019²⁹. Portanto, os conteúdos em análise correspondem àquilo que está presente nas escolas brasileiras durante a realização desta pesquisa.

Os autores e as autoras das coleções têm autonomia para a distribuição dos conteúdos ao longo de todo o nível de ensino, desde que contemplem todos os saberes básicos previstos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sendo assim, das 13 coleções em vigor, uma apresenta o conteúdo sobre os sistemas genitais no 7º ano, onze apresentam-no no 8º ano e uma no 9º ano. Isto significa dizer que o conteúdo em questão é direcionado para jovens de 12 a 14 anos, se considerada a idade escolar regular.

²⁹ A lista completa dos livros e mais informações sobre o PNLD 2017 podem ser acessadas no endereço: <http://www.fn.de.gov.br/pnld-2017/>

Dos treze livros didáticos onde se encontra o conteúdo em questão, foi realizada uma análise prévia em oito deles, observando a qualidade pedagógica no que se refere à abrangência e precisão das informações, bem como buscando a materialidade dos enunciados sobre o regime de verdade acerca do corpo sexuado da fêmea humana de modo geral e o clitóris especificamente.

A variação dos conteúdos é sensível, embora alguns elementos básicos sejam mantidos. Sobre o clitóris uma unanimidade: nenhum livro apresenta o órgão completo em sua morfologia, função, dimensões e inter relação com as demais estruturas do sistema genital feminino, se tomado como referência o estudo de O'Connell, Sanjeevan e Hutson (2005).

O livro selecionado para a análise a seguir foi escolhido por conter o conteúdo mais completo, se comparado ao saber anátomo-fisiológico perito, além de demonstrar uma preocupação de seus autores e editores em apresentar conteúdos complementares, textos que demonstram uma visão positiva com relação às mudanças vividas na puberdade e com linguagem adequada aos jovens. De certo modo, escolhi o livro para a análise pelos mesmos critérios que, sendo professora, escolheria para o trabalho pedagógico em sala de aula.

Alguns livros se mostraram bastante problemáticos em relação aos seus conteúdos gerais e ao conteúdo sobre o clitóris especificamente, a exemplo de um deles no qual toda a informação que consta sobre o clitóris no capítulo sobre sistema genital feminino é uma única frase que diz: “**clitóris** - é um pequeno órgão cuja parte externa sensível tem o tamanho de um grão de feijão” (CANTO, 2015). Quer dizer, tudo o que este material tem a oferecer como informação para as alunas e os alunos sobre um órgão do corpo feminino, é que ele se parece com um grão de feijão. Mais que pedagogicamente pobre ou impreciso, este conteúdo é depreciativo do corpo feminino. Sobre este e outros materiais de conteúdo questionável, cabe uma análise futura.

Para a presente análise, parece mais profícuo tratar de um conteúdo mais abrangente e por isso a escolha pela coleção *Tempo de Ciências* da Editora do Brasil, que tem como editores responsáveis Eduardo Passos e Angela Sillos. A obra é de 2015 e está na sua

segunda edição. Esta coleção foi distribuída para 369.694 estudantes e 8.572 professores e professoras de todo o território nacional (BRASIL, 2017).

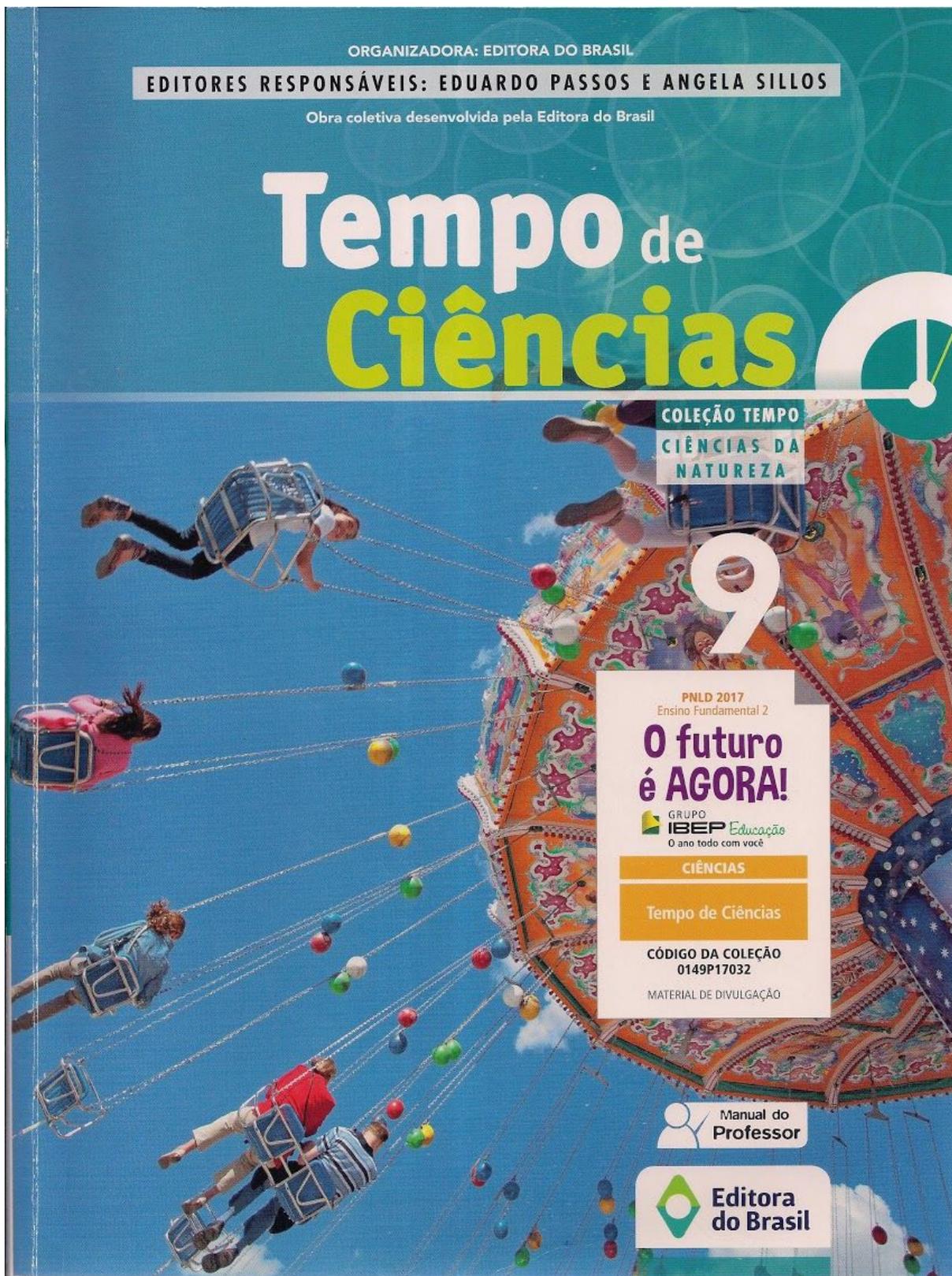


Figura 3: Capa do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

Nesta coleção o conteúdo sobre sistema genital se encontra no livro do 9º ano dentro do tema 1, intitulado “Hereditariedade e sexualidade”, que se subdivide em oito pequenos capítulos: 1) Reprodução - perpetuação da espécie; 2) Hereditariedade - conceitos básicos; 3) Puberdade - tempo de mudanças; 4) Sistema genital feminino; 5) Sistema genital masculino; 6) Fecundação e início da gravidez; 7) Gravidez, parto e amamentação; 8) Métodos contraceptivos e saúde.

O conteúdo que analiso a seguir corresponde aos capítulos 4, 5 e 6. O capítulo 4 e parte do 6, sobre o sistema genital feminino e a fecundação e gravidez, respectivamente, serão analisados em relação ao saber médico especializado e à formação dos saberes sobre o corpo feminino dos quais tratamos no capítulo anterior. Já a precisão ou imprecisão sobre o conteúdo acerca do clitóris é investigada tendo como referência o saber consolidado pelo estudo de O’Connell, Sanjeevan e Hutson (2005).

Na sequência, é feita uma análise comparativa dos capítulos 4 e 6 com o capítulo 5, que trata do sistema genital masculino, por entender que o gênero só pode ser tomado como objeto de análise em relação à fronteira entre o “Eu” e o “Outro”. No entanto, o conteúdo sobre o corpo masculino não é investigado em si mesmo, haja vista que a formação discursiva sobre o corpo masculino não é objeto desta dissertação.

Após destacar aquilo que se faz visível a partir do conteúdo em questão, tratarei das ausências do mesmo conteúdo para discutir os limiares entre dito e não dito, os silêncios intrínsecos aos discursos e os erros que compõem os acertos. Ou seja, busco entender, de maneira geral, o que dá unidade à dispersão dos enunciados, qual o discurso sobre o qual todo o conjunto de frases, proposições e ilustrações estão apoiados.

3.3.1. O dito e o visível.

Vejamos, pois, o conteúdo que se faz visível a partir dos enunciados linguísticos e imagéticos na seção sobre os sistemas genitais feminino e masculino. Destacarei alguns aspectos em tópicos para discutir posteriormente o que representam em conjunto.

Órgãos reprodutivos

Grande parte das mudanças que, como vimos, acontecem na puberdade está relacionada ao amadurecimento dos **órgãos reprodutivos**, isto é, aqueles que permitem aos seres humanos ter filhos, dando, assim, continuidade à espécie.

Embora biologicamente a função desses órgãos seja a reprodução, para os seres humanos as relações sexuais não ocorrem apenas com esse objetivo. Elas também estão associadas à busca do prazer físico e satisfação emocional.

Cada um dos órgãos que compõem o sistema genital feminino é apresentado a seguir. Observe a representação deles nas ilustrações.

- **Pudendo feminino (vulva):** região externa, onde ficam os pequenos e os grandes lábios, dobras de pele bastante sensíveis. Acima da vulva há uma área chamada **monte de Vênus**, ou púbis, na qual, com o início da puberdade, surgem pelos denominados pubianos. Entre os **pequenos lábios** localiza-se o **clitóris**, pequenina estrutura em que se concentram muitas terminações nervosas de grande sensibilidade. Essa estrutura é importante para o prazer feminino.



Elementos ilustrados sem escala; as cores não são as reais.

Externamente, o sistema genital feminino é formado pelo pudendo.

- **Vagina:** canal que liga os órgãos reprodutivos internos com a vulva (parte externa). Termina no colo do útero e é por onde o pênis penetra durante a relação sexual. Também é por onde sai o sangue menstrual e o bebê, quando nasce em parto normal.
- **Colo do útero ou cérvix:** situado entre a vagina e o útero. É a abertura por onde os espermatozoides devem passar até chegar a um ovócito.
- **Útero:** órgão musculoso composto de três camadas: o **perimétrio** (camada externa), o **miométrio** (camada média) e o **endométrio** (revestimento interno). Quando há gravidez, o óvulo fecundado implanta-se no endométrio e se desenvolve. Isso é possível porque, nesse período, o útero se expande. Nele ocorrem as contrações que favorecem a saída do feto no momento do parto. Pelo colo, ou cérvix, o útero se abre na vagina. Por duas outras extremidades laterais ele se conecta às tubas uterinas.

Figura 4: Página 45 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

Ênfase na metáfora da função reprodutiva

O nome do tópico que apresenta os órgãos do Sistema Genital é denominado “órgãos reprodutivos”, já indicando a ênfase dada quanto à função reprodutiva. Isso é evidenciado logo no primeiro parágrafo. Em segundo plano, são apontados também outros aspectos envolvidos na atividade sexual humana. Contudo, a proposição que diz que “**embora biologicamente a função desses órgãos seja a reprodução**” faz uma clara distinção entre um aspecto que estaria relacionado à natureza - este sim natural - em contraposição à outros aspectos que poderiam ser considerados mais subjetivos e/ou culturais.

Descrição do clitóris

O clitóris é apresentado como um componente da vulva, parte externa do sistema genital feminino, na mesma condição que os grandes e pequenos lábios e o monte de Vênus, a despeito de estas serem estruturas compostas por pele e ossos que compõem a “topografia” da genitália feminina, enquanto o clitóris é um órgão com função e estrutura próprias. Dito de outro modo, seria como descrever o cérebro como parte da cabeça na mesma condição que os ossos do crânio, ignorando todo o seu complexo funcionamento, coisa que os ossos do crânio não têm.

Ademais, não é mencionado que a maior parte de seu corpo é interna. O órgão completo em suas dimensões, morfologia, disposição, função, e conexões com as estruturas circunvizinhas não é apresentado nem na descrição escrita nem na representação iconográfica que vem a seguir. Em se tratando, exclusivamente, de sua porção externa, as estruturas visíveis são a glândula do clitóris e o prepúcio, no entanto, nem mesmo esta simples distinção é feita.

Já no que diz respeito ao termo “pequenino” para se referir à ele, é curioso pensar que a despeito de sua dimensão completa ser próxima às dimensões do pênis em comprimento e superior à este em largura, o pênis não é descrito como uma “pequenina estrutura”. Ao tratar

o clitóris como “externo” e “pequenino”, que fazem estas orações senão apequená-lo e deixá-lo de fora?

Representação imagética da vulva

Na ilustração que é apresentada na sequência, a proporção entre a vagina e o clitóris acompanha a ênfase do discurso sobre ambos, sendo o clitóris “pequenino” e a vagina um elemento central e grande em importância, por sua ligação com a função de destaque no conteúdo da unidade, qual seja, a reprodução.

Posicionada no centro da imagem, a vagina é ilustrada como um canal aberto e com diâmetro consideravelmente grande em relação à proporção do quadril. Por sua vez, o clitóris é representado como um círculo minúsculo, menor que o próprio orifício da uretra. Apesar da advertência sobre a ilustração não estar em escala real, convém questionar a escolha da proporção de uma imagem que é feita em escala livre.

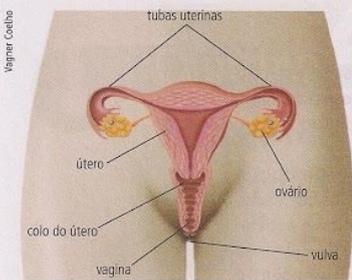
Descrição da vagina

A vagina, apesar de ser uma estrutura central para a matriz de inteligibilidade que se estabelece sobre a genitália feminina, não pode ser compreendida por referências próprias no enunciado em questão, mas apenas em relação ou em função à outras estruturas e mesmo ao corpo masculino. A vagina é descrita como um simples canal, o que coaduna com sua nomeação de “bainha da espada”, “canal”, “passagem”.

Não há nenhuma descrição de sua composição, atividade ou funcionamento. Ela é uma passagem aberta e passiva para a entrada do pênis e a saída do sangue menstrual e do bebê. Ou seja, o coito, a menstruação e o parto são os fenômenos que lhe conferem sentido. Essa descrição coaduna com a representação imagética tratada no item anterior, que apresenta-a como uma via aberta, passiva e penetrável, de fato a representação de um canal.

Descrição do útero

A descrição do útero, diferentemente da descrição da vagina, é consideravelmente mais detalhada. O órgão central para a gestação é descrito em suas estruturas, composição, atividade e relação com estruturas adjacentes. O destaque dado ao útero na construção da cognoscibilidade feminina foi amplamente tratado na literatura (SWAIN, 2007; FREITAS, 2013).



Wagner Coelho

tubas uterinas
útero
colo do útero
vagina
ovário
vulva

Estruturas internas do sistema genital feminino.

Elementos Ilustrados sem escala: as cores não são as reais.

- **Tubas uterinas:** são canais bastante estreitos que se comunicam com o útero e os ovários. Apresentam estruturas chamadas **fímbrias**, em forma de uma borda franjada, que paira acima dos ovários e capta o ovócito maduro lançado por eles. Nas tubas ocorre a **fecundação** ou fertilização do ovócito; elas são revestidas de células epiteliais dotadas de cílios, cujo movimento impulsiona tanto o ovócito captado do ovário como o zigoto em direção ao útero. As tubas uterinas humanas têm entre 7 e 14 cm de comprimento. Após a fecundação, o embrião originado do zigoto se fixa ao útero – fenômeno chamado de **nidação** –, onde irá se desenvolver até o parto.
- **Ovários:** localizam-se um de cada lado do útero, cada um “conectado” com uma tuba uterina. São as **glândulas sexuais femininas** ou **gônadas**, nas quais ficam armazenados aproximadamente 500 mil gametas femininos, os ovócitos. Os ovócitos armazenados nos ovários das meninas são imaturos. Quando se dá a puberdade, certos hormônios provocam o amadurecimento e a liberação periódica desses ovócitos (em geral, um por mês) captados, então, pelas tubas. Esse processo de amadurecimento e liberação de ovócitos recebe o nome de **ovulação**. Caso um espermatozoide chegue até o ovócito e penetre pela sua membrana, este completará seu amadurecimento e será denominado óvulo. Os ovários também são responsáveis pela produção de **hormônios sexuais – estrogênio e progesterona** – essenciais para o funcionamento normal do sistema genital.

Aqui tem mais

Síndrome do ovário policístico

A Síndrome do Ovário Policístico (SOP) é um distúrbio hormonal que provoca formação de cistos nos ovários, o que faz com que eles aumentem de tamanho. Ela atinge, principalmente, mulheres em idade reprodutiva e se caracteriza pela menstruação irregular, alta produção de testosterona (hormônio masculino) e presença de micro cistos nos ovários. [...]

O excesso de testosterona faz algumas portadoras da síndrome apresentarem características masculinas, como excesso de pelos, além de aparecimento de acne. [...]

O diagnóstico precoce ajuda a reduzir o risco de complicações. [...] Caso a mulher sinta alguns destes sintomas ela deve procurar um ginecologista que poderá encaminhar o tratamento mais adequado. [...]

 *Blog da Saúde.* Por: Gabriela Rocha. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/570-destaques/35160-sindrome-do-ovario-policistico>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

1. Por que alterações no ovário, como os cistos, causam alterações menstruais, aumento de pelos, acne etc.? *Porque os ovários são as glândulas que produzem os hormônios sexuais que regulam essas alterações.*
2. Por que cistos ovarianos podem causar atrasos de ciclos menstruais? *Porque alteram a ovulação, fenômeno que determina os ciclos menstruais.*

46

Figura 5: Página 46 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

Descrição dos ovócitos

Os ovócitos são mencionados em diferentes momentos ao longo do capítulo sobre o sistema genital feminino, bem como num capítulo que virá adiante intitulado *Fecundação e início da gravidez*. As descrições sobre ele tratam de uma célula passiva e incompleta. Ele é “lançado” pelas tubas uterinas, “captado” pelas fimbrias, “penetrado” pelo espermatozóide, ou seja, ele apenas sofre as ações nas quais está envolvido. Isto pode ser observado na página 57 que virá a seguir e que trata especificamente do fenômeno da fecundação:

Outra narrativa que merece destaque é o fato de o ovócito ser descrito como uma célula “imatura” que só completa seu desenvolvimento após a fecundação do espermatozóide. A descrição mais precisa, em termos técnicos, pode ser observada no quadro “Curioso é...” no final da página 57. Quer dizer, as células reprodutivas humanas são células haplóides³⁰ e, ao se ligarem no ato da fecundação, formam uma célula diplóide. Isto é, não se trata de um estágio incompleto ou imaturo, mas de células diferentes. Apesar de esta ser característica das células sexuais tanto femininas quanto masculinas, o espermatozóide não é descrito como incompleto ou imaturo em nenhum momento.

Ademais, todo o processo é descrito de modo a renovar a dicotomia ativo/passivo ao afirmar que o espermatozóide “entra”, “penetra”, “degrada” as “camadas protetoras do ovócito”. Quer dizer, apesar de o entendimento técnico sobre a fecundação ter mudado ainda na década de 1980, conforme demonstrado por Emily Martin (1991) no capítulo anterior, o livro em análise, que foi reeditado em 2015, segue descrevendo a fecundação como uma ação do espermatozóide sobre o óvulo e não como uma união entre duas células com participação ativa de ambas.

³⁰ Nos seres humanos, as células haplóides são o espermatozóide e o ovócito: as células reprodutivas. O número de cromossomos da nossa espécie é 46, portanto, as células reprodutivas possuem 23 cromossomos. A presença da metade de cromossomos nestas células garante que, após a fecundação, o número de cromossomos seja restabelecido.

Fecundação

Quando há relação sexual entre um homem e uma mulher sem uso de preservativo, o homem ejacula e libera o sêmen (esperma) no canal vaginal da mulher, com milhões de espermatozoides originários dos testículos. Desses **espermatozoides**, apenas algumas centenas chegam às tubas uterinas, onde pode estar o **ovócito**. Ao encontrá-lo, somente um espermatozoide consegue entrar no gameta feminino, fecundando-o.

Ao tentarem penetrar no ovócito, os espermatozoides liberam substâncias (enzimas) do acrosoma (parte anterior do espermatozoide) que degradam os açúcares e proteínas da **corona radiata** e da **zona pelúcida** (camadas protetoras do ovócito). Isso colabora para que um deles tenha sucesso na fecundação.

Quando um espermatozoide entra no ovócito, ocorre uma reação e se forma uma membrana protetora que impede a entrada de outros espermatozoides. Caso alguns deles entrem (polispermia), são degradados.

A fecundação resulta na célula-ovo ou zigoto, uma célula diploide ($2n$) que sofre mitoses sucessivas. Enquanto isso acontece, o zigoto vai sendo transportado pelos cílios do epitélio, que reveste a tuba uterina, até o útero. Nesse ponto, esse conjunto de células recebe o nome de **embrião**.



Eye of Science/SPL/Latinstock

Dos milhões de espermatozoides liberados na ejaculação, apenas algumas centenas chegam ao ovócito. Imagem obtida por meio de microscópio eletrônico e ampliada 650 vezes.



Thierry Berné, Mona Lisa Production/SPL/Latinstock

Somente um espermatozoide fecundará o ovócito, que finalizará seu desenvolvimento e será denominado óvulo. Assim que os núcleos dos dois gametas se fundirem, estará formado o ovo ou zigoto. Imagem obtida por meio de microscópio eletrônico e ampliada 4200 vezes.

Curioso é...

Por que apenas um espermatozoide penetra no ovócito?

Como o espermatozoide é haploide e o ovócito também, a união das informações genéticas dessas duas células produz uma célula diploide (zigoto), que dará origem a todas as outras células dos tecidos do corpo humano (diploides). Caso outro espermatozoide também fosse aceito no ovócito, seria criada uma célula com três diferentes tipos de informação genética, o que não é possível na espécie humana.

Representação dos órgãos internos do sistema genital feminino

Na ilustração dos órgãos internos do sistema genital feminino é o útero que é colocado no centro da imagem e a vagina é ilustrada menor do que ele, muito embora o canal vaginal tenha em média 12cm e o útero 8cm.

Na representação do interior do ventre feminino apenas as estruturas relacionadas à reprodução são ilustradas e o clitóris é completamente apagado da imagem, apesar de sua notável interligação com os órgãos internos do sistema genital feminino.

Conteúdo complementar “Aqui tem mais”

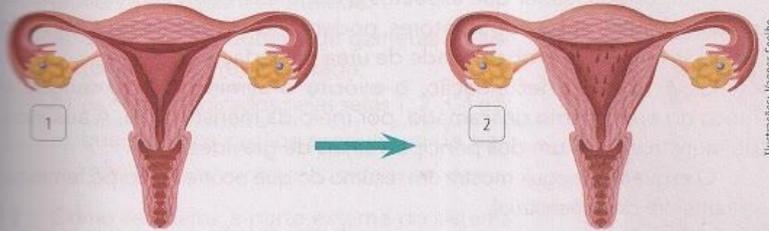
Ao final da descrição dos órgãos do sistema genital feminino é apresentado um conteúdo complementar sobre o tema. No quadro denominado “Aqui tem mais”, o assunto que os autores elegem como fundamental para o ensino trata de uma patologia, a síndrome do ovário policístico. A representação do sistema reprodutor feminino como sendo eminentemente patológico, da qual tratamos no capítulo anterior na seção sobre o surgimento da ginecologia, parece ser reforçada aqui.

Menstruação, ciclo menstrual e ovulação

Nas páginas que se seguem (47 e 48) e complementam o conteúdo do capítulo sobre o sistema genital feminino, o ciclo menstrual é detalhadamente descrito - início e fim da capacidade reprodutiva, período fértil e infértil, cólicas menstruais, além de tecnologias de contenção do fluxo menstrual - e as meninas são incentivadas a conhecer, registrar e controlar cada etapa do seu ciclo como um “importante processo de **autoconhecimento** corporal”. Isto é, para as meninas o saber-se é vinculado ao fenômeno da ovulação.

Menstruação, ciclo menstrual e ovulação

Chamamos de **menstruação** à descamação que ocorre no revestimento interno do útero (endométrio) acompanhada de sangramento pela vagina – que dura de três a sete dias, com média de cinco dias.



Ilustrações: Wagner Coelho

Sistema genital feminino em dois momentos: antes (1) e durante (2) o estágio da menstruação.

Esse fenômeno ocorre em ciclos aproximadamente mensais ao longo da vida reprodutiva da mulher, exceto durante a gravidez.

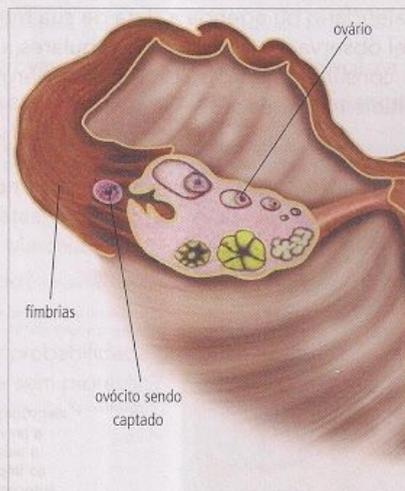
A menstruação geralmente tem início na puberdade – a primeira menstruação é chamada de **menarca** – e cessa definitivamente na **menopausa**. Não há, entretanto, uma idade “certa” para o início e o fim da menstruação.

O **ciclo menstrual** começa com o primeiro dia de sangramento, que é contado como dia 1, e dura, normalmente, de 25 a 36 dias, até começar outro ciclo. Apenas 15% das mulheres têm ciclos que duram exatamente 28 dias. Os ciclos menstruais costumam variar mais e ter intervalos maiores logo após a menarca e pouco antes da menopausa, já que são regulados por hormônios e, nesses períodos, a produção de hormônios está desregulada.

Considerando um ciclo menstrual de 28 dias, em torno do 14º dia ocorre a ovulação, isto é, a liberação do ovócito pelo ovário. O tempo decorrido da ovulação à menstruação é de mais 14 dias. Porém, se o ciclo for maior ou menor, as datas da ovulação e entre a menstruação e a ovulação podem se alterar. Por exemplo, se uma mulher tem um ciclo de 34 dias, são 20 dias para a primeira fase do ciclo e 14 para a segunda fase, ou seja, ela terá sua ovulação no 20º dia do ciclo menstrual.

Na ovulação, quando o ovócito é liberado ele é captado pelas fimbrias e transportado ao longo da tuba, onde pode ser fecundado por um espermatozoide, caso tenha havido relação sexual sem uso de preservativo (camisinha) ou outro **método de barreira**.

Esquema que representa ovócito sendo captado pelas fimbrias ao sair do ovário.



Método de barreira: é um método contraceptivo, que impede o espermatozoide de entrar no útero. Alguns exemplos são os preservativos (feminino e masculino), o diafragma etc.

GLOSSÁRIO

Elementos ilustrados sem escala; as cores não são as reais.

Figura 7: Página 47 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

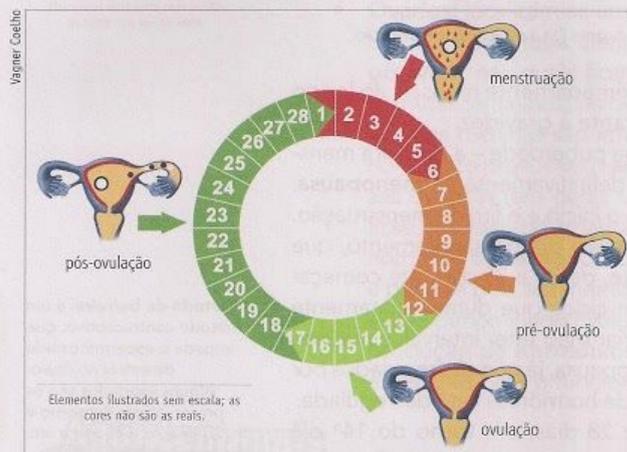
Ginecologista: médico especialista na saúde dos órgãos reprodutores femininos.

O período em que ocorre a ovulação é considerado **período fértil**, isto é, quando a mulher tem mais possibilidades de engravidar. Esse período, de modo geral, corresponde ao intervalo entre o 10º e o 18º dia do ciclo, incluindo a data provável da ovulação, e a manutenção do ovócito por algum tempo na tuba. O ovócito dura em torno de 12 a 24 horas.

É importante saber que aspectos emocionais, como estresse, uso de medicamentos, entre outros fatores, podem alterar totalmente a previsão dos dias férteis e a probabilidade de uma fecundação.

Caso não haja fecundação, o ovócito é eliminado com sangue e muco do endométrio descamado, por meio da menstruação. A ausência de menstruação é um dos principais sinais de gravidez.

O esquema a seguir mostra um resumo do que ocorre no corpo feminino durante um ciclo menstrual.



Ciclo menstrual de 28 dias. As cores representam as várias etapas do ciclo. A fase de pré-ovulação neste ciclo tem duração de 14 dias. A pós-ovulação, que é fixa, dura 14 dias.

Ao longo do período de sangramento – que, como vimos, dura cinco dias, em média – podem ocorrer cólicas. Em geral elas são causadas pelo excesso de uma substância chamada **prostaglandina**, mas podem ser sintoma de outros problemas. A maioria das cólicas é suavizada com bolsas de água quente ou analgésicos comuns. Porém, em casos de dores intensas, deve-se procurar um **ginecologista**, que saberá indicar o que fazer.

Durante o período menstrual podem ser utilizados absorventes higiênicos externos, internos (tampões) ou coletores menstruais, que devem ser trocados de acordo com a intensidade do fluxo ou a cada quatro horas para evitar o risco de infecções bacterianas. É importante que as garotas adquiram o hábito de marcar em um calendário ou agenda a data de sua menstruação. Dessa forma, é possível observar se os ciclos são regulares, qual sua duração etc. Em exames e consultas médicas, esta é uma pergunta frequente: Quando foi sua última menstruação?



Anotar as datas das menstruações, além de ajudar a prever quando começará o próximo ciclo, faz parte do importante processo de autoconhecimento corporal.



Absorventes internos e externos.

Sistema genital masculino

A partir de então, passo à investigação do capítulo que trata do sistema genital masculino buscando a leitura geral de seus enunciados, com destaque aos processos análogos àqueles observados sobre o sistema genital feminino.

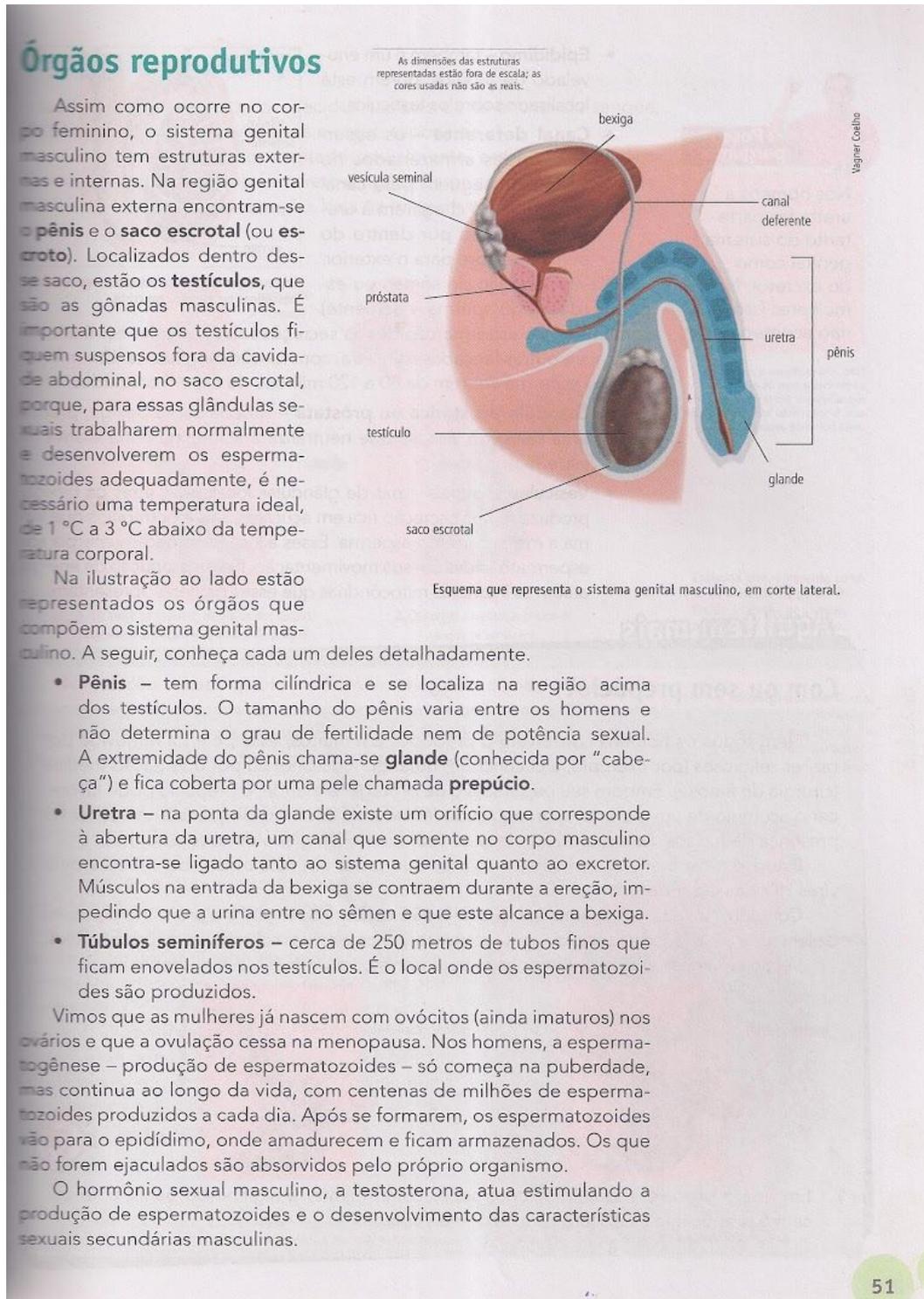


Figura 9: Página 51 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

De maneira geral, as estruturas do sistema genital masculino são descritas a partir de referências próprias. Quer dizer, enquanto o sistema genital feminino é apresentado exclusivamente em termos de “função”, o sistema genital masculino é referido também por sua forma, disposição e localização no corpo.

Além disso, há um conteúdo positivado associado às estruturas que informa, por exemplo, que a variação do tamanho do pênis entre os homens não determina o grau de fertilidade nem a potência sexual; ou que chama atenção para a necessidade de condições ideais para a produção de espermatozoides, que torna “**importante** que os testículos fiquem fora da cavidade abdominal”. Não é apenas uma disposição funcional, é uma condição importante.

Ainda no que toca a descrição sobre o pênis, ao tratar da glândula se faz referência ao seu nome popular, “conhecida por ‘cabeça’”, o que chama a atenção para uma dimensão da experiência de meninos e meninas com o próprio corpo e, de certa maneira, com o corpo do outro. Enquanto parece haver um esforço para relacionar o conteúdo sobre o sistema genital masculino a um conhecimento popular e, portanto, se aproximar da experiência dos meninos com o próprio corpo, o sistema genital feminino é descrito apenas pelos termos e referências médico-anatômicas e nunca termos populares.

Já a ilustração iconográfica do sistema genital masculino, apresentada em corte lateral, chama a atenção por isolar as estruturas do sistema genital masculino do resto do quadril, excluindo o ânus de sua representação. Ao olhar não é apresentada uma visão global do quadril, apesar da proximidade e inter-relação do sistema genital com o ânus, a exemplo do exame da saúde da próstata ser feito pela palpação através do reto.

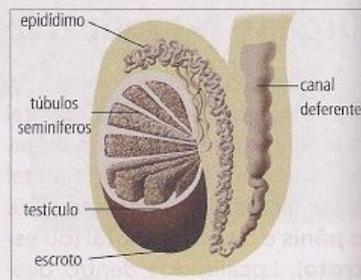
Ao falar sobre o que é o sexo masculino biológico e suas funções, o olhar é direcionado para a figura do pênis. No que se refere às cores da imagem, que são cores fantasia, é curioso notar a escolha pela cor azul para o pênis, por se tratar de uma cor comumente associada ao estereótipo masculino.



Nos homens a uretra faz parte tanto do sistema genital como do excretor. Nas mulheres isso não acontece?

Não, nas mulheres a uretra não se relaciona com os órgãos reprodutores. No homem, a uretra tem função tanto na eliminação de urina como de esperma.

- **Epidídimo** – também é um enovelado de túbulos, porém está localizado sobre os testículos.
- **Canal deferente** – os espermatozoides armazenados no epidídimo seguem pelo canal deferente até chegarem à uretra, que passa por dentro do pênis e se abre para o exterior.



Esquema que representa estruturas reprodutoras masculinas no escroto, em corte.

Na composição do sêmen ou esperma (do grego *sperma* = semente) somam-se aos espermatozoides as secreções das vesículas seminais, da próstata e outras lançadas na uretra, com função lubrificante. Um mililitro (mL) de esperma contém de 60 a 120 milhões de espermatozoides.

- **Glândula prostática ou próstata** – situada sob a bexiga, produz uma secreção viscosa que neutraliza a acidez da urina e ativa os espermatozoides.
- **Vesículas seminais** – par de glândulas localizadas atrás da bexiga, produzem uma secreção rica em açúcares, sais e hormônios que forma a maior parte do esperma. Esses açúcares fornecem energia aos espermatozoides em sua movimentação. Nessa produção de energia atuam as inúmeras mitocôndrias que esses gametas apresentam.

Aqui tem mais

Com ou sem prepúcio?

Nem todos os homens conservam o prepúcio. Em muitos, essa pele foi removida por razões religiosas (por exemplo, a circuncisão, ritual do judaísmo) ou por orientação médica (cirurgia de fimose). Embora seu papel seja o de proteger a glande, o prepúcio pode favorecer o acúmulo de um material esbranquiçado (esmegma) e, em consequência, infecções ou presença de fungos. Por essa razão, deve-se ficar atento à higiene durante o banho.

Estudos mostraram que a retirada do prepúcio reduz em 60% o risco de infecção pelo vírus HIV, causador da aids.

Contudo, não se trata de uma solução definitiva contra a doença. Para preveni-la é preciso desenvolver um intenso trabalho de esclarecimento, principalmente sobre o uso de preservativos.

Veja na imagem abaixo a diferença entre o pênis com prepúcio e sem prepúcio.



1. Em grupo procure mais informações sobre como manter a higiene do pênis, com ou sem o prepúcio, e as discuta com os demais colegas. Incentive os alunos a usar os nomes adequados, apresentados na ilustração desta página. Para fazer a higiene íntima, os homens devem retrair o prepúcio, lavar em volta da glande com sabonete e retirar todo o esmegma. Se não for retirado, ele se acumula, podendo causar problemas como inflamação e infecção.

Figura 10: Página 52 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

Na sequência, são apresentadas as glândulas de lubrificação masculinas ou glândulas vestibulares, que produzem secreções diversas que se somam aos espermatozóides para formar a secreção masculina denominada de sêmen. No que diz respeito ao conteúdo do livro, é importante frisar a ausência de informações sobre as glândulas vestibulares femininas que não são sequer mencionadas, tampouco aparecem nas ilustrações - trataremos delas mais adiante. Já uma questão curiosa que se refere ao próprio campo do saber médico, é que a lubrificação feminina, diferentemente da masculina, não tem nome próprio.

Após a apresentação das estruturas anatômicas que compõem o sistema genital masculino, o conteúdo complementar que é apresentado no quadro “Aqui tem mais”, trata de uma intervenção cirúrgica de ordem cultural (religiosa/estética), a circuncisão. Isto é, enquanto o tema do quadro equivalente apresentado no capítulo sobre o corpo feminino tratou de uma patologia (síndrome do ovário policístico), o assunto que se elege sobre o corpo masculino é da esfera civilizacional.

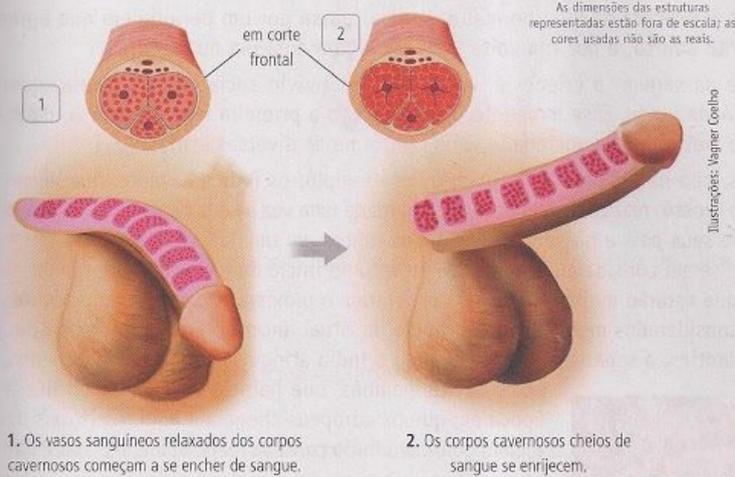
Na sequência, são apresentados os fenômenos fisiológicos da ereção e ejaculação do pênis. Este conteúdo se encontra na mesma posição em que foram tratados o ciclo menstrual, período fértil, cólicas e métodos anticoncepcionais no capítulo sobre o sistema genital feminino.

Como pode ser visto na página 53, que virá a seguir, o texto contém os termos “excitação”, “clímax” e “orgasmo”. Nenhum destes termos, ou termos correlatos, aparecem no capítulo sobre o sistema genital feminino.

Ereção e ejaculação

O pênis é constituído por tecidos capazes de se encher de sangue, chamados de corpos cavernosos e corpo esponjoso.

Quando o homem fica excitado sexualmente, esses tecidos se enchem de sangue e o pênis fica ereto e rígido. Essas condições são necessárias para ocorrer a penetração. Veja na imagem como fica o pênis por dentro.



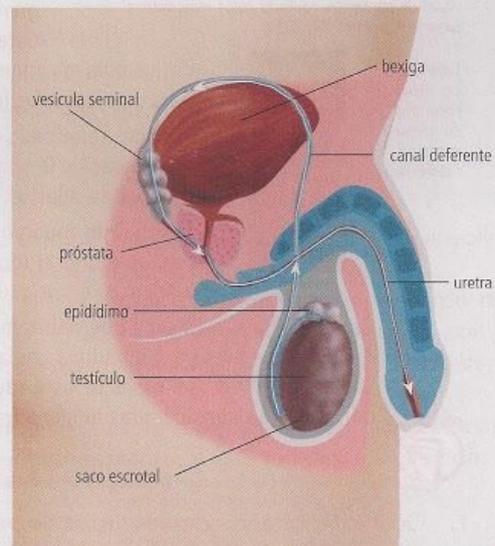
Na relação sexual, quando o homem chega ao clímax ou orgasmo, ocorre a **ejaculação**, isto é, a saída do espermatozoide pela uretra. Momentos depois, o pênis volta a seu estado relaxado. A ejaculação também pode ocorrer durante o sono, fato comum na adolescência.

Veja na ilustração o caminho que o espermatozoide segue, desde sua formação com os diferentes componentes (espermatozoides e secreções glandulares) até a saída pela uretra.

Bactérias e outros microrganismos podem causar doenças nos órgãos reprodutores, inclusive em crianças e adolescentes. Em caso de ardência ao urinar ou aparecimento de caroços, secreções diferentes e coceira no saco escrotal ou no pênis, deve-se procurar um médico **urologista**. É importante checar se não há nada errado, porque doenças mais graves, como o câncer de testículo e o de próstata (este mais comum em homens a partir dos 40 anos), podem ser tratadas se forem diagnosticadas no início.

Elementos ilustrados sem escala; as cores não são as reais.

Esquema do caminho percorrido pelo espermatozoide até sair pela uretra.



Urologista: médico(a) especialista na saúde do sistema urinário e do sistema reprodutor masculino.

GLOSSÁRIO

Figura 11: Página 53 do livro Tempo de Ciências 9. Fonte: Passos e Sillos, 2015.

Tendo tratado daquilo que se faz visível a partir do conteúdo do livro, destacarei algumas ausências que chamam a atenção pelo tratamento diferenciado que recebem nas unidades sobre os genitais femininos e masculinos. Ou seja, trata-se dos mesmos conteúdos, porém marcados pelo gênero em seu tratamento.

3.3.2. O silêncio e o invisível.

Os conteúdos apontados como ausentes, são saberes sobre o sistema genital feminino reunidos a partir de pesquisa complementar na literatura médica especializada e que correspondem à informações análogas àquelas apresentadas sobre o sistema genital masculino. Uma vez que a composição do pênis, sua atividade muscular, atividade dos tecidos eréteis, glândulas vestibulares, ereção e ejaculação masculinas foram tratados nos capítulos aqui analisados, se torna estranha a ausência dos mesmos processos sobre o corpo feminino.

Para além disso, trato da mutilação do clitóris no conteúdo, que é apresentado sob um corte a partir do qual sua porção interna é extraída do material. Adiciono a seguir algumas informações, descrevendo-as sucinta e didaticamente de modo a aproximá-las da linguagem do livro.

Atividade muscular da vagina

A vagina é uma estrutura muscular com considerável capacidade elástica. Quando em repouso, seu comprimento varia entre 7 e 10cm e seu diâmetro é reduzido a quase zero, pois suas paredes em relaxamento chegam a se tocar. Mediante o estímulo erótico, suas paredes incham e o canal dilata, expandindo em largura e também profundidade com a elevação do colo do útero. Nesse processo, seu canal alcança uma média de 10 a 15cm de comprimento. Nesse processo, suas paredes filtram o sangue possibilitando que apenas o plasma atravesse para o seu interior, alterando o PH e aumentando a lubrificação interna da vagina (MASTER e JOHNSON, 1979).

Glândulas de Bartholin e Skene

A lubrificação genital feminina que pode ser observada na genitália externa é produzida por dois pares de glândulas vestibulares, um na porção mais externa do canal vaginal, as glândulas de Bartholin, e outro mais próximo da abertura do canal da uretra, denominadas glândulas de Skene. Ativadas pela excitação e pela ereção do clitóris, as glândulas de Skene e Bartholin lubrificam toda a área externa, possibilitando que o contato e o atrito com a vulva e a porção externa do clitóris sejam prazerosos. (BALTAZAR e BARROS, 2014)

A título de ilustração apresento a figura a seguir, no entanto a localização das glândulas poderia ser feita no próprio desenho do livro didático.

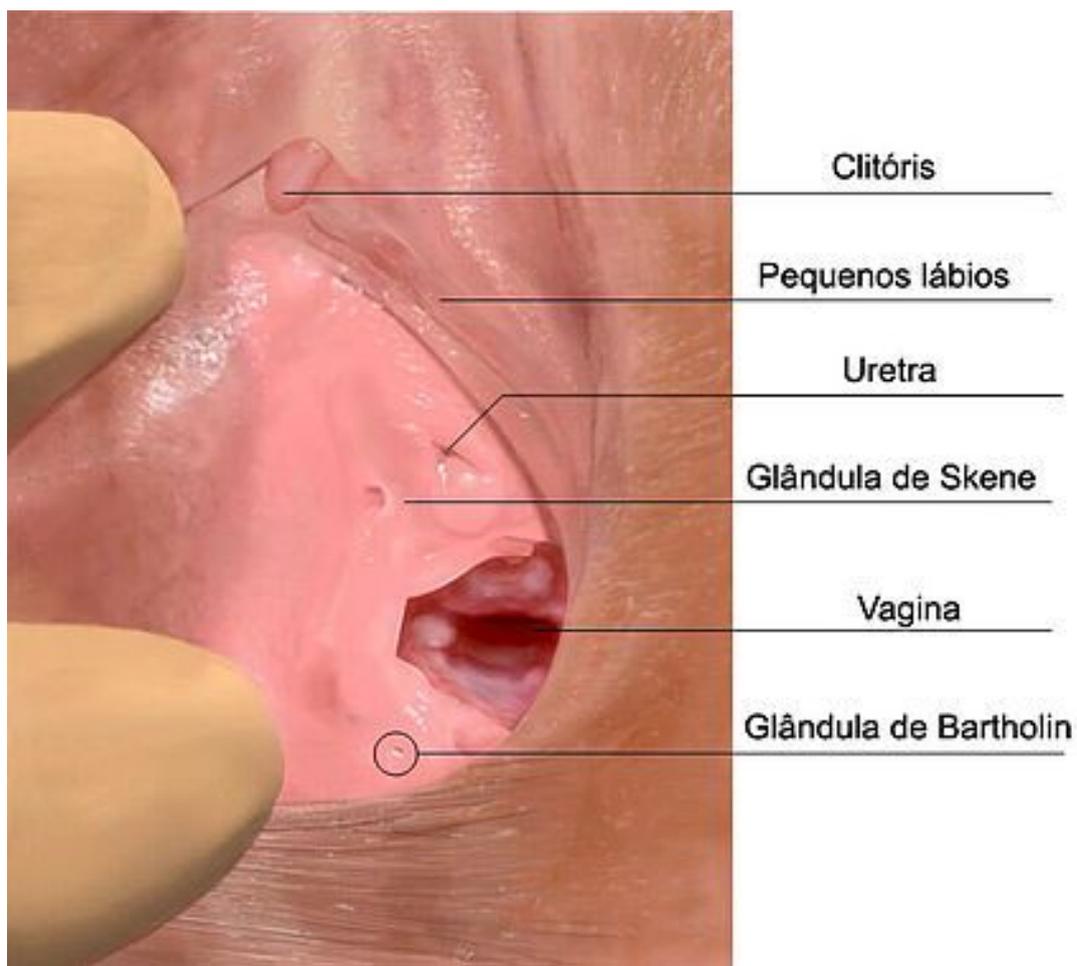


Figura 12: Glândulas de Skene e Bartholin. Fonte: https://wiki.eanswers.net/pt/Gl%C3%A2ndula_de_Skene?vp=1

Órgão completo do clitóris

Os saberes sobre o clitóris foram tratados no subtópico 2.3. desta dissertação, *Os saberes sobre o clitóris no modelo de dois sexos*. De modo didático, ele pode ser assim ilustrado em correspondência às estruturas circunvizinhas:

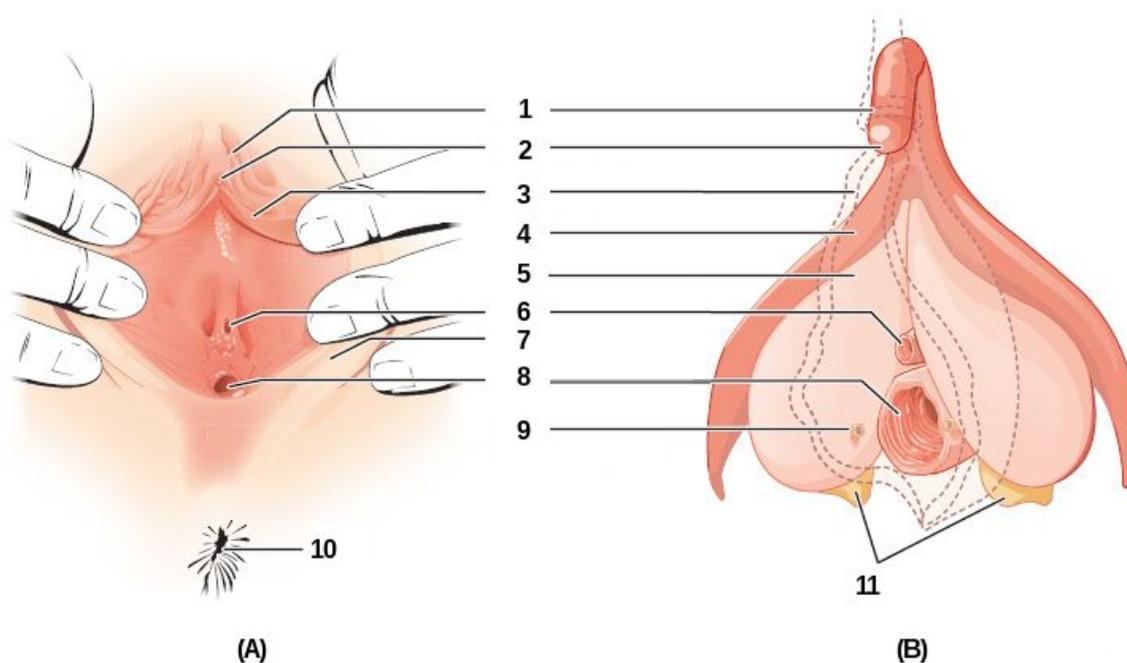


Figura 13: Desenho do clitóris. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figure_28_02_02.jpg

As estruturas referentes à figura 13 são: 1) Prepúcio; 2) Glânde do clitóris; 3) Lábios menores; 4) Corpos cavernosos; 5) Bulbo do vestíbulo; 6) Abertura da uretra; 7) Lábios maiores; 8) Abertura do canal vaginal; 9) Abertura da glândula de Bartholin; 10) Ânus; 11) Glândulas de Bartholin.

Ereção do clitóris

O clitóris é formado por tecido erétil (corpo cavernoso e corpo esponjoso), portanto, realiza o fenômeno orgânico da ereção de modo idêntico ao processo de ereção do

pênis que o livro em questão descreve na página 53 do conteúdo sobre o sistema genital masculino.

Ejaculação feminina

A ejaculação feminina é um tema polêmico dentro da área médica. Sobre esse fenômeno, especificamente, parece haver uma controvérsia interessante que não foi possível tratar adequadamente na presente pesquisa. No entanto, a problemática sobre ele parece estar na mesma ordem que a mutilação cognitiva do clitóris, isto é, um fenômeno em conflito com seu próprio corpo no interior dos regimes de enunciabilidade.

Estudo como o de Korba, Goldstein e Sommer (2010), demonstram que este fenômeno foi descrito em diversas culturas há pelo menos 2.000 anos. No entanto, os estudos sobre ele demonstram, em sua maioria, resultados inconclusivos. O tabu das ciências médicas e biológicas acerca da ejaculação feminina merece uma análise crítica das Ciências Sociais.

Por fim, tendo tratado daquilo que é dito e silenciado, do que é visível e invisível, se fazem evidentes os critérios de limitação dos discursos que delineiam as fronteiras daquilo que poderá ser reconhecido como verdadeiro. Vejamos a seguir algumas leituras possíveis do conjunto de enunciados do livro didático tratadas até aqui.

3.3.3. Os sistemas de saber e o ensino: um órgão em conflito com a escola.

Para a análise dos sistemas de exclusão do discurso que incidem sobre o conteúdo em questão, convém retomar os princípios de controle, seleção, organização e dominação da ocorrência do discurso tratados no capítulo anterior (item 2.1.1.): a palavra proibida; a segregação da loucura; e a vontade de verdade. Quer dizer, a relação estabelecida entre os sistemas de saber e os sistemas de ensino operam por múltiplas estratégias de controle das frases, proposições e atos de fala.

O sistema de ensino insere seus estudantes na ordem do discurso pelo tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Portanto, não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar qualquer coisa em qualquer circunstância, como não é qualquer pessoa que pode falar qualquer coisa. Esses princípios se relacionam com bastante força nas discussões que pairam sobre a educação sexual de crianças e adolescentes.

Diante da tensão posta entre a escola e o tema do sexo, uma questão é frequentemente retomada: “É conveniente falar sobre sexualidade ou isso pode incitar precocemente os/as jovens?” (LOURO, 1997, p. 128). Há quem discorde que a educação sexual seja uma missão da escola, provavelmente supondo que o silenciamento de tais conteúdos poderia mantê-los afastados da escola, porém

essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimes escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir" (LOURO, 1997, p. 81).

Ademais, a sexualidade está nas conversas das e dos estudantes, nas piadas, nas portas dos banheiros, nas aproximações afetivas; ela está em toda parte, inclusive revestida da pretensa neutralidade científica dos materiais didáticos de Ciências Naturais. Por tudo isso e por ser um espaço privilegiado de socialização dos jovens, o ambiente escolar e todas as práticas que nele se desenvolvem têm grande influência no que se refere ao desenvolvimento de concepções sobre sexualidade, corpo e identidade (RAMOS, 2018).

Revestido da autoridade científica, o livro didático, como uma prática discursiva, representa uma “verdade” oficial, pois

as disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização (FOUCAULT, 1979, p. 189)

Esse cenário apresenta este material como um arsenal de validação das regras sociais que contribui, sobremaneira, para a estruturação de um imaginário social. O corpo humano como um objeto de estudo é atravessado pela cultura porque não há nenhum dado natural que possa ser acessado sem mediação. No ato de nomear, representar, valorizar ou suprimir determinada evidência anatômica, a ciência médica estabelece um regime de verdade sobre o corpo sexuado, forjando desejos, criando zonas erógenas, modos de vivência da sexualidade que os assinala como fruto da natureza.

Isto é, o suposto caráter de neutralidade que as ciências médicas e biológicas advogam para si, sustenta a ilusão de um caráter natural do sexo. Esse saber, portanto, determina os pressupostos que são tomados como base do ato de conhecer de cada época, ritualizando a ocorrência do que pode ser dito. A proliferação de saberes acerca dos corpos, do uso dos prazeres, das práticas sexuais e do desejo produzem uma “verdade” sobre os sujeitos, assentando uma infraestrutura que, de certa maneira, fica imune à crítica cultural, pois não se refere à verdade em si, mas ao princípio da vontade de verdade.

Quer dizer, que faz o conteúdo aqui analisado senão falar de certo sexo? Que faz esse emaranhado de definições e ilustrações senão a descrição da atividade sexual heterossexual, reprodutiva, genital-penetrativa? Se ela pode ser compreendida como uma fala neutra é porque esses saberes foram cuidadosamente normalizados, naturalizados pelo discurso médico.

Este sexo do qual se pode falar com a chancela da autoridade médica, sobre o qual se pode tratar com as crianças, através do qual se pode ter o reconhecimento da posse da verdade, faz com que a vivência da sexualidade emergja como uma experiência de gênero. A partir dele, o corpo da fêmea se torna oposto-complementar ao corpo do macho e o corpo do macho como um corpo completo em si mesmo.

Nos processos descritos no conteúdo dos capítulos em análise, a mulher é um ser de todo passivo. Ela não tem atividade nenhuma no sexo, mas apenas uma “passagem”, um receptáculo aberto, imóvel, penetrável. Num ato sexual imaginado a partir das referências do livro em questão, o sexo se restringe à penetração da vagina pelo pênis e não é necessário que

a mulher tenha a experiência da excitação, pois as reações fisiológicas decorrentes do estímulo erótico não estão dadas e, portanto, não são da ordem do natural.

Na medida em que o prazer feminino não é ancorado em seu corpo, ele pode ser compreendido como um fenômeno subjetivo, o que encontra bases sólidas nos discursos médicos sobre a natureza da mulher estar intimamente ligada às emoções e ser pouco objetiva. Quer dizer, a dificuldade ou mesmo a ausência de desejo, de lubrificação, de prazer ou de orgasmo podem ser compreendidas como processos relativos à questões privadas das mulheres e não contextuais e sociais.

Isso é o que justifica, por exemplo, o discurso corrente de que diante de uma vida sexual sem prazer, bastaria às mulheres relaxar, sentirem-se à vontade ou parar de pensar no trabalho ou nos filhos, antes que o ato sexual em si seja questionado. Se a ereção, a lubrificação e o orgasmo não são condições tidas como naturais e previstas, sua ocorrência se torna um fenômeno casual, falha comum do organismo à qual podem ser oferecidas respostas farmacológicas, como lubrificantes artificiais ou estimulantes, equivalentes femininos do viagra.

Assim, tendo como base o conteúdo expresso no livro didático em questão, a mulher não é um sujeito no ato sexual que dali se pode depreender. Fisiologicamente, ela passa a ter atividade apenas a partir da fecundação. De modo análogo, no nível simbólico Freud só reconheceu o feminino a partir da instituição de sua capacidade reprodutiva. Quer dizer, as oposições às quais a teoria psicanalítica se refere no curso do desenvolvimento psicosexual são ativo/passivo; genital masculino/castrado; masculino/feminino. Portanto, a mulher é apenas passividade e ausência antes de se tornar feminino.

Da mesma maneira, este corpo fêmeo só se torna objeto da ginecologia a partir da puberdade e, portanto, do início da sua vida reprodutiva. Antes disso não há uma especificidade que lhe torne um ser distinto no campo da medicina? Antes do ginecologista o pediatra, um especialista que trata igualmente de meninos e meninas. A especificidade das mulheres parece sempre se estabelecer pelo fenômeno biológico da capacidade reprodutiva.

A passividade como um axioma do regime de verdade imposto sobre o corpo feminino também esvazia os sentidos lógicos de um órgão que tenha função de prazer. Isto é, a passividade feminina na atividade sexual e o seu sentido construído a partir da ideia de complementaridade ao corpo masculino faz com que a realização deste corpo se faça sempre em relação ao outro, seja o corpo masculino, seja um filho. Contrariamente, um órgão que tem função exclusiva de prazer aponta para uma realização em si mesmo e não pela alteridade. Portanto, a passividade é um enunciado conflitante em relação à enunciação do clitóris.

De modo mais grave, o apagamento da excitação e do prazer feminino podem endossar fundamentos de violência contra as mulheres, pois à medida em que o sexo é reduzido à uma operação eficiente que considera como fator apenas as adaptações fisiológicas masculinas; como ato a penetração pênis-vagina e; como finalidade a reprodução, não será possível compreender os fenômenos da excitação e do prazer femininos como importantes.

De modo mais geral, a primazia da atividade reprodutiva em detrimento da dimensão do prazer, excluem do sexo “natural” uma diversidade de práticas não reprodutivas, a exemplo da atividade sexual de pessoas idosas, a masturbação, as relações homossexuais ou qualquer outra atividade que não seja heterossexual, reprodutiva e que não envolva apenas um pênis e uma vagina.

Ora, o prazer não é também um fenômeno orgânico? Porque ele não é assim tratado? O que o torna distinto da digestão, da evacuação, da respiração ou da reprodução? Quer dizer, não se trata de tematizar as práticas sexuais em si ou oferecer às crianças um glossário delas, nem creio que seja possível que se reúnam todas as possibilidades de manifestação da sexualidade humana, pois ela pode ser tão plural e inventiva que tão logo sua catalogação fosse concluída ela já estaria defasada. A questão é apenas dar à dimensão do prazer o tratamento das ciências biológicas, entendendo que o prazer não é apenas biológico, mas que este é um de seus aspectos.

Ademais, se a ereção e a ejaculação femininas são também fenômenos orgânicos relativos ao sistema genital feminino porque eles não são tratados no livro? Afinal se está aprendendo sobre o sistema genital ou se está falando de sexo? Aparentemente, o conteúdo em questão se aproxima mais de uma aula de educação sexual sobre heterossexualidade e

reprodução, que um conteúdo propriamente anátomo-fisiológico. Ao tratar de certos órgãos e, ao mesmo tempo, excluir outros para dizer “o que é” o sexo da mulher, a dimensão natural e legítima da sexualidade feminina é normalizada.

Todo esse sistema de signos, normas e saberes estabelece um conjunto de extratos lógicos para a formação dos discursos sobre o corpo da fêmea humana que precisarão ser cumpridos para que aquilo que se diz possa ser compreendido como uma proposição razoável. Essa circunscrição da ideia de razão a certo modo de racionalidade equivale ao sistema de segregação da loucura que sobrepõe artificialmente as noções de razão e verdade.

Em suma, a política do verdadeiro que se estabelece sobre o corpo da fêmea humana, que viemos tratando ao longo da dissertação, se referem ao exercício de um poder que é essencialmente positivo na medida em que produzem rituais de verdade, identidades, subjetividades. O poder disciplinar atravessa os sujeitos a partir de seus próprios corpos.

3.4. A emergência da fêmea mutilada em seus sentidos.

Por certo, não é possível que sejam controladas todas as práticas discursivas e não discursivas, não é possível interditar - sobre o clitóris ou qualquer outro objeto - tudo aquilo que se fala, que se sabe, que se pode tocar. Não é possível que se vigiem os corpos e os controlem em seus ambientes mais íntimos. Não é possível excluir completamente um órgão da fala e das práticas do cotidiano de cada pessoa, então é preciso amputá-lo de outras maneiras. É preciso controlar os discursos que podem circular sobre ele e é preciso que o próprio sentido lógico seja controlado pela produção de “verdades”.

É isso o que faz o poder disciplinar, atribui a vigilância à cada indivíduo, fazendo com que ele a assuma como uma verdade legítima. O poder disciplinar se realiza como

uma mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana (MACHADO, 1979, p. 11).

A mutilação cognitiva do clitóris se dá pela constituição de um regime de verdade, no interior de uma ciência que opera pela metáfora da função, onde a função do órgão e a “verdade” do corpo feminino se tornam premissas conflitantes. Quer dizer, o clitóris é um órgão com função biológica de prazer no interior de um organismo onde o prazer é um sintoma de desequilíbrio.

Diz-se que as moças não conhecem o próprio corpo, mas como conhecê-lo? Como lidar com estruturas sem nome? Não há recursos linguísticos ou categorias de cognoscibilidade para compreender, nomear ou comunicar certos desejos, certas experiências. Assim, quando o clitóris está lá no cotidiano ele está como ausência e desconhecimento. É na frente ou atrás? Não se encontra! Não se acerta! Um mistério que não se quer desvendar.

Já na educação, lugar onde a maioria de nós aprende, pela narrativa científica, a reconhecer o próprio corpo e o corpo do outro por um vocabulário, morfologia e função próprias, silêncio sobre o prazer feminino e obscurantismo sobre o órgão que realiza tal função orgânica. Neste momento se aprende que os meninos têm ereção, excitação, clímax, orgasmo, ejaculação e as meninas têm menstruação, cólica, gestação, parto, síndrome do ovário policístico. Uma equação desigual no que se refere às possibilidades de realização e fruição da sexualidade.

Mas não apenas no nível da educação escolar se concentra a problemática da mutilação cognitiva do clitóris, ela está também na formação das professoras e dos professores que trabalharão este conteúdo em sala de aula. Isto é o que comprova a pesquisa de Mariela Claudete Ramos (2018) acerca do conhecimento sobre o órgão do clitóris por estudantes de graduação em Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ramos (2018) constatou que os saberes sobre o clitóris não são contemplados na grade curricular do curso que tem formado futuros professores de Biologia e Ciências. Quer dizer, se o corpo docente desconhece este órgão e o material didático disponível para o apoio do ensino o ignora, a mutilação do clitóris no ambiente escolar atravessa muitos níveis, dentre os quais a materialidade dos enunciados aqui analisada é apenas uma ilustração.

Sobre o órgão que se assemelha à um grão de feijão (e não faz nada?), este é eclipsado pela vagina, o útero, os ovários, enfim, as estruturas relativas à função reprodutiva. Essa base biológica é apresentada como a fundação sobre a qual se inscrevem os corpos sexuados; postula o que é natural e o que não é; descreve o que é esperado de um organismo.

Uma representação que permite que cada indivíduo se reconheça como um ser sexuado entre os outros e, assim, como percepção e autopercepção, se torna inseparável da linguagem pela qual passamos a comunicar a atividade sexual humana e a nossa própria subjetividade. Desde o princípio, o olhar e o vocabulário são educados para ver esse ou aquele elemento e para vê-los desta ou daquela maneira.

A representação que permite a cada indivíduo saber-se, constrange-o à produção da verdade, pois, “o regime de saber é o ponto em que se articula um regime político de obrigações e de constrangências e esse regime particular de obrigações e de constrangências é o regime de verdade” (FOUCAULT, 2014b, p. 93). Os regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana mutilam-no sem usar um bisturi.

Sendo assim, não há um sexo que esteja antes ou fora das relações de poder, “a correlação de poder já estaria lá onde está o desejo: ilusão, portanto, denunciá-lo numa repressão exercida *a posteriori*” (FOUCAULT, 2017, p. 89). Isto significa negar um corpo a-histórico e reafirmá-lo como construção, como invenção, não para esvaziá-lo de sentido ou dizer que o corpo não é nada. Ao contrário, ao denunciar a tirania da vontade de verdade, a genealogia intenta “libertar” o corpo dos mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade desta ou daquela forma, ocasionam efeitos de miséria.

Quer dizer, o problema que nos coloca a “política do verdadeiro” tematizada por Foucault é que “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado” (GREGOLIN, 2004, p. 27). Assim, a grande questão dos discursos e da ideia de verdade colocada por Foucault é que a rarefação dos discursos ultrapassa a linguagem, ela gera escassez de sentidos.

Mas que significa pensar que a sexualidade da fêmea tenha efeitos de miséria? Paradoxalmente, a rarefação dos discursos é feita por uma proliferação de saberes. Os regimes de verdade produzem uma economia dos corpos e dos prazeres que convida, incita, coage a falar sobre sexo. Mas esse ato de fala tem regras estritas a cumprir e, assim, no que toca ao indivíduo, o saber-se está constringido à “verdade” de um saber-poder.

Desse modo, como bem tratou Foucault em a *História da Sexualidade* (2017), ao invés de uma repressão pura e simplesmente repressiva, o controle da sexualidade moderna se faz notadamente pela produção de “verdades” sobre o sexo, de roteiros eróticos, de discursos sobre a sexualidade. Todavia, ao situar sua análise nos critérios de limitação dos discursos, a pesquisa genealógica aponta para aquilo que a circunscrição da ideia de verdade em cada época permite que se enuncie.

Para pensar na miséria sexual, Foucault fez uma comparação com a análise do capital feita pelo economista alemão Karl Marx,

considerando o que vem a ser a produção capitalista em suas leis, ela não pode deixar de produzir miséria. O capitalismo não tem como razão de ser privar os trabalhadores dos meios de subsistência. Mas ele não pode se desenvolver sem privá-los dos meios de subsistência. Marx substituiu a denúncia do roubo pela análise da produção (FOUCAULT, 1979, p. 232).

Ou seja, o poder não pode abrir mão da miséria para o seu exercício. Embora a miséria sexual não seja sua razão de ser, ele não pode se exercer sem a privação dos prazeres e o faz, precisamente, em seu caráter produtivo. Quer dizer, a tese de Foucault (2017) apontou para um mecanismo que estabelece critérios estritos para a produção da verdade e, portanto, produz práticas igualmente restritas. Advém do mesmo discurso tanto a sexualidade hetero-reprodutiva, tida como normal, quanto as práticas ditas “desviantes” ou “perversas”. Disso que trata a rarefação dos discursos: produz-se muito, inclusive miséria.

Diferentemente da hipótese repressiva contestada por Foucault, o que a noção de miséria sexual nos indica é que no conjunto de saberes que se produz e faz circular há uma escassez de sentidos. Isso nos ajuda a compreender o que se faz visível e invisível, o que é dito e silenciado no material didático que analisamos. Os critérios de limitação da verdade que

criam os regimes de verdade sobre o corpo sexuado da fêmea humana são essencialmente políticos.

Quer dizer, a reorganização das relações entre homens e mulheres transformou a fêmea humana em objeto do saber, em um problema das ciências e, assim, o sexo das fêmeas se tornou, ao mesmo tempo, um alvo e um instrumento de poder. Foi constituindo o “sexo feminino” específico como reprodutor, patológico, frágil, desequilibrado, perigoso, a ser constantemente vigiado que se criou uma rede de poder sobre a mulher que produz efeitos de miséria.

A fratura dos sentidos da sexualidade da fêmea humana atravessa a experiência de ter um corpo com clitóris limitando as possibilidades de realização pessoal e de fruição do prazer como um sentido legítimo da vivência da sexualidade. Essa mutilação cognitiva dos sentidos do prazer, de maneira geral - e do clitóris especificamente -, se dissemina nas práticas cotidianas perpetuando a miséria sexual como efeito de relações de poder.

Assim, o combate à miséria sexual não tem a ver com falar mais e mais de sexo, tampouco fazer mais sexo do que se tem feito. Trata-se, quem sabe, de pensar, falar ou fazer “outros sexos” com “outros sentidos”. Como nos indica Joan Scott,

disputas quanto ao significado implicam na introdução de novas oposições, na reversão das hierarquias [entre os signos], na tentativa de expor termos reprimidos, de contestar o estatuto natural de pares aparentemente dicotômicos e de expor sua interdependência e sua instabilidade interna (SCOTT, 1994, p. 21).

No fundo, essa era a intenção de Foucault com seus estudos. Para ele, destacar as múltiplas práticas e os jogos de poder que as integram serve para nos mostrar que o presente é contingente e, assim, permitir que nos transformemos em outra coisa. Esse é o efeito mais poderoso da genealogia.

Conclusão

Como desdobramento de uma análise genealógica acerca da história, chegamos ao ponto crítico da descontinuidade do sujeito em relação a si mesmo. Eis aqui o corpo da fêmea humana dissipado, desnaturalizado, plenamente atravessado pelas descontinuidades dos acontecimentos. Melhor dizendo, o corpo que convencionamos compreender como um “corpo feminino” é, assim, destituído da relação de identidade com o seu tempo, mas tampouco pode reconstituí-la em tempo algum.

No caminho percorrido até aqui procurei compreender a produção histórica dos sistemas de pensamento que fazem emergir no presente um sujeito feminino dotado de uma identidade sexual. Reafirmando sua condição de acontecimento discursivo, pudemos constatar que o “corpo feminino” que nos é um dado do saber contemporâneo surge na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse curso, os saberes médicos que antes reconheciam a existência de um único sexo criam as categorias “masculina” e “feminina” como sexos biológicos opostos.

Essa ruptura que inaugurou o corpo feminino como um objeto dado ao conhecimento conservou a organização binária e hierárquica que constituía o critério de limitação da verdade sobre o corpo humano na era pré-moderna criando um *continuum* sexo/gênero. Neste processo de divisão não apenas os indivíduos foram separados e categorizados, mas também as dimensões do prazer e da procriação foram apartadas e distribuídas entre esses dois grupos de indivíduos de forma desigual.

No que concerne à compreensão que surge sobre o corpo-psique da fêmea humana, sua natureza foi fragmentada por seu próprio sexo. Seus regimes de verdade colocaram em oposição o prazer e a procriação criando um conflito inerente à sua existência e razão. A reprodução ganhou um lugar de destaque na cognoscibilidade da fêmea humana em tal medida que qualquer forma de existência não-reprodutiva foi colocada na condição de erro. Já o sentido do prazer se torna quase uma antítese do feminino de modo que a sua ocorrência abala a “verdade” da mulher.

A fratura dos sentidos da sexualidade da fêmea humana atravessa a experiência de ter um corpo com clitóris limitando as possibilidades de realização pessoal e de fruição do prazer como um sentido legítimo da vivência da sexualidade. Não sendo o prazer uma dimensão legítima da existência da fêmea, um órgão que é reconhecido como o responsável por esta função não encontra condições de enunciabilidade. Essa mutilação cognitiva dos saberes e dos sentidos do clitóris se dissemina nas práticas cotidianas perpetuando a miséria sexual como efeito de sua relação de poder subjacente.

Todo esse percurso nos mostra que os sujeitos não podem ser compreendidos senão como um objeto do saber histórico, mesmo naquilo que toma a aparência de ser seu aspecto mais íntimo e subjetivo. Contudo, a partir da pesquisa histórica da proveniência, sua posição frente ao sistema de signos do regime de verdade que lhe delineia é de tal modo conflitante e alheia que nem o gênero e nem o sexo encontram um lugar sobre o qual possam repousar com estabilidade.

A pesquisa da proveniência reafirma o corpo na história, na história pretérita, mas também em uma história que está sendo construída neste exato momento por práticas discursivas e não discursivas realizadas pelos mais diversos sujeitos anônimos. Assim, expõe as relações de poder imanentes à formação do saber em questão. Mobilizar os saberes sobre o clitóris, evidenciando sua condição de saberes dominados, implica expor o exercício do poder que restringe os sentidos da fruição do prazer e do gozo para dimensões que vão muito além da genitalidade e mesmo da sexualidade, porque mutila das fêmeas humanas uma parte de si.

A negação genealógica de qualquer possibilidade de pensar o corpo antes ou fora da história não tem como objetivo dizer que o sujeito não é real, mas sim que não há nenhuma realidade anterior àquela que os sujeitos constroem e, portanto, abre o corpo para novos sentidos possíveis. Contudo, na tensão inerente entre a verdade, o saber e o poder, as disputas que poderão emergir a partir daqui não serão menos conflituosas e tampouco menos políticas.

A pesquisa que empreendi se conclui assim, fornecendo material para outras leituras, outras disputas, outros discursos - outros sexos? - que, ao se expandirem em possibilidades de existência, espera-se que possam ter muito menos efeitos de miséria.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica** (Livro I e Livro II). Tradução de Vinzenzo Cocco. São Paulo : Editora Abril, 1984.

BALTAZAR, Pedro e BARROS, Fortunato A. O. S. F.. Anatomia sexual feminina. In: BARROS, Fortunato António de Oliveira Salazar Ferreira, FIGUEIREDO, Ana Rute Curro. Manual de Medicina Sexual - visão multidisciplinar. Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia. Portugal; A. Mearini, 2014.

BRASIL. Coleções mais distribuídas - PNLD 2017 - Anos finais. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Censo escolar 2018: Notas estatísticas. Ministério da Educação. Brasília: INEP, 2019.

CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências naturais - aprendendo com o cotidiano**. 5 ed. São Paulo: Moderna, 2015.

GALLOP, Jane. Além do falo. In: **Cadernos Pagu**, n. 16. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu: UNICAMP, 2001. pp. 267-287.

FERNÁNDEZ, María Lameiras; FERNÁNDEZ, María Victoria Carrera; CASTRO, Yolanda Rodríguez. **El clítoris y sus secretos**. Unidade de Igualdade, Universidade de Vigo: Vigo. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. ed. 22. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Aulas do *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Coleção Ditos e Escritos II).

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense universitária. ed. 5, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 7, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo : Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no collège de France. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: **A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, ed. 5, 2017 (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FREITAS, Patrícia de. OS OVÁRIOS E O ÚTERO CONDUZEM AS MULHERES? Como a medicina justificou o lugar da mulher na sociedade em função dos seus órgãos reprodutivos. **Caderno Espaço Feminino**. v. 26, n. 1 - jan-jun, Uberlândia-MG, 2013.

FREUD, Sigmund. O Eu e o ID (1923). In: O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923 - 1925). Obras completas, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil (1923). In: O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923 - 1925). Obras completas, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923 - 1925). Obras completas, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

FREUD, Sigmund. “Autobiografia” (1925). In: O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923 - 1925). Obras completas, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011d.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905). In: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901 - 1905). Obras completas, vol. 6. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. São Carlos: Claraluz, 2004.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**. 2006, n.27, pp.13-34.

KORDA, Joanna B; GOLDSTEIN, Sue W; SOMMER, Frank. The history of female ejaculation. *J Sex Med* 2010 ; 7. pp. 1965–1975

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Jacques Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. pp. 238-324.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOUREIRO, Inês. Psicanálise e Sexualidade: crítica e normalização. Em: PISCITELLI, Adriana.; GREGORI, Maria Filomena.; CARRARA, Sergio. Sexualidades e Saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1997

MC’CLELLAND, Sara. Intimate justice: A critical analysis of sexual satisfaction. *Social and Personality Psychology Compass*, n. 4. 2010. pp. 663–680.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. vii-xxiii.

MARTIN, Emily. The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles. **Chicago Journals**: The University of Chicago Press. Vol. 16, No. 3, Spring, 1991. pp. 485-501

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, L. A.; SILVA, P. J. C. D.; MUTARELLI, S. R. K. A teoria dos temperamentos: do corpo *hippocraticum* ao século XIX. Memorandum, São Paulo, p. 9-24, Abril 2008.

MASTER, William H.; JOHNSON, Virginia E. **A conduta sexual humana**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Portuguesa, 1976.

NUNES, Silvia Alexim. *Medicina social e regulação do corpo feminino*. 1983. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1983.

O'CONNELL, H., SANJEEVAN, K.V., HUTSON, J.M. Anatomy of the Clitoris. **Journal of Urology**, v. 174, 2005. pp. 1189–1195

PASSOS, Eduardo; SILLOS, Angela (editores responsáveis). **Tempo de ciências 9**. in: *Coleção Tempo Ciências da Natureza*. Editora do Brasil (organizadora). 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

PERENCINI, Tiago Brentam. O enunciado no pensamento arqueológico de Michel Foucault. In: **Kínesis**, Vol. 136 VII, nº 15, Dezembro 2015. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2015. pp.135-150.

RAMOS, Mariela Claudete. **PRECISAMOS FALAR SOBRE O CLITÓRIS NA ESCOLA**: Investigando representações de estudantes de graduação em Biologia acerca do clitóris. Florianópolis: Centro de Ciências Biológicas. 106 p. (Trabalho de conclusão de curso - UFSC), 2018.

REVERÓN, Rafael Romero. Rufus de Éfeso (I d.C.), Médico y Anatomista Greco-romano. **Int. J. Morphol.**, 31(4), 2013, pp. 1328-1330

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. 2nd ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 8, n. 17, junho de 2002. pp. 101-125.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a “Gender and Politics of History”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994. pp. 11-27

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SIMÕES, Ricardo Santos. *et all.* Etimologia de termos morfológicos. (2014). Disponível em: <http://dmorfo.sites.unifesp.br/images/doc/Grad/2017/Histologia/Dicionario%20etimol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: out. 2017

SOUZA, Joelmar Fernando Cordeiro de. Regimes de verdade em Michel Foucault: aparição e gênese de um conceito. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 112p. (Dissertação, Mestrado em Filosofia - UnB), 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, v. 8, n. 1. Brasília: UnB, 2000, pp. 47-85.

SWAIN, Tânia Navarro. **Meu corpo é um útero?** Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In STEVENS, Cristina (Org.). Maternidade e feminismo, diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do sul, EDUNISC, 2007. p. 201-246.